

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

KAREN LILIANA OSORIO GONZALES

Um estudo sobre a paráfrase em redações de vestibular

São Paulo
2014

KAREN LILIANA OSORIO GONZALES

Um estudo sobre a paráfrase em redações de vestibular

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração:

Linguística Aplicada do Português

Orientador: Prof. Dr. Manoel Luiz
Gonçalves Corrêa

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B642e Gonzales, Karen Liliana Osorio
Um estudo sobre a paráfrase em redações de vestibular / Karen Liliana Osorio Gonzales ; orientador Manoel Luiz Gonçalves Corrêa. - São Paulo, 2014.
117 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Paráfrase. 2. Escrita. 3. Redação de vestibular. 4. Interdiscurso. I. Corrêa, Manoel Luiz Gonçalves, orient. II. Título.

Nome: Karen Liliana Osorio Gonzales

Título: Um estudo sobre a paráfrase em redações de vestibular

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição : _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

**À Natividade e
Max.**

**À Júlia,
João e
Sofia.**

AGRADECIMENTOS

Ao professor Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, pela orientação, dedicação e o olhar atento às minhas escrituras. Às professoras Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade e Fabiana Cristina Komesu pela disponibilidade e as valiosas observações por ocasião do exame de qualificação;

Aos meus pais, pelo apoio que me deram durante a realização deste trabalho e em todas as etapas da minha vida;

A FUVEST pela cessão do material de pesquisa;

Aos colegas do grupo de pesquisa *Práticas de leitura e escrita em língua materna*, com quem compartilho a trajetória acadêmica, pelos preciosos momentos de reflexão;

Aos amigos, em especial à Cris, minha querida professora do ginásio, e familiares pelas diferentes formas de apoio nas ocasiões mais urgentes e nos momentos de angústia.

RESUMO

GONZALES, Karen Liliana Osorio. **Um estudo sobre a paráfrase em redações de vestibular**. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2014.

Este estudo tem por objetivo investigar o procedimento parafrástico em redações de vestibular com base na hipótese de que nos textos analisados os distintos tipos de procedimentos parafrásticos empregados permitem vislumbrar diferentes concepções de língua no ensino da escrita. Desse modo, as reformulações do tipo “paráfrase discursiva” produzidas pelos escreventes, a partir dos posicionamentos históricos presentes nos textos da coletânea, constituem um mecanismo dialógico-argumentativo. O trabalho se fundamenta no conceito de paráfrase proposto pela corrente teórica da Análise do Discurso de linha francesa. De forma específica objetiva-se: a) investigar a ocorrência das chamadas paráfrase linguística e paráfrase discursiva em redações de vestibular em que a proposta de escrita é direcionada pelos textos da coletânea; b) analisar a paráfrase discursiva tomando-a como um procedimento dialógico-argumentativo no texto dissertativo; c) apontar razões para as ocorrências de reformulações parafrásticas encontradas. A presente investigação partiu de uma amostra de 205 redações das quais 137 apresentaram ao menos uma paráfrase de uma das filiações sócio-históricas veiculadas nos textos da coletânea fornecida na prova de redação do vestibular da FUVEST/2006. Das 137 redações que exibiram formulações em relação de paráfrase com os textos da coletânea, 77 delas apresentaram paráfrases do tipo linguística e 60 paráfrases do tipo discursiva. Os resultados obtidos mostraram que, de fato, na produção do texto dissertativo a reformulação parafrástica do tipo “paráfrase discursiva” funciona como um mecanismo argumentativo na articulação das formações discursivas veiculadas pelos escreventes. Nessas redações verificou-se que a paráfrase discursiva atualiza os discursos dos textos da coletânea nas novas condições de produção. Por sua vez, constatou-se que a reformulação parafrástica do tipo “paráfrase linguística” constitui um elemento que compõe o quadro das condições de produção da escrita escolar, o que tomamos como um indicador de que, nesse tipo de procedimento parafrástico, a concepção normativa da língua orientou a maioria dos escreventes.

Palavras-Chave: Paráfrase; Escrita; Redação de Vestibular; Interdiscurso.

ABSTRACT

GONZALES, Karen Liliana Osorio. **A study on paraphrase in college application essays**. Dissertation (Master in Portuguese Language). FFLCH – Universidade de São Paulo (University of São Paulo), 2014.

This paper aims to investigate paraphrastic procedures in university application essays based upon the hypothesis that distinct types of paraphrastic procedures allow discerning different conceptions of language. Therefore, the discursive paraphrastic reformulation produced by candidates, as a consequence of historical positions displayed in a collection of texts provided as required writing starters, constitutes a dialogical/argumentative process. The study adopts the concept of paraphrase proposed by the French School of Discourse Analysis. Specifically, the study aims to: a) investigate the occurrence of linguistic and discursive paraphrases in admissions essays in which the writing proposal is directed by a collection of texts; b) analyze the discursive paraphrase as a dialogical-argumentative procedure; c) indicate reasons of the presence of found paraphrases. The present investigation initiated with a set of 205 essays, from which 137 exhibited at least one paraphrase of one historical filiation introduced by the collection of texts provided in the examination essay of FUVEST (University of São Paulo's entry exam) in the year of 2006. The results obtained demonstrate that in the essay writing the discursive paraphrase in fact works as an argumentative process in the articulation of the discourse formations presented by the candidates. In these essays it was verified that the paraphrastic process modifies the source discourses in the new conditions of the discursive productions. On the other hand, the results suggest that the paraphrastic reformulation of the linguistic type constitutes an element that forms the conditions of language production in the school, which we consider an indicator that this type of paraphrase derived from the prescriptive conception of language rules the majority of the applicants' writings. From the 137 essays that exhibited paraphrases of the collection of texts, 77 displayed paraphrases of the linguistic type and 60 paraphrases of the discursive type.

KEY-WORDS: Paraphrase; Writing; Essay, Interdiscourse.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Proposta de Redação FUVEST/2006	50
Figura 2 – Exemplo 8 do site da FUVEST 2006	60
Figura 3 – Exemplo 14 do site da FUVEST	64
Tabela 1 – Frequência de redações com paráfrase	66
Tabela 2 – Total de redações com paráfrase discursiva e linguística	71
Tabela 3 – Total de redações com paráfrase da(s) FD de um ou mais textos da coletânea	73
Tabela 4 – Distribuição das paráfrases discursivas por texto da coletânea	74
Tabela 5 – Total de redações com FD em polêmica explícita e não explícita	74
Tabela 6 – Total de paráfrases com relação não polêmica por texto da coletânea	75
Tabela 7 – Total de redações em relação polêmica por texto da coletânea	75
Tabela 8 – Quadro das paráfrases das FD por redação analisada	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD – Análise Automática do Discurso

AD – Análise do Discurso

AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado

CP – Condições de Produção

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FD – Formação Discursiva

FUVEST – Fundação Universitária para o Vestibular

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Considerações teóricas	23
1.1 Da noção de Formação Discursiva	23
1.2 A paráfrase e as diferentes abordagens teóricas	36
1.3 A abordagem discursiva da paráfrase	39
2. Metodologia	46
2.1 Aspectos gerais sobre a delimitação do <i>corpus</i>	46
2.2 Os textos da proposta de redação	49
2.2.1 As relações entre as FD nos textos da coletânea	57
2.3 A análise dos textos	59
2.4 A delimitação final do material para análise	65
3. A análise	72
3.1 Percurso analítico	72
3.2 Interpretação dos resultados	101
4. Considerações Finais	106
Referências Bibliográficas	112

Introdução

Este estudo retrata a paráfrase em redações de vestibular, com ênfase em sua ocorrência discursiva. Adotamos como base teórica os trabalhos da vertente de estudos linguísticos da Análise do Discurso de linha francesa, apoiando-nos, sobretudo, nos trabalhos de Pêcheux (1993a; 1993b; 1997a; 1997b); Fuchs (1985; 1993b; 1994); Maingueneau (1993; 2008), Courtine (1981a; 1981b; 2009) e Orlandi (2007a, 2007b), a fim de refletir a respeito da produção de sentidos na escrita de redações de vestibular, mediante a articulação entre língua e história, e considerado o aspecto particular do ensino da escrita.

O ensino de Língua Portuguesa comumente desperta o interesse da opinião pública, especialmente no que se refere às capacidades de interpretação de textos e de escrita alcançadas pelos estudantes. Nos últimos anos, além desses temas captam o interesse da mídia as produções de redações em exames que visam à entrada na universidade, além de embates discursivos a respeito do ensino de gramática e de conhecimentos originários do campo da Linguística, como, por exemplo, as variedades linguísticas. Toda essa atenção não se dá sem motivo a julgar pelo patamar de educação alcançado no Brasil. No final de 2013, por exemplo, o MEC divulgou¹ a queda na média, em todas as redes de ensino, das notas de redação e em linguagens e códigos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2012. Também o *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)* tem atestado a baixa proficiência em leitura do alunado brasileiro. Segundo os resultados² obtidos pelos estudantes no exame de 2009, que deu ênfase, na citada edição, à avaliação da competência leitora, o Brasil alcançou a 53ª colocação ante os 65 países participantes e obteve a nota média de 412 em leitura. Essa nota pode ser considerada baixa se comparada à média geral das nações participantes, de 493, no que se refere à habilidade de leitura. O PISA é uma prova internacional que avalia, além das habilidades de leitura, o domínio de ciências e matemática de

¹ FOREQUE, Flávia. Alunos da rede pública e privada têm queda de desempenho na redação do Enem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 nov. de 2013.

² Esses dados foram obtidos a partir do documento *Apresentação dos resultados* referente ao PISA 2009 do INEP.

estudantes na faixa de 15 anos. No resultado³ de 2009, quase a metade desses estudantes (49%) atingiu o nível 1 de proficiência em leitura, ou abaixo, de uma escala formada por seis níveis. Segundo o INEP (2012), no nível 1 de proficiência em leitura o aluno não é capaz de tirar conclusões de evidências apresentadas de forma explícita. Os baixos resultados nos exames de avaliação em nível regional, nacional e internacional, e outros problemas mais desvelados por essas ocasiões, têm se repetido exame após exame. Por exemplo, a média em leitura dos estudantes aferidos pelo PISA⁴ nos anos de 2006 e 2012 foi de 393 e 410, respectivamente, ante uma média geral acima de 470 computada com base nas notas de todos países participantes. Com relação ao ENEM,⁵ a média geral do desempenho em redação foi de 55,99 em 2007 e 59,35 em 2008, referente a uma escala que varia entre 0 e 100, resultado não muito melhor que os apresentados no PISA.

Entretanto, esse é um debate que precisa ser ampliado muitas vezes tendo em vista que a educação é um dos principais alavancadores dos índices sociais e econômicos de um país. O desafio da educação de base se mostra ainda mais premente no que diz respeito ao contexto educacional brasileiro na atualidade. Vivenciamos a democratização do acesso à educação básica e, mais contemporaneamente, de nível superior, por meio de programas federais de financiamento estudantil e a criação de cotas para estudantes egressos da escola pública, para negros e índios. O amplo ingresso à escola básica e à universidade não deixa de enriquecer o debate em termos de novos questionamentos sobre o ensino de leitura e escrita.

Desde 1998, avanços teóricos do campo linguístico foram alçados ao contexto educacional brasileiro através de políticas nacionais de regulamentação do currículo escolar. Entre os problemas da aplicação prática dos documentos correspondentes a essas iniciativas, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), Rojo (2006, p.55) criticou, no que diz respeito à produção escrita, o tratamento tipológico dos gêneros do discurso e a consequente perda de espaço do texto como totalidade, e de seu sentido, no trabalho didático em sala de aula.

³ INEP, 2012, p. 32.

⁴ Dados obtidos a partir do documento *Média dos países em cada área PISA 2000 a 2012* do INEP.

⁵ Segundo os relatórios pedagógicos ENEM 2007 e 2012 do INEP.

Há tempos, as pesquisas acadêmicas afirmam que a atuação dos estudantes concluintes do Ensino Médio nos quesitos leitura e escrita se situa abaixo do desejável. Há trinta anos, Geraldi (1984) sentenciava que o baixo desempenho linguístico por parte dos estudantes era um dos principais efeitos da chamada "crise da educação". Não se deve deixar de notar que a crise educacional requer grandes esforços tanto por parte dos governos, como das escolas e professores, além da melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação e das condições sociais dos alunos e suas famílias.

Geraldi (1984) bem sublinhou a conotação política que envolve uma teoria de compreensão e interpretação da realidade. Especialmente em um campo de estudos que trata justamente da mediação simbólica da relação entre homem e mundo por meio da linguagem. No caso do ensino de língua materna, essa postura envolve uma concepção de linguagem. Segundo Geraldi (1984), nos estudos contemporâneos da linguagem, são três as concepções existentes abarcadas pelas principais correntes de estudos linguísticos:

a) a concepção de linguagem enquanto representação do pensamento

Quando imbuído desta noção, o locutor entende a linguagem como um produto racional, lógico e transparente que encerra em si mesma os sentidos da língua. Espera-se que o interlocutor capture a representação mental da maneira que foi mentalizada, cabendo-lhe, dessa forma, um papel necessariamente passivo no processo de construção dos sentidos. Esta concepção de linguagem orienta os estudos tradicionais da linguagem, ou seja, a gramática tradicional.

b) a concepção de linguagem enquanto instrumento de comunicação

Esta concepção liga-se à teoria da comunicação que vê a linguagem como um produto de codificação capaz de transmitir determinada mensagem, a partir da sua decodificação por parte do leitor/ouvinte. Nesta perspectiva, ao interlocutor também é reservado um papel essencialmente passivo na produção dos sentidos, pois lhe cabe a função de reproduzir a mensagem transmitida. Segundo Geraldi (1984), os livros didáticos muitas vezes professam esta concepção de língua nas introduções e títulos, embora seja geralmente abandonada na seção de exercícios,

fundamentalmente voltada às questões gramaticais. A esta concepção de linguagem corresponde, segundo Geraldi (1984), a linguística estrutural e transformacional.

c) a concepção de linguagem como lugar de interação

Mais do que uma representação abstrata ou a transmissão de informações de um emissor a um receptor por meio do código, a linguagem é vista como uma forma de interação humana; através dela o sujeito pratica ações, o falante age sobre o ouvinte e os interlocutores constroem reciprocamente as relações sociais. A interpretação é, então, um exercício ativo de construção de sentidos desempenhado pelo locutor e o interlocutor. A corrente teórica da linguística da enunciação relaciona-se a esta noção de linguagem. A linha de pesquisa seguida por este estudo está situada no interior dessa concepção de linguagem.

Vale ressaltar que o ensino da língua materna pode enfatizar cada uma dessas concepções, mas em geral elas convivem com os saberes formais e informais sobre a língua com os quais os falantes têm contato antes de frequentar a escola.

No que se refere ao ensino da norma culta, um domínio mínimo das estruturas linguísticas é imprescindível para o acesso profícuo à leitura e escrita de textos variados. Entretanto, o conhecimento necessário do aspecto normativo da língua não prescinde de um saber que abarque o complexo fenômeno da linguagem. Não parece ser suficiente despender doze anos nos bancos escolares e deixar a escola levando consigo, para toda uma vida, apenas o conhecimento sistêmico da língua; desconhecendo aspectos a respeito da linguagem que são determinantes na maneira como o indivíduo interage com o mundo. Considere-se o que implica o conhecimento da língua, enquanto representação da realidade, na relação instituída entre homem e mundo, encerrado pelo estudo normativo da língua. A mera obediência à norma linguística, destituída de elementos contextuais e outros saberes a respeito do funcionamento da linguagem, pode levar à interpretação errônea do enunciado de um exercício, ou à interação improdutiva, uma vez que o papel do interlocutor fica à mercê de um locutor onipotente. Sem dúvida, o excesso de rigorosidade técnica nas práticas de ensino pode levar à artificialidade nas atividades de leitura e de escrita propostas em sala de aula. Como concluiu Pécora

(1996), qualquer processo de produção linguística que não constitua um espaço entre intersubjetividades estará fadado a ser uma falsa produção interacional.

O ensino da língua que se restringe ao uso correto de elementos estruturais ou que se prende a padrões de textualidade não lida com o processo de interação entre sujeitos que assumem lugares sócio-históricos e constroem os sentidos dos processos discursivos como produtos históricos. Segundo a teoria do discurso, o uso da linguagem pressupõe a prática social e ideológica da produção de sentidos. Entre os saberes discursivos, destacamos a atividade de reformulação parafrástica como constitutiva da produção discursiva, e dessa forma, essencial para a atividade de escrita e leitura, visto que o compartilhamento de valores entre sujeitos se faz por meio da reformulação de posicionamentos históricos.

Para a Análise do Discurso francesa, o dizer faz sentido apenas se a formulação estiver inscrita na ordem do repetível (ORLANDI, 2007a). Isso se explica, pois o repetível compõe a ordem histórica das filiações de sentidos, o chamado interdiscurso, definição que se contrapõe à mera reprodução de conteúdos ou o exercício formal de equivalência que não historiciza. Em estudo sobre a paródia e a paráfrase no campo literário, Sant'Anna (2004, p. 21-22) retoma, entre outras, a noção histórica do repetível ao identificar a paráfrase como um instrumento de divulgação utilizado pela ciência, pelas artes e a religião. Segundo o autor, a paráfrase nesses campos “mais do que um efeito retórico e estilístico (...) é um efeito ideológico de continuidade de um pensamento, fé ou procedimento estético”. Já Orlandi (2007a) explica que os processos parafrásticos representam o retorno aos mesmos espaços de dizer, nos quais estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente, enquanto a polissemia representa a ruptura do processo de significação. Segundo a autora (ORLANDI, 2007a, p. 36), “todo o processo da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”.

Em estudos sobre o texto conversacional, Hilgert (1995; 2006) destaca a paráfrase entre as atividades linguísticas realizadas por interlocutores durante a interação social. No texto falado, a atividade parafrástica visa “a promover e assegurar a intercompreensão e progressividade conversacionais” (HILGERT, 1995, p. 126), de forma que a paráfrase sempre implica em algum deslocamento de sentido. Além disso, segundo o estudioso, aspectos de ordem distribucional, operacional e semântica da paráfrase explicam as funções que essa atividade desenvolve na construção da progressividade textual.

Retomando a questão do ensino, a problemática se evidencia de maneira flagrante na produção escrita. Vivenciei o grau de dificuldade da prática escrita por parte de alguns estudantes, quando, em 2010, ofereci oficinas de escrita aos alunos da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP, com temas de redações tiradas do ENEM, como parte da atividade de regência em estágio de Licenciatura. Na época, a experiência foi acompanhada pela verificação de uma verdadeira “aversão à escrita”, como bem proferiu uma professora em certo encontro que tinha como tema a redação escolar. Não se tratava apenas de uma experiência psíquica que metaforicamente remetia os alunos a algo parecido com uma condenação à forca, por ocasião de uma atividade de redação em sala de aula. Tratava-se de uma regressão momentânea no que diz respeito ao conhecimento linguístico dos alunos. Era como se eles desaprendessem, na ocasião do exercício de escrita de uma redação escolar, a proferir opiniões coerentes a respeito do que quer que fosse, habilidade atingida desde a mais tenra idade, como atestam as pesquisas sobre aquisição de língua materna. É claro que se tratava de um falso desaprender linguístico, fato impossível a menos que se leve em conta algum tipo de catástrofe paralisante coletiva.

Outro momento em que estive em contato com as produções escritas de estudantes em nível de Ensino Médio, além desta experiência de pesquisa, ocorreu também em 2010, período em que realizei o trabalho de corretora de redação para uma escola particular de São Paulo, oportunidade que me direcionou ao trabalho com as redações. Essas experiências me fizeram perceber a necessidade de aprofundar minhas reflexões sobre a língua e buscar novas perspectivas a respeito do ensino da escrita na escola. Acredito que este trabalho seja um resultado dessa busca.

Segundo Brito (1983), embora haja um consenso sobre a má qualidade da produção escrita escolar, é necessário identificar os elementos que subjazem e dirigem essa atividade, caracterizando o quadro de suas condições de produção.

De minha parte, considero que a identificação de procedimentos e recursos linguísticos utilizados pelos escreventes ajude a elucidar as condições de produção da redação de vestibular e escolar, de uma maneira geral. É o que busco realizar com este trabalho; neste caso, darei atenção aos distintos modos de procedimentos parafrásticos e os relacionarei às concepções de língua no ensino da escrita.

O tema para a investigação sobre as redações de vestibular tem como ponto

de partida os escritos que estão muito próximos de serem simples reproduções de conteúdos. Ao ler uma grande quantidade de redações sobre um mesmo tema é inevitável ter a impressão de quão parecidas são muitas dessas produções. Lemos formula dessa forma:

(...) o vestibulando, em geral, operaria sobre um modelo formal pré-existente à sua reflexão sobre o tema. Ou melhor, que a organização sintático-semântica de seu discurso não representaria o produto de sua reflexão sobre o tema, mas ao contrário, de um arcabouço ou esquema, preenchido com fragmentos de reflexão ou evocações desarticuladas. (LEMOS, 1977, p. 62)

Segundo a autora, o procedimento linguístico básico dos vestibulandos seria o que ela chamou de “estratégia de preenchimento”. Nesse sentido, seria como se as produções escolares não passassem de reproduções de esquemas pré-fabricados.

Levando em consideração as questões levantadas, formulo uma pesquisa com redações de vestibular com vistas a contribuir, minimamente, com a reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa e, de uma forma mais específica, a respeito do ensino do texto dissertativo. Não tenho, porém, o propósito de oferecer uma técnica pedagógica ou método didático para ensinar a escrever. Minhas sugestões se destinam a propor uma reflexão a respeito do funcionamento argumentativo-discursivo do texto dissertativo.

No quadro das condições de produção do evento enunciativo a ser trabalhado, está a proposta de uma escrita que deve tomar como base os textos nela fornecidos. Neles um tema em comum é abordado sob diferentes aspectos. No exame vestibular sob análise, dois dos posicionamentos assumidos nos textos encontram-se no centro de polêmicas discursivas explícitas. Diante da proposta de escrita, assumo que os examinadores têm a expectativa de que os candidatos sejam capazes de, entre outras coisas, depreender as posições enunciativas veiculadas nos textos fornecidos e construir um posicionamento a respeito desses lugares enunciativos, visando a defender uma tese. Neste ponto, cabe a explicitação de que o texto é tomado, neste trabalho, como produto e registro provisório de discursos,⁶ e a coletânea de textos como a reunião de alguns desses registros provisórios, tomado o discurso na acepção da AD francesa. Segundo essa concepção, o

⁶ Devo esta formulação ao orientador desta pesquisa, em uma das sessões de orientação.

discurso ocorre com a inscrição do sujeito “em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas” (MAINGUENEAU, 1993, p. 11-12).

A constatação a que se chegou após a leitura do *corpus* de pesquisa foi a de certa carência da presença das posições enunciativas veiculadas pelos textos da proposta nas redações dos vestibulandos, encontrando-se, muitas vezes, abordagens genéricas a respeito do tema. Também chamou a atenção uma incidência razoável de enunciados que parecem não se encontrar adequadamente integrados ao discurso.

Outra característica das redações foi a presença de frases feitas e acabadas, aparentemente sem relação com o restante do texto. Resta-nos responder a algumas perguntas a respeito dessas considerações. Por que alguns candidatos que concluíram ou estão prestes a concluir o Ensino Médio ainda apresentam dificuldade na produção de um texto dissertativo? A concepção de língua aprendida na escola desempenha algum papel nesse resultado?

Tomando como pressuposto teórico a relação de paráfrase como constitutiva do efeito de sentido da produção discursiva, pareceu de interesse tomar como tema deste trabalho esse procedimento linguístico-discursivo. Está na base desta escolha o propósito de que o levantamento, no *corpus* de pesquisa, das ocorrências de paráfrases das posições enunciativas que constituem os textos da coletânea presentes na proposta, forneça subsídios para a identificação da natureza desse procedimento linguístico colocado em prática pelos candidatos prestes a adentrar a universidade.

O estudo da paráfrase também se configura como uma forma de assegurar que as posições enunciativas introduzidas pelos textos da proposta estejam presentes nos textos do *corpus*, considerando-se que muitas redações tratam o tema em perspectivas diversas daquelas levantadas pela proposta.

Uma razão por que foi escolhido o procedimento linguístico-discursivo da paráfrase é por ser ele constitutivo da produção discursiva dos sentidos e, dessa forma, ser relevante em um evento enunciativo de produção escrita que requer um posicionamento relativo a determinadas posições enunciativas fornecidas por uma proposta de redação. Sustentamos que a paráfrase discursiva dos posicionamentos históricos compartilhados pelos textos da proposta de redação, numa situação de escrita do texto dissertativo, constitui um mecanismo argumentativo. Além disso, o interesse por esse aspecto das redações se deve também à hipótese de que a

paráfrase como repetição de conteúdos reflete a concepção normativa de língua que os vestibulandos trazem da sua formação escolar e, talvez, possa ser apontada como uma das causas das inadequações dos textos analisados, uma vez que a tentativa de repetição do modelar (no caso, por meio de paráfrase) pode dar pistas sobre essas particularidades.

A respeito das características encontradas durante a leitura do *corpus*, em geral, na produção argumentativo-discursiva das redações parecem decorrer duas hipóteses explicativas. A primeira seria a dificuldade em produzir o texto dissertativo-argumentativo, cujo funcionamento engloba a defesa de um posicionamento. A segunda, que não elimina a anterior, seria o desconhecimento do funcionamento argumentativo-discursivo da linguagem que condiciona a atividade linguística em função de uma interlocução de caráter sócio-histórico.

Através da análise e interpretação das redações feitas por candidatos ao vestibular/2006 da FUVEST, temos como objetivo de pesquisa:

- investigar a incidência da paráfrase linguística e da paráfrase discursiva em um conjunto de redações de vestibular, cuja proposta de escrita é direcionada por textos previamente fornecidos;

- analisar a paráfrase discursiva nas redações de vestibular tomando-a como um procedimento dialógico-argumentativo na redação de vestibular;

- apontar, na medida do possível, agências geradoras das ocorrências das paráfrases encontradas no *corpus*.

O primeiro dos objetivos se impõe pela necessidade de distinguir os tipos de procedimentos parafrásticos produzidos pelos pré-universitários. Trata-se de uma necessidade descritiva e analítica do *corpus*, com o intuito de visualizar em contornos nítidos a realidade sobre a qual nos debruçaremos posteriormente a fim de analisá-la e interpretá-la.

O segundo objetivo foi estabelecido com base no ponto de vista discursivo de paráfrase como lugar de interpretação, resultante da interdiscursividade fundante das relações entre formações discursivas. Busca-se vislumbrar a funcionalidade da paráfrase na redação de vestibular.

Quanto ao terceiro objetivo, este se delinea na relação existente entre língua e mundo, cujas implicações serão objeto de minha reflexão mais adiante.

É, em síntese, essa hierarquia de prioridades que me levou a orientar o presente trabalho para as repetições das “ideias” nos textos que serão alvo de nossa análise. Numa perspectiva mais abrangente, é possível oferecer uma contribuição para a compreensão de como se dá o uso das paráfrases na produção de dissertações com a presença de textos fornecidos como base dessa produção. Queremos identificar se o procedimento parafrástico nas redações de vestibular é mais do que apenas uma reprodução de conteúdos. Para tanto, e com fim de delimitação de problemas relevantes nesse campo, é fundamental a explicitação da bibliografia que está na base dessa preocupação.

Michel Pêcheux (1993a), em um dos trabalhos fundadores da tradição francesa da Análise do Discurso, fez a crítica do estudo da língua que se dedica a desvendar o conteúdo dos textos, entre outras questões propostas pela ciência clássica da linguagem. Foi a partir da ruptura saussuriana com a abordagem funcional do estudo do texto com o intuito de privilegiar o funcionamento da língua que Pêcheux percebeu a falta de um domínio que não é nem do coletivo e tampouco do individual, mas “(...) o domínio do ‘particular’, isto é, o do discurso (...) em que as variações específicas se dão segundo parâmetros que vinculem o trabalho de execução da língua a regularidades internas e externas ao sistema” (PÊCHEUX, 1990 *apud* CORRÊA, 2002, p. 59).

Ainda segundo Pêcheux (1993b), uma das condições para o efeito de sentido na Análise do Discurso está na possibilidade de operar substituições que mantenham a “interpretação semântica” de um enunciado num dado contexto. Na perspectiva da AD, a relação de paráfrase entre enunciados integra uma teoria da significação dos discursos. Dessa maneira, busca-se no fenômeno parafrástico um lugar de interpretação dos sentidos veiculados pelos textos da proposta, assim como um lugar de articulação entre sistema e uso.

As condições de produção que possibilitam o fenômeno parafrástico aqui destacado se especificam na situação de escrita do evento enunciativo redação de vestibular da prova de seleção para ingresso à Universidade de São Paulo do ano de 2006 (FUVEST). O aspecto diretivo de escrita do gênero redação de vestibular apresenta uma demanda que indica, em maior ou menor grau, um percurso para a realização da escrita.

Com relação à metodologia a ser adotada neste trabalho, a proposta de redação do vestibular da FUVEST 2006 fornece três textos sobre o tema “trabalho”, que contém posições sócio-históricas construídas do ponto de vista ideológico, em um sentido amplo. Com base no quadro teórico da Análise do Discurso, o primeiro passo para realizar esta pesquisa será definir as formações discursivas veiculadas pelos textos da proposta de redação. Segue-se a leitura das redações com vistas a detectar a presença ou ausência dos posicionamentos exibidos pelos textos que compõem a coletânea presente na proposta. Uma vez coletadas as redações constituídas por formulações em relação de paráfrase com as posições enunciativas mobilizadas pelos textos da proposta de escrita, as mesmas formarão dois conjuntos de redações, constituindo, assim, o *corpus* final desta pesquisa: as dissertações que veiculam paráfrases discursivas, isto é, reformulações parafrásticas inseridas no contexto discursivo próprio, e as redações em que se encontram paráfrases previstas pelo sistema linguístico, mas que não se articulam ao contexto discursivo proposto naquele exame vestibular. Percebe-se que o procedimento de constituição do *corpus* caracteriza-se por ser de natureza metodológico-analítica, na medida em que é necessário analisar as redações quanto à presença de paráfrases dos posicionamentos dos textos da proposta.

Tendo em vista a proposta de investigação apresentada, este trabalho assim se organiza: no primeiro capítulo, apresentamos a fundamentação teórica que embasa a análise do objeto de estudo, abordando, sobretudo, os conceitos de formação discursiva, paráfrase e interdiscurso. Como são conceitos cujas amplitudes abrangem boa parte da teoria do discurso, outros conceitos serão abordados, ainda que de passagem. No segundo capítulo descrevemos os procedimentos metodológico-analíticos para a delimitação do *corpus* de estudo. No terceiro capítulo, analisamos o encaminhamento discursivo das paráfrases. Apresentamos, então, as considerações finais, e, por fim, as referências bibliográficas.

1. Considerações Teóricas

Com o intuito de refletir a respeito da noção de paráfrase produzida no campo da Análise do Discurso de linha francesa (AD), partimos da noção fundamental de formação discursiva. Além disso, para compor as contribuições teóricas nas quais se apoia esta pesquisa, retomamos questões indispensáveis sobre a língua, história e sujeito que constituem o lugar teórico da noção de discurso no quadro conceitual dessa linha de estudos.

1.1 Da noção de Formação Discursiva

No texto *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* (1993b), Pêcheux e Fuchs propõem um deslocamento teórico com a introdução do conceito de formação discursiva que altera em definitivo a percepção de discurso enquanto uma estrutura fechada. Caudatário do materialismo histórico – desenvolvido por Althusser na obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*, de 1970 –, o trabalho de Pêcheux e Fuchs propõe o discurso como um dos aspectos materiais da ideologia.

Segundo a teoria althusseriana, a reprodução da realidade econômica, sob a forma de relações de classe, tem como base a superestrutura ideológica. Althusser mostra a existência de realidades complexas, designadas “Aparelhos Ideológicos do Estado” (AIE), que têm a finalidade de assegurar a reprodução contínua das relações de classe. O fundamento da teoria materialista dos processos discursivos, proposto por Althusser, está na relação intrínseca entre ideologia e sujeito. “A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”, tese central althusseriana, se explica, pois “só há prática através de e sob uma ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1970 *apud* PÊCHEUX, 1997a, p. 148-149).

O funcionamento da instância ideológica de reprodução social se particulariza pelo processo chamado de interpelação do sujeito como sujeito ideológico, ou o assujeitamento do indivíduo. A interpelação ideológica consiste no processo que

conduz um indivíduo a ocupar um lugar em uma das classes sociais antagônicas que formam a base econômica, de modo que ele tenha a ilusão de que assim o faz por sua vontade própria. Pêcheux e Fuchs (1993) explicam que no interior dos AIE, em determinado momento histórico, trava-se a luta de classes, em que posições políticas e ideológicas organizam-se em formações ideológicas “que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971, p.102 *apud* PÊCHEUX, 1993b, p. 166). Assim é definida a formação ideológica:

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971, p.102 *apud* PÊCHEUX, 1993b, p. 166 grifo dos autores).

É a partir dessa leitura materialista da noção de formação discursiva, criada por Michel Foucault na obra *Arqueologia do Saber*, que Pêcheux modifica a abordagem homegeneizante de discurso proposta no trabalho *Análise Automática do Discurso* (AAD-69) da primeira fase da Análise do Discurso. Sua definição de formação discursiva (FD) como elemento conceitual não homogêneo, ao contrário da abordagem de Foucault, amplia os horizontes do campo de estudos da Análise do Discurso (AD). A propósito do legado de Foucault, Mazière (2008, p. 59) constata que o conceito de FD desenvolvido pelo estudioso é essencialmente homogêneo e não linguístico, na medida em que Foucault não inclui a forma da língua como necessária para a interpretação e estabilidade dos sentidos.

Se na AAD-69, do próprio Pêcheux, o discurso fora considerado uma estrutura homogênea, fechada em si, funcionando sob condições estáveis de produção, na versão atualizada da Análise do Discurso, a noção de FD, proposta por Pêcheux e Fuchs, coloca essa proposição em xeque.

a noção de *formação discursiva* tomada de empréstimo a Michel Foucault começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação

paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) (...) fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. (PÊCHEUX, 1993b, p. 314, grifo do autor).

Para Pêcheux, as formações ideológicas “comportam necessariamente” uma ou mais formações discursivas “interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971, p.102 *apud* PÊCHEUX, 1993b, p. 166).

Em *Semântica e Discurso* (1997a), Pêcheux dá continuidade ao deslocamento teórico iniciado com Fuchs, obra que compõe a chamada segunda fase da Análise do Discurso. Na ótica de Pêcheux, a materialidade do sentido é constitutivamente dependente do complexo das formações ideológicas. Em suas palavras: “(...) Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’” (1997a, p. 160). Essa dependência ocorre de duas formas; em uma delas, o sentido é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico que se constituem através das formações discursivas:

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 1997a, p. 160-161).

Assim, para a AD, as palavras, expressões e proposições não possuem um sentido próprio, literal ou transparente, mas o sentido se produz no interior da formação discursiva na qual foram produzidas. O sentido não existe “em si mesmo” (PÊCHEUX, 1997a, p. 160); isto é, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Dito de uma outra forma, “uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição – todos igualmente ‘evidentes’ – podem receber sentidos diferentes (...) conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva”

(PÊCHEUX, 1997a, p. 161). Indivíduos são interpelados em sujeitos ideológicos por formações discursivas que correspondem na linguagem a formações ideológicas determinadas.

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido acima. (PÊCHEUX, 1997a, p. 162).

Para o autor, é característico de toda FD dissimular, por meio da dita “transparência” do sentido nela formada, sua dependência do “complexo com dominante das formações discursivas”, o que ele denomina interdiscurso, submetido às relações de “desigualdade-contradição-subordinação” (1997a, p. 151) e que caracterizam o complexo das formações ideológicas numa formação historicamente dada. Em outras palavras, ao se identificar com uma FD, o sujeito se submete às relações dessa FD com outras, ficando, portanto, sob o efeito do interdiscurso e das relações possíveis, mas não inteiramente previsíveis, entre as FD numa determinada formação histórica.

A interpelação ideológica do sujeito se produz, portanto, pela sua identificação com a FD que o domina, que o constitui como sujeito. Essa identificação se sustenta pela inscrição de dois elementos do interdiscurso, o pré-construído e as articulações, no intradiscurso de uma sequência discursiva dominada por uma FD. Mais especificamente, a objetividade material do interdiscurso é constituída pelo efeito do “algo fala” sempre “antes, em outro lugar” do pré-construído (inacessível a intervenções do sujeito) e pelo efeito de articulação entre enunciados, que interliga os pré-construídos, objetos apropriados do interdiscurso, de forma a dar coerência ao discurso do sujeito enunciador (campo da formulação do discurso em que o sujeito, atuando num plano semiconsciente, acredita controlar o seu dizer). Em outras palavras, o pré-construído funciona como o:

(...) “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (“o mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (PÊCHEUX, 1997a, p. 164).

Entretanto, a relação de uma dada FD com o seu exterior, isto é, com as FD que, com ela, mantêm relações, se expressa com influência desigual na forma da justaposição entre unidades exteriores e fechadas entre si. O interdiscurso é, neste momento, pensado como um conjunto de relações entre intradiscursos coesos (BRANDÃO, 2004, p. 92), em que pontos de confronto separam e deslocam as fronteiras internas de uma FD do seu exterior, de acordo com os embates discursivos da luta ideológica. Pêcheux constata que “o fechamento da maquinaria é conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como o resultado paradoxal da irrupção de um ‘além’ exterior e interior” (PÊCHEUX, 1993, p. 314).

Já Marandin constatou que “o dispositivo AAD-69, orientado para a ‘deslinearização’ e a constituição dos domínios semânticos, conduzia a ‘negligenciar’ o interdiscurso” (*apud* MALDIDIER,⁷ 2003, p. 72).

Na perspectiva da AD, a língua é considerada um sistema relativamente autônomo, uma vez que ela não é dotada de sentido em si mesma. O sentido só se faz presente na relação da língua com o saber discursivo das formações discursivas relacionadas a formações ideológicas. Nas palavras de Pêcheux:

(...) diremos que a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico e que, disssimetricamente, o fato de que as classes não sejam “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes (PÊCHEUX, 1997a, p. 92)

Em trabalho de 1981b, Courtine e Marandin (*apud* MAINGUENEAU, 1993, p. 112) propõem que a FD deva ser entendida como uma realidade “heterogênea em si mesma” e não uma estrutura compacta que se opõe a outras de mesma natureza. A propósito, Brandão (2004), retomando também Courtine e Marandin (1981a) afirma que a AD deve fazer aparecer as contradições e incluir a heterogeneidade:

(...) como elemento constitutivo de práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se afrontam em um certo estado de luta ideológica e política, no seio de uma formação social em uma conjuntura histórica determinada (COURTINE; MARANDIN, 1981a, *apud* BRANDÃO, 2004, p. 88).

⁷ Mالدیدیر se refere à tese defendida por Marandin *Problemas de Análise de Discurso. Ensaio de descrição do discurso francês sobre a China* na Universidade de Vincennes em 17 de março de 1978.

Segundo Brandão (2004), a presença da heterogeneidade no tratamento do discurso afeta diretamente o conceito de FD. O interdiscurso irrompe na própria sequência discursiva do discurso como uma heterogeneidade enunciativa que “liga de maneira constitutiva o Mesmo do discurso com o seu Outro ou, em outros termos, permite a inscrição no discurso daquilo que se costuma chamar seu ‘exterior” (BRANDÃO, 2004, p. 87). Courtine, em seu trabalho, volta a essa questão: “o estudo do intradiscurso (...) é indissociável da consideração do *interdiscurso da FD.*” (COURTINE, 2009, p. 84, grifo nosso). Em outras palavras, pode-se dizer que a FD é definida a partir do seu interdiscurso específico, materializado no seu intradiscurso.

Pêcheux (1993) reconhece a importância da heterogeneidade discursiva na Análise do Discurso em seu texto de revisão teórica, *A Análise do Discurso: Três épocas (1983)*, na seção intitulada *A emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas: AD-3*. Nessa terceira fase, os desenvolvimentos teóricos se afastam da homogeneidade do discurso para serem buscados nas “formas linguístico-discursivas do *discurso-outro*” (PÊCHEUX, 1993c, p. 316, grifo do autor) que emergem com “o primado teórico do outro sobre o mesmo” (PÊCHEUX, 1993c, p. 315).

A(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) proposta(s) por Authier-Revuz (1990), no interior da Linguística da Enunciação, evidencia(m) a irrupção do discurso outro no discurso do sujeito. Fundada, em parte, na tese central do dialogismo bakhtiniano, essa teoria assume que o discurso e o sujeito se constituem na relação com o outro, sendo ele um interlocutor ou, como postula a autora, o inconsciente freudiano. Imbuída do postulado da AD que rejeita o sujeito como fonte autônoma do sentido, Authier-Revuz argumenta que “toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que este ‘é mais falado do que fala” (p.26).

Authier-Revuz (1990) postula que a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) são manifestações da própria inscrição do outro/Outro no discurso. Elas são distinguidas pela autora pelo caráter inacessível de uma (chamada heterogeneidade constitutiva) e pelo recurso de negociação com o inacessível do interdiscurso, do inconsciente e da ideologia que oferece a outra (chamada heterogeneidade mostrada). No que se refere à heterogeneidade mostrada, ela consiste na inscrição de posição(ões) ou palavras, no fio do discurso, podendo caracterizar-se pela presença de marcas linguísticas (heterogeneidade mostrada marcada) ou por sua ausência (heterogeneidade mostrada não marcada). A autora chama de casos de

autonímia simples, aqueles casos em que a heterogeneidade constitui um fragmento mencionado (marcado), acompanhado de uma ruptura sintática. Por sua vez, a construção não-marcada coloca o heterogêneo no plano da incerteza (cf. 1990, p. 29 e 34). Authier-Revuz (cf. 1990, p. 33) observa que a forma marcada de heterogeneidade é um recurso do sujeito – sob a ilusão de ser a origem do sentido e, portanto, sob o efeito do que Pêcheux e Fuchs chamam *esquecimento n°2*⁸ – para dar lugar ao outro de forma a melhor negar a sua onipresença.

Courtine, que caracteriza a FD como uma unidade dividida, se apoia em Foucault para ressaltar a *contradição* como característica de toda FD, pois, embora a FD busque a homogeneidade discursiva, os efeitos das contradições ideológicas são recuperáveis no interior dos discursos (COURTINE, 1982 *apud* BRANDÃO, 2004, p. 50).

É em razão de uma FD não possuir uma fronteira estável que delimite o exterior de seu interior, que sujeitos, ainda que falando de dentro de uma mesma FD, em uma conjuntura histórica dada, podem discordar sobre os sentidos a dar às palavras. Courtine e Marandin entendem que:

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado em forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates das lutas ideológicas. (COURTINE; MARANDIN, 1981, *apud* BRANDÃO, 2004, p. 49-50).

Assim, “Cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das *contradições ideológicas*” (BRANDÃO, 2004, p. 50, grifo nosso).

Courtine propõe um novo quadro teórico-metodológico para a AD no estudo *Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2009) que incorpora a heterogeneidade interdiscursiva no interior da FD. Filiado à tradição francesa da Análise do Discurso, Courtine introduziu elementos oriundos da *Arqueologia do saber* de Foucault, segundo uma abordagem materialista. O

⁸ Chama-se de esquecimento n°2 o “esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina (...) um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada” (Pêcheux; FUCHS, 1988, p.173). Como Pêcheux mesmo explica (1993, p.176), nesta forma de ilusão do sujeito como fonte do sentido a enunciação equivale a colocar fronteiras entre aquilo que é selecionado e o que é rejeitado.

discurso, na teoria foucaultiana, é definido como “(...) um conjunto de enunciados na medida em que se inscrevem na mesma FD” (FOUCAULT, 1969, *apud* COURTINE, 2009, p. 82). Segundo Courtine, Foucault vislumbra a FD como uma estrutura dividida que é a “própria lei de sua existência”: “Se há unidade, ela não está absolutamente na coerência visível e horizontal dos elementos formados, ela reside bem aquém, no sistema que torna possível sua formação” (FOUCAULT, 1969, *apud*, COURTINE, 2009, p. 83).

Para Courtine (2009, p. 83-84), o conceito de FD originário da teoria foucaultiana associa de forma contraditória níveis distintos do discurso. Um nível é o do sistema de formação de enunciados, que Courtine designa como “nível do enunciado”, e que funciona como uma regra modelar para um conjunto complexo de relações entre formulações. Para o autor, esse nível se refere “ao que pode e deve ser dito” a partir de um lugar determinado e em uma conjuntura no interior de uma FD, dependente do interdiscurso da FD em questão. De acordo com o teórico, o nível do enunciado torna constitutiva a “matriz do sentido” de uma determinada FD no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados.

O outro nível é o da sequência discursiva concreta, ou “nível da formulação” na releitura de Courtine, na medida em que esta manifesta certa “coerência visível e horizontal dos elementos formados” (p. 84). Para Courtine, esse nível relaciona-se ao intradiscurso, já que toda sequência discursiva deve ser apreendida num processo discursivo de reprodução ou transformação dos enunciados no interior de uma dada FD. Courtine faz a ressalva: a aproximação entre os diferentes níveis de uma FD presentes nas problemáticas de Foucault e Pêcheux, isto é, o nível do enunciado e o interdiscurso, e o nível da formulação e o intradiscurso, guardam especificidades que não podem ser reduzidas, especificamente no que diz respeito ao enunciado.

De acordo com Courtine, a noção de enunciado, reatualizada da teoria foucaultiana, rompe com o postulado da homogeneidade que, até então, constituía a construção de *corpora* em AD:

Com efeito, a sequência dos termos “referir-se” (implicitamente ou não), “repetir”, “modificar”, “adaptar”, “opor-se a”, etc. indica que o *enunciado insere-se em uma série de formulações* entre as quais algumas são dominadas pela mesma FD que aquela que domina a

sequência discursiva de onde ele é extraído (são produzidas em CP homogêneas), ao passo que outras, às quais o enunciado deve-se opor, referir-se implicitamente, modificar, etc., *podem ser produzidas em CP heterogêneas* em relação às suas, isto é, sob a dominância de uma ou várias outras FD, mantendo relações de contradição (antagonismo, aliança, ajuda, cobertura, recuperação, etc.) com a primeira. (COURTINE, 2009, p. 90, grifo nosso).

Nesta perspectiva, os enunciados em um discurso estão necessariamente imersos em “campos enunciativos” ou “domínios associados” o que, para Courtine, consiste em redes de formulações “nas quais o enunciado se insere e forma elemento” (2009, p.89). Os domínios associados compreendem as formulações no interior das quais o enunciado se insere numa sequência discursiva; dessa forma, o enunciado se inscreve em uma “*posição de sequência horizontal* ou intradiscursiva” (COURTINE, 2009, p.89, grifo do autor), isto é, em uma rede de formulações intradiscursiva. Ele é composto também por formulações que estabelecem uma rede de formulações interdiscursiva, “às quais o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja, finalmente, para falar delas (...)” (FOUCAULT, 1969, p. 130, *apud* COURTINE, 2009, p. 89). E por último, o domínio associado do enunciado é formado pelas formulações que tem a possibilidade de vir após o enunciado, como consequência natural ou sua réplica. Explicitado de outra maneira:

Observemos, em primeiro lugar, que o enunciado se encontra situado, de um lado, em uma relação horizontal com outras formulações no interior do intradiscorso de uma sequência discursiva; e, de outro, em uma relação vertical com formulações determináveis noutras sequências discursivas no interdiscorso de uma FD: *a definição de enunciado novamente acentua a indissociabilidade dos dois modos de existência do discurso como objeto* (COURTINE, 2009, p. 90, grifo nosso).

Courtine (2009, p. 100) caracteriza o enunciado como uma forma ou esquema geral do saber próprio de uma FD com a função de operacionalizar a repetibilidade numa rede de formulações de uma FD. Uma rede de formulações é composta por um conjunto “estratificado ou desnivelado” de formulações que constituem as possibilidades de uma FD e que remete à dimensão vertical (ou interdiscursiva) de uma FD. A dimensão interdiscursiva é o lugar onde se formam os objetos pré-construídos do “domínio do saber” de uma FD, dos quais o sujeito se apropria no momento de produzir uma sequência discursiva dominada por uma FD, para torná-

los objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, com o intuito de dar coerência à sua enunciação. O domínio do saber de uma FD tem a função de aceitabilidade discursiva sobre “o que pode e deve ser dito” e de exclusão sobre “o que não pode/não deve ser dito”, funcionando como uma “fronteira que se desloca” e que produz uma delimitação instável entre o exterior e interior de uma FD (COURTINE, 2009, p. 99-100). Courtine explica como funciona este nível do discurso:

Para nós, o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta, a organizar sua repetição, mas também, eventualmente, a provocar seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua denegação. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras. (COURTINE, 2009, p. 100).

Quanto ao nível horizontal do discurso, Courtine propõe que o intradiscurso de uma sequência discursiva é o lugar onde se dá a “sequencialização dos elementos do saber” de uma FD, isto é, onde o “desnívelamento interdiscursivo” da rede de formulações está linearizado e articulado na sequência discursiva (p. 101). O sujeito enunciador, a partir de um lugar determinado “no seio de uma FD”, faz a inserção dos elementos do saber da FD na enunciação do intradiscurso de uma sequência discursiva (COURTINE, 2009, p. 101-102).

Maingueneau (1993, p. 119) argumenta que a proposta teórico-metodológica de estabelecimento de “redes de formulações” pertenceria ao quadro da “análise automática do discurso”, de Pêcheux, na medida em que são definidas sequências em relação de paráfrase; sendo que, no caso de Courtine, define-se uma sequência discursiva de referência para as demais formulações relacionadas a uma FD. Neste ponto concordamos com Grossmann e Boch (2006), pois embora tanto a abordagem da AAD-69 de Pêcheux, como o procedimento de Courtine lancem mão do recurso linguístico da paráfrase, essas operacionalizações se diferenciam na medida em que à “paráfrase, conceito crucial da primeira época, que traduzia a busca do mesmo por trás do outro, sucede a reformulação, que se dedica, ao contrário, a evidenciar a alteridade e a heterogeneidade” (GROSSMANN; BOCH, 2006, p. 17-18).

Com o intuito de detalhar a abordagem por nós utilizada, consideraremos, neste ponto, algumas posições a respeito do interdiscurso. Para Maingueneau (1993, p. 111) a FD se relaciona com o interdiscurso em nível constitutivo, na medida em que o interdiscurso é a origem da sua constituição, o que o autor chama (1993; 2008) “o primado do interdiscurso” sobre o discurso. Nas palavras de Maingueneau: “Dizer que a interdiscursividade é constitutiva é também dizer que um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de um retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., mas de um trabalho sobre outros discursos” (1993, p. 120). Maingueneau considera, como Courtine, que os discursos se fundam na relação interdiscursiva, mas difere dele ao propor uma abordagem que consiste em um sistema semântico de operações que se volta à interdiscursividade.

Segundo essa perspectiva, para o autor (1993), ter o interdiscurso como espaço das regras da produção discursiva e, dessa forma, como objeto de estudo, resulta em buscar a apreensão não de uma FD, mas da interação entre as formações discursivas. Implica também que a identidade discursiva é construída na relação com o outro. Como as articulações fundamentais são constituídas na relação interdiscursiva, toda unidade desenvolvida a partir delas também será. Dessa forma, a relação interdiscursiva ecoa dois lados no enunciado de uma FD; o “direito” pertencente ao próprio discurso, e o “avesso” que marca a distância constitutiva que separa o enunciado de outros discursos.

A relação polêmica entre diferentes FD não surgiria, para Maingueneau (1993), de um exterior às relações entre as FD, mas é a própria atualização de uma delimitação recíproca, ocorrida no interior dos discursos. A polêmica seria a manifestação da incompatibilidade radical que permite a constituição do discurso, sendo o sentido dependente de uma circulação dissimétrica de uma posição enunciativa em relação à outra, coincidindo a identidade do discurso com a rede de interincompreensão na qual ele é capturado (MAINGUENEAU, 2008, p. 21-22).

Em razão da primazia do interdiscurso sobre o discurso, Brandão observa (2004, p. 89) que o interdiscurso passa a ser o espaço da regularidade discursiva em que os diversos discursos são seus componentes. O discurso tem, então, a sua identidade estruturada a partir da relação com o interdiscurso e não de uma relação que tem como característica a autossuficiência dos discursos.

Vale lembrar, a propósito da noção de interdiscurso, a contribuição de Possenti (2003). Possenti mostra em *Observações sobre o Interdiscurso (2003)*, que o

conceito de interdiscurso tem oscilado entre duas abordagens. O interdiscurso tem sido definido em um sentido estreito como o “conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros” e, em um sentido amplo, como o “conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, *apud* POSSENTI, 2003, p. 254).

Possenti avalia como insatisfatória a noção de interdiscurso formulada por Pêcheux. Para o autor (2003, p. 141), aceitar que sujeitos enunciam a partir do pré-construído seria possível caso se considerasse a universalidade imprimida pelo pré-construído como um efeito específico para uma dada FD ou para um sujeito em relação com uma dada FD; além disso, apenas os pré-construídos de uma FD específica estariam à disposição do sujeito do discurso ou seriam impostos a ele.

Melhor seria, de acordo com Possenti, considerar o pré-construído sob à ordem de cada FD ou daquelas com as quais uma FD está em relação de aliança. Um exemplo seriam os pré-construídos que se articulam na forma de discurso transversal, pois tanto a equivalência quanto a implicação ocorrem apenas no interior de FD definidas, nunca em uma FD antagonista. Segundo o autor, o interdiscurso disponibiliza um número de pré-construídos, mas apenas aqueles aceitáveis para uma dada FD são possíveis de serem selecionados. Possenti observa também, quando pré-construídos são derivados diretamente de uma FD eles podem ser retomados, mas quando provêm do interdiscurso são recusados porque não se apresentam como evidentes, como deveriam ser os pré-construídos e conclui: “parece mais adequado propor que para cada FD há um conjunto de pré-construídos [...] no interdiscurso, aos quais o sujeito pode e deve recorrer” (2003, p. 258). Concordamos com Possenti (2003, p. 256) quando acrescenta que a definição de interdiscurso como o todo complexo com dominante, proposta por Pêcheux, deve ser tomada de uma forma mais específica ou ele deva ser considerado, segundo a definição proposta por Courtine, como o exterior específico que domina uma FD, sendo esse exterior uma FD, ou um conjunto de FD, com a(s) qual(is) o sujeito mantém uma relação específica e relevante.

Mais eficiente, para Possenti, é a definição de interdiscurso proposta por Maingueneau, quando comparada a de Pêcheux. Por exemplo, a noção de universo discursivo equivaleria à noção de interdiscurso de Pêcheux. Este, e mais o campo discursivo e o espaço discursivo, formariam “um sistema no qual a definição da rede

semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro” (POSSENTI, 2003, p. 264). Para Possenti, a grande diferença entre os autores está na abordagem que cada um deles traz em seu quadro teórico.

(...) As ênfases diversas são notórias. Pêcheux se inscreve na vertente althusseriana – e provavelmente o assujeitamento ao interdiscurso é uma “aplicação” da noção de ideologia em geral e o assujeitamento a uma FD, uma aplicação da noção de ideologias particulares. Maingueneau filia-se de certa forma a Foucault, embora, ao contrário dele, privilegie a “superfície” e sua linguística seja de preferência uma semântica discursiva (POSSENTI, 2003, p. 267).

Para efeito deste trabalho, embora a definição de interdiscurso concebida por Maingueneau seja bastante operacionalizável, nas análises elegemos a abordagem de Courtine. Tomar o interdiscurso como o exterior particular que domina uma FD, com o qual o sujeito mantém uma relação específica e relevante parece, a nosso ver, mais funcional para a consideração da relação dos sujeitos com as FD dos textos fornecidos pelo exame vestibular.

A Análise do Discurso como uma teoria materialista dos processos discursivos propõe o conceito de FD como uma materialização, na língua, de posições ideológicas que interpelam os sujeitos em sujeitos do discurso. Essa noção se caracteriza não por ser uma estrutura fechada em que as diferentes filiações sócio-históricas se constituem independentemente umas das outras, mas por se constituírem na relação interdiscursiva, reconfigurando-se a cada embate ideológico.

Na perspectiva enunciativo-discursiva, a relação interdiscursiva se caracteriza pela irrupção do discurso outro no discurso do sujeito, isto é, a heterogeneidade enunciativa constitutiva da produção linguística. A heterogeneidade é entendida, portanto, como uma relação contraditória ou polêmica.

Como procuramos mostrar, a noção de FD, introduzida por Pêcheux (1993b), é constitutiva do efeito de sentido na produção discursiva, entre outras características. Courtine (2009) contribuiu no sentido de ampliar essa noção ao constatar que toda FD se constitui nas relações estabelecidas com outras filiações. Ele propôs a FD como uma estrutura dividida em dois níveis discursivos, o intradiscursivo e o interdiscursivo. Enquanto um representa a sequência discursiva das filiações, o outro regula as fronteiras das formações discursivas.

A seguir discutiremos a noção de paráfrase tendo em vista suas diversas concepções teóricas.

1.2 A paráfrase e as diferentes abordagens teóricas

Em torno do fenômeno parafrástico,⁹ reúnem-se concepções teóricas bastante diversificadas. Para Fuchs (1994, *apud* RIBEIRO, 2006, p. 84-85), tradicionalmente ele se relaciona com a atividade linguageira de reformulação de textos. Segundo Ribeiro (2006, p. 85), com o desenvolvimento da ciência linguística essa concepção de natureza empírica, que se baseia no texto como uma prática de linguagem, foi posta em relação com o funcionamento do sistema linguístico, enfatizando as relações entre formulações linguísticas. A concepção de paráfrase pode ser definida, segundo a autora (RIBEIRO, 2006, p. 85), como uma competência linguística do falante, que deve explicitada em termos de regras da língua, segundo a qual ele é capaz de produzir e identificar expressões diversas que mantém o mesmo sentido. Em outros termos, pode-se definir a paráfrase (ou reformulação) como uma relação de equivalência entre enunciados, podendo ser ou não a retomada de “um dado utilizando uma expressão linguística diferente daquela empregada para a referência anterior” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 420).

Segundo Fuchs (1985), os estudos contemporâneos a respeito da paráfrase têm se centrado em três abordagens teóricas. A primeira forma de equivalência linguística apoia-se na contigüidade formal entre frases, na qual duas proposições são consideradas formalmente equivalentes se apresentam uma propriedade em comum. A noção de equivalência formal retoma as regras de equivalência lógica, na qual duas proposições podem ser consideradas equivalentes se são conjuntamente verdadeiras ou falsas, como ocorre em:

⁹ Assinalamos que o fenômeno parafrástico pode ser interpretado como um tipo de manifestação de intertextualidade enquanto propriedade constitutiva do discurso, na medida em que todo discurso se estabelece sobre um já-dito. Segundo Maingueneau e Charaudeau (2012), a intertextualidade é definida simultaneamente como uma variante da noção de interdiscursividade, isto é “uma propriedade constitutiva de qualquer texto” e como “o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos” (p.288).

Partirei = Não ficarei

Fuchs (1985, p. 130) observa que muitos linguistas veem dificuldade em aplicar a noção de verdade aos enunciados da língua, considerando que ela conduz a um desconhecimento da especificidade do sentido. Ainda assim, os linguistas formais recuperam da lógica a ideia fundamental de tratar a paráfrase como equivalência. Dessa forma, o linguista estabelece famílias de enunciados considerados com “o mesmo sentido”, em relação aos quais ele pode descrever o parentesco sintático. Com exceção da escola de Harris, diz Fuchs, a maioria dos linguistas formais estabelece famílias parafrásticas calcadas na derivação de enunciados equivalentes, a partir de uma fórmula abstrata comum que representaria as relações gramaticais profundas e, portanto, a constância semântica entre esses enunciados. Na concepção lógica, a variação sintática profunda dos enunciados atende aos critérios necessários para estabelecer a equivalência entre eles. Um exemplo de paráfrase formal é a relação entre frases ativas e passivas:

Paulo comprou a casa = A casa foi comprada por Paulo

Fuchs (1985, p. 130) destaca a consideração do léxico e o impacto semântico das operações de derivação como dois problemas que derivam desta forma de equivalência. Isso quer dizer que, embora duas formulações possam ser estruturalmente equivalentes, as operações de derivação podem produzir efeitos semânticos variáveis, ou seja, modificar seu sentido. A linguista cita a escola de Harris que optou por estudar a paráfrase com base na constância lexical, trabalhando exclusivamente com a variação sintática superficial, como se observa no exemplo a seguir:

João é difícil de contentar = Contentar João é difícil

Por outro lado, a semântica gerativa aceita a equivalência entre lexicalização e gramaticalização isto é, a variação lexical e sintática (FUCHS, 1985, p. 130-131):

João matou o gato = João fez o gato morrer

Essas duas correntes encontram-se nos pólos teóricos da perspectiva lógica, e entre elas estão diversas linhas com posições intermediárias que consideram uma diversidade de construções sintáticas equivalentes de uma mesma unidade lexical (FUCHS, p.131).

O segundo tipo de paráfrase linguística, segundo Fuchs (1985, p.131), é a equivalência sinonímica entre enunciados. Desde a Antiguidade, os gramáticos se questionam se é possível a sinonímia lexical apresentar real identidade de sentido ou se se trata somente de proximidade semântica, qualificável em termos de semelhanças e diferenças. O mesmo questionamento se encontra na linguística contemporânea a respeito da paráfrase, diz Fuchs. Uma abordagem estritamente sintática repertoria todas as estruturas parafrásticas, enquanto diversas abordagens semânticas posteriores qualificam no plano dos significados aquilo que as paráfrases têm de semelhante ou de diferente. Os clássicos definiam a sinonímia lexical em termos de semelhança de “ideia principal” e diferença de “ideia acessória” e de forma convergente, os semanticistas contemporâneos caracterizam a paráfrase em termos de equivalência de um núcleo semântico de partida, em que semantismos complementares são introduzidos.

Para a AD francesa, o estabelecimento da paráfrase no discurso relaciona-se às coerções dos saberes discursivos que constituem uma filiação histórica; isto é, sua operacionalização não está relacionada a postulados sintáticos ou semânticos, como é o caso das paráfrases formal e sinonímica, que chamaremos aqui de paráfrase linguística. Para os propósitos do nosso estudo, é insuficiente a noção de equivalência que se baseie apenas na acolhida de semantismos de base, assim como, numa ideia intuitiva de equivalência, dependente do conhecimento linguístico dos locutores.

Um ponto essencial a respeito das abordagens da paráfrase em termos de equivalência formal e sinonímica é que ambas, diz Fuchs (1995, p. 133), tratam a relação parafrástica como uma relação virtual na língua, e não como uma relação atualizada no discurso. Com base nessa constatação de Fuchs, pode-se considerar que as diferentes perspectivas do fenômeno parafrástico apoiam-se em distintas concepções de língua. No que tange à relação entre a concepção abstrata de língua e a paráfrase linguística, apoiamo-nos em Orlandi:

A nível da língua como sistema (absolutamente) autônomo, o funcionamento só nos permitiria atingir o repetível formal, ou seja, nesse nível poderíamos explicitar as regularidades que comandam formalmente o funcionamento da linguagem: as sistematicidades sintáticas, morfológicas. (ORLANDI, 2007b, p. 28-29).

Quando a língua é operada enquanto um sistema abstrato e autônomo, a paráfrase linguística, seja ela lógica ou sinonímica, é a única possibilidade de realização.

A terceira concepção teórica a respeito da relação parafrástica observada por Fuchs (1995, p. 133-134) define a paráfrase como uma atividade efetiva de reformulação que abrange um contexto linguístico e circunstâncias extralinguísticas. Um locutor restaura, fielmente ou não, o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um novo texto. Nesta perspectiva, se inscrevem as abordagens da linha discursiva além das perspectivas pragmática e enunciativa.

Acrescente-se, ainda, que a reformulação, enquanto relação parafrástica, no viés enunciativo-discursivo é um dos vetores da heterogeneidade enunciativa, seja ela “mostrada” ou “constitutiva” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 420-421).

Tendo em vista as condições de produção do *corpus* de pesquisa, nos deteremos mais na reformulação parafrástica dos textos da coletânea como constitutiva de filiações históricas e meio de concretização da heterogeneidade enunciativa, podendo aparecer nas produções escritas dos pré-universitários na forma marcada ou não marcada.

1.3 As abordagens discursivas da paráfrase

Para a corrente da Análise do Discurso, o recurso ao fenômeno parafrástico se deu inicialmente na sua vertente anglo-saxã, sob influência de Paul Harris (*apud* GROSSMANN; BOCH, 2006). Por meio da análise distribucional, Harris buscou relações de paráfrases entre frases por meio da manutenção lexical, sem recurso prévio ao sentido.

Para Grossmann e Boch (2006), embora os postulados da Análise do Discurso da corrente francesa tenham se afastado do tratamento harrissiano, a preponderância da noção de paráfrase nesta tradição se explica por essa influência

inicial. Eles lembram que embora a AD tenha um escopo muito diferente do projeto harrissiano “a referência aos trabalhos de Harris permanece essencial, na medida em que se visa igualmente evidenciar as estruturas formais dos discursos” (GROSSMANN; BOCH, 2006, p.15).

Malidier (2003, p.40) aponta a teoria harrissiana como decisiva para o destaque da noção de paráfrase discursiva na teoria francesa, sem o recurso a uma definição linguística ou lógica de paráfrase. De um dado linguístico em Harris, a paráfrase passa a integrar uma teoria da significação dos discursos na Análise do Discurso francesa, observa.

Com Pêcheux, a AD recorreu a esse fenômeno ao longo do desenvolvimento dos primeiros procedimentos discursivos, o que possibilitou a inserção de seus postulados no campo da Linguística.

No dispositivo experimental da Análise Automática do Discurso de 1969 (AAD-69), Pêcheux (1993a, p. 88) propôs que o processo de produção de um discurso específico resulta da associação entre as condições de produção e o sistema linguístico. Dessa forma, as condições de produção funcionariam como um princípio de seleção-combinação sobre os elementos da língua. A partir dos elementos linguísticos selecionados e combinados constitui-se um sistema de ligações semânticas que representa a matriz do discurso. Assim, a análise na perspectiva da AAD-69 deve remeter uma série de superfícies discursivas de um discurso específico a uma estrutura invisível, ou profunda, que a determina, ao constituir um vestígio do processo de produção do discurso. Em um *corpus* discursivo, correspondente às mesmas condições de produção, quando dois termos *x* e *y* forem substituíveis um pelo outro em função de um contexto específico, Pêcheux chamou essa substituição de sinonímia local ou contextual. Se a substituição dos dois termos for possível em qualquer contexto, ela será chamada de sinonímia não contextual. A hipótese é de que as sinonímias contextuais constituem a regra e as não contextuais, são a exceção. O fenômeno semântico produzido pela substituição contextual é chamado de efeito metafórico, característico dos sistemas linguísticos “naturais”. É necessário, então, obter uma série de sequências representativas das condições específicas de produção para evidenciar pontos de ancoragem semântica definidas pelo recorte das metáforas, ou seja, uma ancoragem semântica mantida por uma variação da superfície do texto. Esse procedimento coloca em evidência a conservação da variante através da variação morfemática, isto é, o fato de que “as

substituições não mudam o sentido” (PÊCHEUX, 1993b, p. 224). Segundo Pêcheux, a repetição do idêntico através de formas diversas caracterizaria o mecanismo do processo de produção discursivo. A estrutura profunda se perpetua através de efeitos metafóricos que geram uma série quase infinita de superfícies por meio da restrição de seu funcionamento. Vários autores criticaram as sequências do tipo parafrásticas deste procedimento por privilegiar a repetição e conduzir a uma concepção de homogeneidade dos discursos. Em trabalhos subsequentes, Pêcheux ecoa as críticas feitas à primeira teoria discursiva, buscando reformá-la.

Quando Pêcheux atualiza o quadro teórico da AAD-69 ao propor o discurso como uma das formas da materialidade da ideologia, o autor entende a formação discursiva “como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’” (PÊCHEUX, 1997a, p. 172). Essa ilusão a que o autor se refere ocorre em razão do esquecimento da determinação ideológica, que foi chamado por Pêcheux de esquecimento nº1, inerente a toda prática subjetiva da linguagem. A partir daí, temos que “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’” (PÊCHEUX, 1993b, p. 169).

(...) o “sentido” de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva. É este fato de toda sequência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido” que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na *fonte do sentido*, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente (...) (PÊCHEUX; FUCHS, 1993b, p. 169).

Na perspectiva da Análise do Discurso os efeitos de sentido se constituem no interior das famílias parafrásticas inerentes às FD.

Nesta medida, e na condição de entender por processo discursivo as relações de paráfrase interiores ao que chamamos a matriz do sentido inerente à formação discursiva, diremos que o procedimento AAD constitui o esboço de uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido que atravessa a ilusão do efeito-sujeito (produção/leitura) e que retorna ao processo discursivo por uma espécie de arqueologia regular (PÊCHEUX; FUCHS, 1993b, p.170).

Segundo as bases lançadas por Pêcheux, a reformulação parafrástica é o lugar de constituição do sentido de uma formação discursiva. Isso implica que o sentido das proposições se constitui em cada formação discursiva. Ou ainda, que uma mesma palavra mude de sentido ao passar uma formação discursiva à outra, assim como palavras literalmente diferentes possam ter o mesmo sentido no interior de uma formação discursiva dada (PÊCHEUX, 1997a, p.161). Como bem afirmou Fuchs (1995, p. 133), a reformulação parafrástica constitui uma propriedade intrínseca dos enunciados na medida em que consideramos a prática linguística concreta dos sujeitos.

Pêcheux destaca, ainda, a oposição existente entre a concepção “puramente sintática” de paráfrase, como uma unidade não-contraditória do sistema linguístico, e a concepção de paráfrase que ele chama histórico-discursiva, com o intuito de “marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma *FD historicamente dada*” (1997a, p. 290 grifo do autor).

Apoiando-se no trabalho de Pêcheux e Fuchs, Henry (1990, p. 52) observa que, na sequência parafrástica, o efeito de sentido não está nas unidades, mas nas relações entre as unidades do discurso. Ele explicita o caráter contextual da noção de paráfrase discursiva:

(...) precisemos que a noção de paráfrase que está em questão é uma noção discursiva e que ela remete àquela de formação discursiva enquanto determinação daquilo que pode, numa conjuntura dada e a partir de uma posição dada, ser substituído de uma unidade dada. Estabelece-se, assim, que *os substitutos efetivos possíveis de uma unidade não podem ser definidos de maneira não contextual* num duplo sentido: ao mesmo tempo fora do discurso em que aparecem e sem considerar que a ou as formações discursivas que podem determinar as relações parafrásticas efetivas, através das quais o sentido deste discurso pode ser materialmente produzido, estão ligadas a formações ideológicas de que representam um dos aspectos da materialidade (HENRY, 1990, p. 52, grifo nosso).

Para o autor, em uma ocorrência de reformulação parafrástica os elementos do discurso não dependem exclusivamente da língua, mas também das formações discursivas relacionadas ao discurso produzido:

(...) se o discurso fosse inteiramente determinado em sua produção e interpretação pela língua, não haveria lugar para a noção de

paráfrase discursiva. Já afirmamos anteriormente que convinha considerar a paráfrase discursiva como sendo constitutiva dos sentidos. Pode-se então explicar como formulações diferentes quanto a sua materialidade possam estar ligadas a um mesmo efeito de sentido, mas nem por isso estas diferentes formulações podem ser consideradas como mantendo umas com as outras relações que relevariam da autonomia relativa da língua. É preciso ser claro sobre este ponto. A noção de paráfrase discursiva é uma noção “contextual” no sentido de que as paráfrases discursivas dependem das condições de produção e de interpretação, ou seja, das formações discursivas diversas às quais o discurso pode estar relacionado para nelas produzir sentido (HENRY, 1990, p. 59).

A noção de linguagem que orienta o campo da Análise do Discurso a toma como prática simbólica em que a língua não constitui uma estrutura autônoma, livre das influências extralingüísticas, como se dá com a concepção abstrata de língua enquanto representação do pensamento e a concepção funcional de língua enquanto instrumento. A paráfrase do ponto de vista discursivo é um espaço de interpretação dos sentidos históricos, resultante da prática linguística concreta dos sujeitos. Mais do que um sistema abstrato de signos autônomo, na perspectiva da Análise do Discurso, a linguagem, lugar de prática simbólica entre interlocutores, é necessariamente opaca e incompleta, pois constitui um sistema parcialmente autônomo decorrente da intermediação ideológica da relação entre a língua e o mundo.

Como afirma Orlandi:

Para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicitarmos as suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal (2007b, p. 29).

Em nosso trabalho, consideramos a paráfrase discursiva o lugar de interpretação de uma FD, a partir de um contexto discursivo específico, isto é, as relações de uma FD com a sua alteridade constitutiva, pois diferente de uma proposição de fechamento estrutural, buscamos na materialidade linguística da paráfrase as marcas das relações próprias do interdiscurso de uma FD, que se encontra em reconfiguração incessante.

Buscamos, dessa forma, a apreensão não de uma FD, mas da interação entre as formações discursivas postas em relação. Para nós as articulações entre as formações discursivas, sejam elas indicadoras de contradição/polêmica ou de aliança, são um dado a ser estudado nas paráfrases que formam o *corpus* de pesquisa, pois essas articulações são constituídas na relação interdiscursiva e, dessa forma, devem ser analisadas nos textos.

Compreender o uso concreto da língua é também levar em consideração a linguagem como forma de interação dotada de intencionalidade. O emprego da linguagem remete a uma intenção do enunciador, da veiculação de uma ideologia. Dessa maneira, optamos pelo estudo das marcas argumentativas das reformulações parafrásticas em suas relações com outras formações discursivas, tendo em vista que as mesmas evidenciam a intencionalidade de um enunciador.

Koch (1995) afirma que através da interação verbal os indivíduos estabelecem relações, provocam comportamentos, ou seja, atuam uns sobre os outros de uma determinada maneira. Para Maingueneau (1993), como a argumentação da linguagem é sempre construída pelo indivíduo com vistas a agir sobre alguém, este é um processo ao menos virtualmente dialógico, isto é, a argumentação se apoia no implícito da fala do outro, sendo esta “uma dimensão essencial da atividade discursiva” (1993, p. 160). Com base na Semântica da Enunciação de Ducrot, Koch (1995) destaca que a gramática das línguas possui mecanismos que indicam a argumentatividade dada aos enunciados através de marcas linguísticas, ou operadores argumentativos. Para a análise do diálogo entre as filiações presentes nos textos da coletânea, utilizamos os trabalhos de Maingueneau (1993) e Koch (1984, 1995), apoiados em Ducrot (1981). Os operadores argumentativos, também chamados discursivos, são empregados “para designar certos elementos da gramática de uma língua que tem por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam” (KOCH, 1995, p. 30). Também incluiremos marcas linguísticas da argumentação retomadas por Koch de acordo com a função que desempenham na orientação argumentativa dos enunciados nas reformulações parafrásticas, tais como as marcas de pressuposição, de atitudes comunicativas e de modalização. Adiantamos a mesma ressalva feita por Maingueneau (1993, p. 168) ao descrever o emprego argumentativo do “mas”: os operadores argumentativos podem desempenhar

funções diferentes de acordo com o contexto em que se encontram, embora mantenham seu valor linguístico fundamental.

Estabelecidos os pontos teóricos fundamentais para a abordagem que pretendemos fazer, tratamos, na seção seguinte, da metodologia e exemplificamos como foi conduzida a análise do material.

2. A metodologia

2.1. Aspectos gerais sobre a delimitação do *corpus*

O material de que se ocupa este estudo é composto por redações produzidas em situação de vestibular. Como parte acessória desse material, mas imprescindível neste trabalho, consta a proposta de redação. Nela, solicita-se uma dissertação sobre o tema trabalho, tendo como ponto de partida um grupo de textos que apresentam posicionamentos sócio-históricos sobre esse tema.

Tendo em vista a proposta de redação, buscamos revelar se e como os posicionamentos enunciativos dos textos da proposta de escrita são constitutivos do funcionamento discursivo das redações dos vestibulandos. Em outras palavras, pretendemos fazer o reconhecimento de trajetos discursivos que constituem a especificidade das FD expostas nos textos da proposta de redação. Para isso, escolhemos a noção de paráfrase discursiva que tem, neste trabalho, algumas funcionalidades.

A primeira é a de separar as redações que se alinham de forma explícita ou implícita às FD localizáveis nos discursos fornecidos pela proposta de escrita daquelas redações que tratam do tema por outra ótica que não a das filiações presentes nos textos da coletânea. Esta função relaciona-se diretamente com o recorte do *corpus* de pesquisa.

A noção de paráfrase também servirá a uma segunda funcionalidade: a de distinguir as redações que buscam produzir um trabalho com as FD fornecidas pelos textos da proposta (explorando a polêmica, por exemplo) daquelas que fazem mera reprodução formal dos posicionamentos dos textos fornecidos sem chegar, no entanto, a reproduzir o respectivo contexto histórico-discursivo.

Por último, neste trabalho, as reformulações das diferentes filiações da proposta, ou filiações de referência, extraídas das escritas dos vestibulandos, serão tomadas como ligadas por relações de paráfrase, constituindo o interdiscurso específico das FD de referência. Neste ponto nos referimos à formação de redes de formulações interdiscursivas das filiações de referência, isto é, das filiações

veiculadas pelos textos da coletânea, independentemente de serem FD dominadas ou dominantes em determinado texto da proposta. Isso quer dizer que as filiações podem constituir FD dominantes ou dominadas em determinada sequência discursiva produzida em uma redação de vestibular. Adiantamos que são cinco as filiações sócio-históricas assumidas neste trabalho, tendo como base – como pontuado – os textos da coletânea. No primeiro texto, duas formações discursivas se encontram em uma relação antagônica: a FD que toma o trabalho como uma condição da essência humana e a FD que historiciza o trabalho. No segundo texto encontramos a FD que toma a evolução tecnológica como fator essencial da evolução social em contraposição com a FD que toma o desenvolvimento tecnológico como elemento de acirramento da exploração sobre o trabalho humano. Por fim, no terceiro texto apontamos a presença da FD que toma o trabalho artístico como fundamento da relação do homem com o mundo.

A partir do *corpus* inicial da pesquisa procedeu-se um recorte tomando por base o critério da presença relacional das FD veiculadas pelos textos da proposta nas redações de vestibular. O resultado da aplicação desse critério está explicitado mais adiante, ainda neste capítulo.

As redações selecionadas obedecem, portanto, ao critério de trazer em suas superfícies discursivas a paráfrase de uma ou mais filiações ideológicas veiculadas nos textos da proposta de redação, não sendo necessário que as redações tragam os mesmos posicionamentos dos textos da coletânea, isto é, as mesmas posições de dominância entre as filiações que figuram nos textos presentes na proposta. O conceito de paráfrase, seja ela linguística ou discursiva, foi, desse modo, primordial para compor o *corpus* final de pesquisa.

As filiações de referência assumidas nos textos são estudadas nas suas relações com outras FD, sejam elas as FD dos textos da coletânea proposta do exame vestibular, ou não. Como um posicionamento não existe por si mesmo, mas se encontra em uma relação interdiscursiva, buscaremos as marcas linguísticas das relações entre filiações estabelecidas nos discursos dos pré-universitários.

Resta ainda dizer a respeito do *corpus* sobre a impossibilidade da sua reprodução integral dos textos no corpo deste trabalho, por exigência da FUVEST, instituição que forneceu os textos para pesquisa, para evitar a identificação dos autores. Assim, serão selecionados e transcritos, exatamente do modo que

aparecerem, alguns dos trechos considerados mais relevantes para a análise da redação em questão.

Reconhecemos que, além das redações, é importante considerar o caráter indutor da instrução presente na proposta de redação, o que favoreceria a homogeneidade temática dos textos a serem produzidos. Para melhor comentar sobre os fatores verbais indutores da produção do aluno, antecipamos a apresentação da Instrução que aparece na proposta de redação do vestibular de 2006:

INSTRUÇÃO: Os três textos acima apresentam diferentes visões de trabalho. O primeiro procura conceituar essa atividade e prever seu futuro. O segundo trata de suas condições no mundo contemporâneo. E o último, ilustrado pela famosa escultura de Michelangelo, refere-se ao trabalho de artista. Relacione esses três textos e com base nas ideias neles contidas, além de outras que julgue relevantes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, comentando sobre o que leu acima e também sobre os outros pontos que você tenha considerado pertinentes.

Vale lembrar que o objetivo deste trabalho é estudar as paráfrases das posições enunciativas inscritas nos textos da coletânea como procedimentos dialógico-discursivos, sem ficarmos imobilizados por uma leitura homogeneizante do caráter indutor das Instruções ou dos próprios textos da proposta. Ao explorar as FD e suas relações, pretende-se, portanto, explorar a heterogeneidade do *corpus*, o que dá lugar à consideração das Instruções e dos textos da proposta de redação como elementos disparadores não só de uma produção temática mais ou menos homogênea, mas, sobretudo, como elementos disparadores da heterogeneidade do discurso e do sujeito, o que, no final, resulta num material mais ou menos homogêneo em relação ao tema, mas muito heterogêneo em relação ao tratamento dado a ele.

A seguir, destacaremos as FD de referência presentes na proposta de redação e que serviram de critério para o recorte do *corpus*. Para evidenciar como se deu o levantamento e análise das sequências parafrásticas, discorreremos, a seguir, sobre as FD que se destacam nos textos da proposta, tomadas como posicionamentos ideológicos. Essas posições sócio-históricas são vistas como lugares ideológicos presentes no ideário da sociedade contemporânea.

2.2. Os textos da proposta de redação

A proposta de redação é composta por três textos que apresentam posições enunciativas específicas e que têm no tema geral do trabalho seu eixo articulador. Cabe, inicialmente, reproduzirmos o tema proposto para a redação no vestibular/2006 da FUVEST.

REDAÇÃO

Texto 1

O trabalho não é uma essência atemporal do homem. Ele é uma invenção histórica e, como tal, pode ser transformado e mesmo desaparecer.

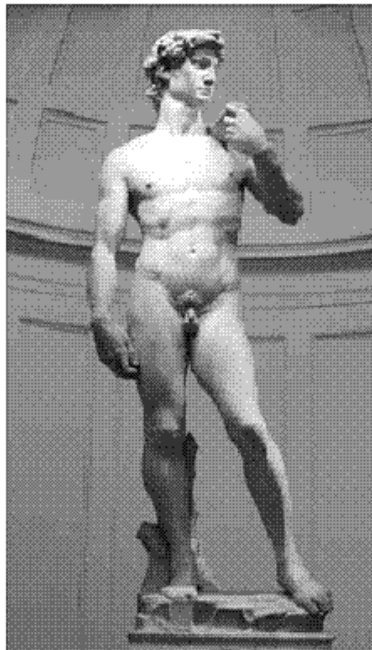
Adaptado de A. Simões

Texto 2

Há algumas décadas, pensava-se que o progresso técnico e o aumento da capacidade de produção permitiriam que o trabalho ficasse razoavelmente fora de moda e a humanidade tivesse mais tempo para si mesma. Na verdade, o que se passa hoje é que uma parte da humanidade está se matando de tanto trabalhar, enquanto a outra parte está morrendo por falta de emprego.

M.A. Marques

Texto 3



O trabalho de arte é um processo. Resulta de uma vida. Em 1501, Michelangelo retorna de viagem a Florença e concentra seu trabalho artístico em um grande bloco de mármore abandonado. Quatro anos mais tarde fica pronta a escultura "David".

Adaptado de site da Internet

INSTRUÇÃO: Os três textos acima apresentam diferentes visões de trabalho. O primeiro procura conceituar essa atividade e prever seu futuro. O segundo trata de suas condições no mundo contemporâneo e o último, ilustrado pela famosa escultura de Michelangelo, refere-se ao trabalho de artista. Relacione esses três textos e com base nas idéias neles contidas, além de outras que julgue relevantes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando sobre o que leu acima e também sobre os outros pontos que você tenha considerado pertinentes.

Figura 1 – Proposta de redação da FUVEST 2006.

Nesses textos da coletânea, destacamos, quando possível, as FD em relações de sentido que podem ser de aliança ou antagonismo, como é o caso de dois dos três textos. Neles, as FD delimitam-se reciprocamente e definem uma relação polêmica que forma um espaço discursivo. Já o terceiro texto se caracteriza por uma relação particular entre FD. As visões conflitantes se dão entre a gratuidade do material (o mármore) na composição da obra de arte – trabalho “de uma vida” - e o seu caráter utilitário (mármore abandonado). Não se explicita, no texto explicativo, que o bloco de mármore tinha sido abandonado por outros escultores. Essa falta de explicitação, que remeteria à história de Florença e do Renascimento italiano, favorece, na proposta de redação, uma leitura do abandono do mármore como estando ele desprovido de qualquer função prática na vida cotidiana. Aparece, desse modo, uma relação entre FD, induzida pelo texto explicativo que aparece junto à foto da escultura de David. Essa relação centra-se na oposição entre as visões artística e utilitarista como organizadoras da relação do homem com o mundo: o que era mármore abandonado se erige como um símbolo de Florença. Curiosamente, essa oposição é pouco explorada pelos vestibulandos, que tendem a limitar-se a valorizar, de forma genérica, o trabalho artístico em detrimento do trabalho para a sobrevivência, não chegando a ler a presença de uma relação que explicita mais de uma FD. Desse modo, destacamos, no texto 3, apenas uma filiação sócio-histórica com o potencial de formar um espaço discursivo com outra filiação, em uma relação de sentido que defina uma ligação de afinidade ou contraditória. Neste caso, sempre que a sequência parafrástica referir-se a apenas uma FD, mesmo que ela esteja implicitamente em uma relação polêmica, a tomaremos como uma formulação que constitui uma rede interdiscursiva de formulações, assim como as outras sequências discursivas.

As relações entre os diferentes lugares discursivos são tratadas do ponto de vista argumentativo, quando isso for possível, isto é, caso os posicionamentos estejam em relação com outras FD, como é o caso das *parafrases discursivas*. No interdiscurso – lembramos uma vez mais -, as FD estão em relação, explicitamente ou não, de aparente neutralidade, aliança ou oposição.

Percebe-se que os textos se particularizam em função do conjunto do tema em cada um deles. A complexidade temática no interior dos processos sócio-históricos específicos é analisada a seguir. Iniciamos com o primeiro texto da coletânea:

O trabalho não é uma essência atemporal do homem. Ele é uma invenção histórica e, como tal, pode ser transformado e mesmo desaparecer. Adaptado de A. Simões

Neste primeiro texto, dois sentidos de trabalho são relacionados de forma polêmica. A asserção negativa do texto refuta o pressuposto de que o trabalho é uma essência do homem independentemente do contexto histórico e dos valores de uma determinada sociedade, isto é, refuta o trabalho como um valor em si mesmo que refletiria a condição humana, ou dito de outra forma, refuta a ideia do homem fora da história. Essa negação se marca, portanto, em oposição à noção ideológica que considera o trabalho uma condição intrínseca da humanidade. Chamaremos esta filiação de FD-1. A este posicionamento, já refutado no primeiro enunciado do texto, volta a contrapor-se a asserção que remete à crença na condição histórica da existência humana. O trabalho seria, portanto, uma ação humana orquestrada, resultado das formas de organização da produção de uma sociedade e que estão sujeitas as novas reorganizações. Chamaremos esta filiação de FD-2.

A crença no trabalho como condição intrínseca ao homem constitui uma filiação histórica que tem uma de suas origens no pensamento religioso. O cristianismo, que constitui ainda hoje a base dos posicionamentos hegemônicos do mundo ocidental, diz a respeito da condição humana:

E ao homem declarou:
 “Visto que você deu ouvidos à sua mulher
 e comeu do fruto da árvore
 da qual eu lhe ordenara
 que não comesse,
 maldita é a terra por sua causa;
 com sofrimento você
 se alimentará dela
 todos os dias da sua vida.
 Ela lhe dará espinhos e ervas daninhas,
 e você terá que alimentar-se
 das plantas do campo.
 com o suor do seu rosto,
 você comerá o seu pão, até que volte a terra,
 visto que dela foi tirado;
 porque você é pó,
 e ao pó voltará”. (BÍBLIA, 2001, GÊNESIS 3. 17 – 19)

Segundo a tradição cristã, o esforço humano voltado à sobrevivência seria uma condição inerente à humanidade, fruto do desígnio divino. A queda no paraíso teria

provocado a condenação da humanidade a uma vida de esforços voltada à sobrevivência. Assim, em razão da transgressão humana, Deus castiga a raça humana. Modificar esse destino estaria além da vontade humana.

A definição de trabalho, segundo a filiação religiosa, engloba as atividades que visam à sobrevivência humana, o que inclui as práticas de subsistência. Podemos dizer que o labor destinado ao sustento humano, segundo o discurso religioso (cristão), constitui um traço da essência da humanidade. Ou seja, o discurso religioso não historiciza o trabalho humano; ao contrário, pressupõe a sua universalidade como condição intrínseca do homem.

Na modernidade, a crença no trabalho como essência do homem está atrelada ao trabalho remunerado e surge somente com o desenvolvimento do capitalismo. No sentido moderno:

[...] trabalho não se confunde com os afazeres, repetidos dia após dia, necessários à manutenção e à reprodução da vida de cada um; nem com o labor, por mais penoso que seja, que um indivíduo realiza para cumprir uma tarefa da qual ele mesmo e seus próximos serão os destinatários e os beneficiários; nem com o que empreendemos por conta própria e cuja finalidade só interessa a nós mesmos e que ninguém poderia realizar em nosso lugar (GORZ, 2007, p.21).

Gorz (2007) constata que com a modernidade passaram a se distinguir dois sentidos de trabalho como realidade humana. Ao chamar de trabalho as atividades doméstica, artística e de autoprodução, empregamos um sentido radicalmente diverso ao que modernamente se empresta à noção de trabalho como “fundamento da existência da sociedade, ao mesmo tempo sua essência e sua finalidade última” (GORZ, 2007, p.21). Assim – continua – a característica mais importante do trabalho como essência do homem é a de ser uma atividade solicitada e reconhecidamente útil para terceiros e, por essa razão, remunerada. É em função do trabalho remunerado – diz – que o homem moderno pertence à esfera pública, pois a ele proporciona existência e identidade social, o insere numa rede de relacionamentos e intercâmbios, confere direitos em troca de certos deveres. Sob esta perspectiva, o trabalho remunerado se tornou o fator mais importante da socialização na sociedade industrial e por essa razão ela pode ser percebida como uma “sociedade de trabalhadores, distinta de todas as demais sociedades que a precederam ao longo da história” (GORZ, 2007, p. 21).

Embora o homem moderno e o homem do mundo antigo (grego e romano) possam ser definidos a partir da organização social pelo trabalho, há, naturalmente, diferença entre eles. Se com a Revolução Industrial, o trabalho foi estruturado como fator de integração social, no mundo antigo, ao contrário, o labor era justamente o responsável pela exclusão social. Em todas as sociedades pré-modernas, aqueles que o realizaram foram considerados inferiores, submetidos que estavam às necessidades da vida. Por essa condição, os indivíduos subjugados ao labor eram considerados incapazes de elevação do espírito, do desinteresse e tudo aquilo que habilitava o homem a ocupar-se dos assuntos da política ou da alma (ARENDDT, 2005, p. 20-21). Aos olhos gregos era servil e degradante a atividade voltada à manutenção da vida. Reservado às mulheres e aos escravos, o labor excluía do exercício da cidadania, isto é, a participação na *polis*.

Durante a Antiguidade “laborar significava ser escravizado pela necessidade” e “precisamente por este motivo é que a instituição da escravidão era defendida e justificada” (ARENDDT, 2005, p. 94). Vê-se que o sentido do trabalho no mundo clássico não guarda relação com o sentido de essência humana do discurso religioso ou do discurso capitalista. Como observa Arendt (2005), para os antigos, o labor era considerado “um rude golpe do destino, um fardo pior que a morte por implicar a transformação do homem em algo semelhante a um animal doméstico” (2005, p. 94).

Se para uma sociedade o trabalho constitui a sua verdadeira e última finalidade, de acordo com o ideário capitalista, isso quer dizer que para o homem moderno o trabalho dá, ou deveria dar, sentido à vida, de forma a constituir a essência do homem. A partir da era industrial, o trabalho como essência na modernidade, fundação da coesão social e da cidadania, relacionado à sociabilidade e aos direitos sociais, está atrelado à atividade remunerada.

Como procuramos identificar, a definição de trabalho segundo o discurso capitalista remete ao trabalho remunerado, diferente das definições religiosa e clássica. Essa filiação assume, ainda, que o trabalho constitui a essência do homem moderno, e dessa maneira, impõe condições históricas ao trabalho humano.

O texto 2 da proposta também se caracteriza pela complexidade de posicionamentos discursivos:

Há algumas décadas, pensava-se que o progresso técnico e o aumento da capacidade de produção permitiriam que o trabalho ficasse razoavelmente fora de moda e a humanidade tivesse mais tempo para si mesma. Na verdade, o que se passa hoje é que uma parte da humanidade está se matando de tanto trabalhar, enquanto a outra parte está morrendo por falta de emprego. M. A. Marques

O segundo texto trata do progresso tecnológico, incapaz – segundo o texto – de superar as condições de exploração do homem no âmbito do trabalho. Ainda segundo ele, o trabalho na sociedade contemporânea se caracteriza por uma jornada desigual de trabalho: enquanto alguns acumulam funções e têm sua carga de trabalho multiplicada, outros não encontram estabilidade, convivendo com o desemprego ou o subemprego do mercado informal de trabalho. Isso ocorre porque vivemos em uma sociedade em que a produtividade cresce continuamente, ao passo que o trabalho remunerado tende a diminuir.

Antunes (2003) diz que a ciência contemporânea subordinada que está à lógica de reprodução do capital é impelida em direção ao “incremento da produção de valores de troca”, o que impediria “o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível (...)” (ANTUNES, 2003, p. 122). Uma ciência comprometida com o capital não seria capaz de produzir bens que direcionassem a sociedade rumo a uma economia do trabalho equilibrada. Pelo contrário, Antunes (2003, 119) defende que a sociedade industrializada, que ele chama de *sociedade do capital*, necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das formas de trabalho parcial e terceirizado; além de intensificar o emprego do trabalho feito por máquinas, o que ele chama de “trabalho morto”, em detrimento do trabalho humano, ou “trabalho vivo”. Como o capital não pode eliminar a mão de obra humana do processo de criação de valores de troca – diz Antunes – ele deve ampliar o uso e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor.

Ainda segundo Antunes (2003, p. 174) a redução da jornada de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho como uma forma de contraposição à extração do sobretrabalho, ou seja, o trabalho necessário para a obtenção do lucro, e uma forma de tentar minimizar o desemprego estrutural.

Semelhante ao que afirma Antunes é o estudo¹⁰ do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Segundo ele, o desenvolvimento tecnológico tem produzido desemprego nos Estados Unidos em razão da substituição da mão de obra pela tecnologia. Além de diminuir a demanda por empregos, uma outra consequência gerada pelo uso da tecnologia no campo do trabalho, segundo o estudo, tem sido o aumento da desigualdade social.

Ao longo da modernidade, entretanto, o sentido de progresso sempre esteve relacionado com a concepção de desenvolvimento e crescimento, ao mesmo tempo em que convive contraditoriamente com a materialidade da miséria e da destruição.

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves problemas ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais. (DUPAS, 2007, p. 73)

De acordo com Dupas (2007), a ideia contemporânea de progresso foi consolidada com a revolução de Darwin culminando na perspectiva triunfalista do capitalismo global que, ao fim, ficou destinado a resgatar o sentido de progresso perdido nos destroços das duas grandes guerras mundiais. Citando Habermas, o autor assinala que a doutrina neoliberal ressuscita o conceito de progresso, associando-o à liberdade dos mercados globais e a um ciclo benévolo da lógica do capital. Os benefícios da globalização dos mercados, segundo essa ideologia, eliminariam a miséria, as guerras e o papel dos Estados nacionais mundo afora, realizando em curto prazo a grande utopia do progresso.

Contrariamente aos dois primeiros textos, conforme procuramos mostrar, o texto 3, embora permita observar mais de um posicionamento, suscitou nos textos dos alunos mais uma posição cristalizada sobre o trabalho de arte do que propriamente uma leitura do texto verbo-visual que a proposta apresentava.

O trabalho de arte é um processo. Resulta de uma vida. Em 1501, Michelangelo retorna de viagem a Florença e concentra seu trabalho artístico em um grande

¹⁰ ROMAN, Clara. Tecnologia mais destrói do que cria emprego, diz estudo do MIT. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de jun. 2013.

bloco de mármore abandonado. Quatro anos mais tarde fica pronta a escultura "David". Adaptado de site na internet.

O texto 3 aproxima-se da definição de arte como um trabalho estético que tem origem em um processo afetivo e intelectual do ser humano. Esta definição é apreendida por meio da asserção afirmativa do texto. Assinalamos as paráfrases desse posicionamento preocupando-nos em apontar as marcas explícitas de relação com outro posicionamento apenas quando há uma relação estabelecida com outras filiações às quais ele venha a manter fortes ligações, assim como com relação às marcas linguísticas que fundamentem essas relações.

2.2.1 As relações entre as FD nos textos da coletânea

Bakhtin (2002) considera a palavra um signo ideológico por natureza. Para a Análise do Discurso francesa, o sentido de um signo é definido a partir dos diferentes posicionamentos sócio-históricos incorporados pelas FD. Esses posicionamentos podem relacionar-se de modo favorável, na medida em que concordam entre si, ou confrontam-se. Essas diferentes relações entre as FD é o que vamos buscar nos textos da coletânea.

No primeiro texto, destacamos duas FD que, juntas, formam um *espaço discursivo* derivado de uma relação polêmica, isto é, do confronto estabelecido entre posicionamentos antagônicos: o posicionamento que estabelece o trabalho como uma condição inerente ao homem, ou seja, uma perspectiva que entende o trabalho como essência humana. A esta FD opõe-se a filiação que determina o trabalho como uma condição histórica, ou seja, o trabalho reflete a produção econômica de uma sociedade em determinado momento histórico. Não consideramos aspectos sobre o trabalho tais como as transformações pelas quais tem passado ao longo do tempo, ou sua condição futura, por não serem relevantes para a constituição dos sentidos das posições sócio-históricas veiculadas nos textos da coletânea, embora sejam aspectos trazidos nas instruções. Optar apenas pelos posicionamentos inscritos nos textos, sem levar em conta aspectos adjacentes do tema, é resultado da metodologia de pesquisa adotada.

As FD extraídas do texto 1 da coletânea delimitam-se reciprocamente numa relação contraditória marcada pela dominância de uma das FD. Sob a forma do operador argumentativo “não”, recusa-se como verdadeiro o pressuposto afirmativo, que constitui a FD dominada, ou FD-1, que naturaliza o trabalho como uma condição humana. A negação desse posicionamento orienta o discurso para uma conclusão a favor de uma posição diferente, a do trabalho como condição histórica do homem. A FD dominante, ou FD-2, é apresentada em uma asserção afirmativa em que o verbo no *tempo do comentário*¹¹ marca a tomada de posição do enunciador. Adicionalmente, “como tal” funciona como um operador argumentativo que introduz uma conclusão a partir da FD dominante, isto é, de que o trabalho pode se transformar ou desaparecer, somando um argumento favorável à FD dominante.

Podemos apontar no segundo texto duas crenças em relação contraditória a respeito do progresso tecnológico. Em um deles, a filiação dominada (FD-1), o avanço tecnológico está diretamente relacionado com o progresso das sociedades, capaz de proporcionar bem-estar social, capaz de diminuir o desemprego social e libertar o homem do excesso de trabalho, disponibilizando-lhe tempo livre; enquanto no outro, a filiação dominante (FD-2), o desenvolvimento tecnológico, ao garantir a concentração de renda, aprimora a exploração do homem por meio do trabalho. O incremento da tecnologia provoca desemprego e maior exploração do homem.

Nesses dois lugares enunciativos que interagem numa relação contraditória marcam-se tempos verbais que atuam de modo a orientar argumentativamente os posicionamentos. Na FD-1, o verbo no imperfeito “pensava” indica uma ação ou estado em andamento no passado. Ele está acompanhado do índice de indeterminação do sujeito “se” (“pensava-se que”) que insere um ponto de heterogeneidade no intradiscurso, como um elemento pré-construído. Além disso, o verbo marca-se por estar no imperfeito, tempo da narração, indicando um distanciamento da filiação, que neste caso está sendo negada. A narração também pode ser uma forma de revestir uma filiação na forma de um simulacro, o que relacionamos com o processo de interincompreensão generalizada, o qual Possenti

¹¹ Weinrich, estudioso em cujo trabalho se fundamenta o estudo das marcas de argumentatividade no discurso, em Koch (1984), postula que os tempos verbais distinguem dois tipos de atitudes comunicativas: os tempos verbais do mundo comentado, em que o locutor compromete-se ao máximo com aquilo que enuncia, de modo que produz tensão entre os interlocutores envolvidos com o discurso; e os tempos verbais do mundo narrado, com seu uso o locutor exibe um comportamento de distanciamento com relação ao seu discurso, de modo a não se comprometer com aquilo que foi dito (WEINRICH, 1968 *apud* KOCH, 1984).

(2008, p. 99) entende como “a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas”. A orientação argumentativa desta sequência discursiva se dá a favor do posicionamento que confronta a ideia de progresso através da tecnologia. A FD-2 é introduzida por meio da locução “na verdade” que funciona como operador argumentativo expressando antagonismo. O tempo verbal da FD-2 encontra-se no tempo do *comentário* que indica a tomada de posição.

Em razão de as redações do *corpus* não poderem ser exibidas na sua integralidade, a fim de evitar a identificação dos autores, vale, inicialmente, mostrar as redações publicadas no site da FUVEST e como as FD estabelecem o funcionamento discursivo nesses textos. Utilizamos, para tanto, três dessas redações entre as consideradas as melhores do vestibular do ano de 2006.

2.3 A forma de análise

Na tentativa de melhor ilustrar a metodologia e a proposta de análise do *corpus* de pesquisa, fizemos o levantamento das paráfrases presentes nas redações publicadas no *site* da instituição organizadora do vestibular. A seguir, são exibidas as paráfrases das FD presentes nos textos da coletânea encontradas nessas redações, estejam elas relacionadas entre si ou com outras FD, relações essas que ajudam a definir a estrutura discursiva de cada redação, junto com uma breve análise dos dados encontrados.

CASO 1

A redação que se segue apresenta três exemplos de reformulações parafrásticas do tipo discursiva, duas delas polêmicas, dos posicionamentos presentes nos três textos da proposta de redação.

A Atenção: Leia atentamente as instruções na página 3 do caderno de questões antes de preencher essa folha. **B**

Trabalho Constante

É relativamente comum a ideia de que o trabalho é uma invenção histórica e, sendo assim, ele, portanto, pode desaparecer no futuro. Trata-se de uma concepção que ~~é~~ certamente íntegra e conjunto de utopias humanas. É possível que o trabalho não seja uma ~~característica~~ característica inerente ao ser humano, contudo ele jamais se extinguirá enquanto o homem se organizar em sociedade. É possível que ele, como qualquer outra estrutura, modifique-se com o passar dos séculos. Todavia, como ele corresponde à função que o indivíduo desempenha em relação ao grupo, ele constitui a base de cada sociedade e, desse modo, seu desaparecimento é indubitavelmente impossível.

Todos os sistemas sociais conhecidos dependem das relações de trabalho entre os membros sociais para se constituírem. Na realidade, o que difere um sistema de outro é justamente o trabalho que cada grupo desempenha. Basta comparar, por exemplo, o feudalismo com o capitalismo. No primeiro, parecia a sociedade as partes que se regem, o pagamento por meio de salários. Nem mesmo o avançado desenvolvimento tecnológico acabou por extinguir o trabalho. No início da Revolução Industrial, imaginava-se que as máquinas efetuariam todas as funções necessárias à manutenção da sociedade capitalista. Não é o que se verifica no mundo contemporâneo, caracterizado pela opção do progresso técnico. Atualmente, o desemprego é uma das piores desgraças da humanidade, o que demonstra que o trabalho valoriza-se intencionalmente. Em certas situações pode ser explicada ao se considerar a característica primordial do capitalismo: a exploração do trabalho humano. Assim, adquirem recursos financeiros aqueles que desempenham alguma função na sociedade, isto é, aqueles que apresentam um trabalho. Há a ~~afirmação~~ constatação de que uma atividade é a base da sociedade.

Não se pode esquecer que o trabalho também constitui uma forma de enobrecer o próprio homem. ~~Desde os~~ ~~anos~~ Os dias de arte ilustram perfeitamente essa afirmação, uma vez que demonstram a criatividade, o poder de criação e a genialidade humana, características que somente podem ser expressas através do trabalho. Este, por conseguinte, possibilita ao homem transmitir ao mundo exterior suas grandiosas ideias. Mesmo em pleno século, os artistas conseguem utilizar sua capacidade de criação para realizar trabalhos artísticos magníficos. Desse modo, observa-se que é uma característica humana a tentativa de se ~~expressar~~ ~~expressar~~ ~~expressar~~ glorificar por meio da arte. O século, portanto, seria uma condição para que a criatividade humana se expressasse por meio do trabalho.

Em vista das características apresentadas pelo homem e pelas organizações sociais, conclui-se que o trabalho sempre estará presente na vida humana, seja porque ele corresponde à utilidade do indivíduo frente ao coletivo, seja porque ele é uma maneira de enobrecer o ser humano. O homem nunca conseguiria viver sem efetuar alguma espécie de trabalho, uma vez que isso seria impedir ^{seu} poder de criação. Ademais, ^{na} sociedade também ~~é~~ imprescindível que a genialidade humana se expresse por meio do trabalho, visto que é através dele que os problemas sociais serão sanados.

D

© Redação - FUVEST 2006

Figura 2 – Redação 8 do site da FUVEST.

Destacamos as seguintes paráfrases de FD dos textos 1, 2 e 3 da coletânea:

§1 É relativamente comum a ideia de que o trabalho é uma invenção histórica [...] É possível que o trabalho não seja uma característica inerente ao ser humano, contudo ele jamais se extinguirá enquanto o homem se organizar em sociedade [...] Todavia, como ele corresponde à função que o indivíduo desempenha em relação ao grupo, ele constitui a base de cada sociedade [...].

§2 [...] No início da Revolução Industrial, imaginava-se que as máquinas efetuariam todas as funções necessárias à manutenção da sociedade capitalista. Não é o que se verifica no mundo contemporâneo caracterizado pelo ápice do progresso técnico. Atualmente, o desemprego é uma das piores desgraças da humanidade [...] Daí a constatação de que essa atividade é a base da sociedade.

§3 [...] o trabalho também constitui uma forma de enobrecer o próprio homem. As obras de arte demonstram a criatividade, o poder de criação e a genialidade humana [...].

Salta aos olhos, de início, a estrita correspondência entre a ordenação dos parágrafos e a ordem de aparecimento dos textos da proposta de redação. Há uma tendência a obedecer a essa ordem da proposta na estruturação dos textos, o que talvez explique também a fixação de alguns escreventes nos primeiros textos da coletânea em detrimento dos outros. No que se refere às paráfrases das FD, essa preferência pelos textos 1 e 2 se explica não só pelas posições iniciais no conjunto dos textos da proposta, mas também pelo grau de explicitação da relação entre as FD nos textos em questão, o que induz, talvez mais facilmente, a sua exploração na produção da redação.

De acordo com esta redação, o trabalho é essência da vida em grupo. Fundamento das sociedades, função essencial que o indivíduo desempenha na vida organizada, o trabalho não deixará de existir. O que diferencia as diferentes sociedades é o modo como elas realizam o trabalho e no caso da sociedade capitalista, a exploração do trabalho garante a sobrevivência. O texto também afirma que o trabalho na forma artística é fonte de orgulho para o homem

Nesse texto, encontramos paráfrases de ambas as FD do primeiro texto da coletânea. Entretanto, levando-se em conta sua orientação argumentativa, a natureza da relação entre os posicionamentos não reflete a posição antagônica do texto original. No primeiro parágrafo, por meio do modalizador “relativamente”, a sequência discursiva minimiza o que ela apresenta como caráter universal da filiação que historiciza o trabalho humano. Essa FD é colocada como um saber pré-construído. De modo a atenuar uma possível recusa do caráter inerente do trabalho, o texto modaliza a inscrição dessa filiação imprimindo um efeito de indefinição. A incerteza do enunciado anterior não se materializa no restante do texto. Por meio do operador “contudo”, insere-se uma contraposição ao que vinha sendo apresentado e nega-se por meio do operador “jamais” a extinção do trabalho, direcionando o discurso a favor da crença do trabalho como essência humana. Por fim, o trabalho apresenta-se como inerente às sociedades por ser uma função essencial para sua existência. Embora as duas FD do texto 1 estejam presentes, a relação entre elas se marca pelo confronto velado. Subverte-se nesta sequência parafrástica, ainda que veladamente, a dominância original entre as FD do texto 1 da coletânea.

Com relação ao texto 2, o segundo parágrafo reproduz exatamente a relação polêmica entre as FD dominante e dominada do texto 2. A FD que tem na tecnologia um meio de progresso é rejeitada em favor daquela que vê nela uma tentativa de reduzir o trabalho humano. Há na filiação rejeitada o verbo do tempo imperfeito que indica uma ação passada que não se completou. Por meio do índice de indeterminação do sujeito, introduz-se o efeito de heterogeneidade da filiação que constitui como objeto pré-construído. O operador de negação introduz um novo argumento que soma-se no sentido de rejeitar a filiação veiculada. A filiação dominante é introduzida pelo verbo do tempo do comentário, orientando a argumentação a favor da FD que tem na tecnologia um meio de aprofundar a exploração do homem.

O texto em questão apresenta também uma reformulação da filiação do texto 3 da coletânea, em que o trabalho artístico define-se por fundar-se na capacidade humana de expressar esteticamente sua vida interior. No caso analisado, esta filiação pode estar dialogando contraditoriamente com uma posição de depreciação do trabalho artístico, por meio do uso da expressão “não se pode esquecer”, que traz o pressuposto da afirmação contrária, a do esquecimento. Outro dado importante é a concessão marcada em: “Mesmo em pleno ócio,...”, presente no fim

do terceiro parágrafo, o que também corresponde a uma reformulação do Texto 3 e um distanciamento em relação ao que ele mostra como sendo o trabalho artístico.

CASO 2

A redação seguinte, também retirada do *site* da FUVEST, apresenta a paráfrase discursiva das duas FD do texto 1 da coletânea, em um novo rearranjo polêmico.

Atenção: Leia atentamente as instruções na página 3 do caderno de questões antes de preencher essa folha.

O trabalho natural e artístico

Infelizmente, algumas pessoas não valorizam o trabalho. Já é antiga a teoria de que, um dia, ele seria deixado para trás. Como se fosse algum tipo de invenção do capitalismo burguês, alguns defendem que poderíamos abandoná-lo. Outros defendem que a crescente tecnologia eventualmente o tornaria desnecessário. Mas é através dele que o homem demonstra sua superioridade intelectual em relação aos outros animais. Ele criou a arte.

Obviamente, o trabalho é de origem natural. A natureza está sempre trabalhando. Como na famosa fábula de La Fontaine, a prosperidade aparece para a trabalhadora formiga, em detrimento da preguiçosa cigarra. Portanto, a teoria de que o trabalho é apenas uma invenção do homem é um grande disparate, um absurdo.

Mas, se o homem é tão superior em relação aos animais, ele não poderia simplesmente construir uma "formiga trabalhadora" para agir em seu lugar, de modo que a atividade humana se tornaria, então, supérflua? Isso lhe proveria algum sustento, mas certamente não acabaria com o trabalho. É através deste que o homem atende sua crescente necessidade de auto-afirmação e do reconhecimento de sua superioridade.

É espontâneo do homem demonstrar que é melhor que o próprio homem, que é o melhor no que faz. Afinal, se não fosse por isso, o próprio sistema capitalista não seria vigente. O trabalho, como escada social, é valorizado e encorajado, além, é claro, de ser um meio de sobreviver. Mas a grande diferença encontra-se na capacidade humana. Foi pelo trabalho intelectual que surgiu a arte.

A arte, expressa por obras como "David", de Michelangelo, é a maior prova da evolução do ser humano sobre a sua natureza selvagem. A capacidade de abstração humana é sua conquista mais importante. Mas não haveria outro modo de demonstrar essa capacidade, senão pelo trabalho.

O trabalho, enfim, é a mais natural das atividades humanas. É associada à capacidade ~~criativa~~ criativa, surge como a maior prova do homem como ser superior. Nós criamos a arte. A forma de trabalho inesgotável e insuperável, a própria recriação e transformação da natureza.

© Redação - FUVEST 2006

Figura 3 – Redação 14 do site da FUVEST.

Destacamos as seguintes reformulações das filiações do texto 1 da proposta de escrita:

§1 [...] Como se fosse algum tipo de invenção do capitalismo burguês, alguns defendem que podemos abandoná-lo. [...] Mas é através dele que o homem demonstra a sua superioridade intelectual em relação aos outros animais [...]

§2 Obviamente, o trabalho é de origem natural. A natureza está sempre trabalhando. [...] Portanto, a teoria de que o trabalho é apenas uma invenção do homem é um grande disparate, um absurdo.

§6 O trabalho, enfim, é a mais natural das atividades humanas [...].

Nesta redação rejeita-se o trabalho como condição histórica do homem para defendê-lo como uma condição natural que se origina do raciocínio humano. A FD dominante da coletânea é transformada em FD dominada. Há uma recusa explícita da condição histórica do trabalho por meio da negação e da atribuição depreciativa.

A rejeição do trabalho como condição temporal se dá por meio da orientação argumentativa da expressão “como se fosse” construída no modo subjuntivo que faz referência a fatos duvidosos. Com o verbo no pretérito do subjuntivo, marca-se a contraposição à condição histórica do trabalho, valorizando o trabalho voltado à manutenção da vida da “formiga trabalhadora”. A desqualificação do caráter histórico do trabalho ocorre por meio dos adjetivos “disparate” e “absurda”. Ao longo do texto, a argumentatividade se volta a favor do trabalho “de origem natural”, quando ele é relacionado à capacidade criativa do homem. A identidade da FD dominante que naturaliza o trabalho é constituída pela relação contraditória com a FD recusada. A FD do trabalho como condição inerente do homem se define por meio da sua valorização em contraposição à depreciação da crença do trabalho como condição temporal do homem.

2.4 A delimitação final do material para análise

O ponto de partida para a constituição do material para análise foi um *corpus* inicial de redações de vestibular formado por 205 redações. Como primeiro procedimento metodológico, lemos diversas vezes as redações a fim de localizar as sequências parafrásticas e avaliar as mesmas em sua articulação com o todo contextual. O primeiro dado dessa leitura se refere ao número de redações com paráfrase. De um total de 205 redações analisadas, 68 delas não apresentam formulações em relação parafrástica com os textos da proposta de redação. Isto quer dizer que essas redações foram excluídas do *corpus* final de análise por não apresentarem um posicionamento enunciativo relativo às filiações dos textos da coletânea. Muitas dessas redações trataram, por exemplo, de questões apresentadas nas orientações instrucionais da proposta, como, por exemplo, os possíveis conceitos de trabalho, o futuro do trabalho ou as diferentes visões acerca do trabalho, algumas chegando mesmo a parafrasear as instruções. Outras redações desconsideradas modificaram significativamente as filiações dos textos da coletânea, de modo a descaracterizá-las. Isso aconteceu, por exemplo, em algumas redações que trataram da inovação tecnológica. Ao invés de a tecnologia ser tratada de modo a mostrar seu emprego, por exemplo, para fazer recrudescer a exploração econômica sobre o trabalho humano, o objetivo do seu emprego é tomado como o da extinção da mão de obra do homem ou o do fim do trabalho e de sua necessidade. Por fim, houve redações que se pautaram em perspectivas ou filiações distintas daquelas dos textos da coletânea ou sem explicitá-las em algum momento do texto. Algumas delas tiveram como tema a valoração do trabalho, como um bem ou mal para o homem; as transformações do trabalho na história humana; os tipos de trabalho etc.

Do total de 205 redações, 137 delas apresentaram ao menos uma paráfrase de uma ou mais filiações sócio-históricas dos textos da coletânea, sendo 5 formações discursivas ao todo. É o que mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Frequência de redações com paráfrase

TOTAL DE REDAÇÕES COM PARÁFRASE	TOTAL DE REDAÇÕES DO CORPUS
137	205

66,83 %

100 %

A partir da constituição do *corpus* final, as redações foram separadas em dois grupos, de acordo com o tipo de procedimento parafrástico produzido. Isto é, as redações cujas formulações que estão em relações de sentido que permitam que elas sejam tomadas como ligadas por relações de paráfrase discursiva com os textos da coletânea e as redações que apresentaram o que chamamos de paráfrase linguística.

Neste trabalho, assumimos a noção de paráfrase discursiva de Henry (1990), ou seja, a reformulação está inserida no contexto interdiscursivo de uma formação discursiva ligada às formações ideológicas que ela retoma. A paráfrase linguística, aquela prevista na língua a partir da relação de identidade formal ou semântica, está ligada às superfícies linguísticas sem apresentar relação de significação com o todo discursivo. Foram analisados como paráfrases linguísticas os enunciados em sublinhado mostrados nas redações a seguir:

(1)

§1 Ao longo da história o homem procurou formas de viver bem socialmente e alcançar uma satisfação social. O trabalho foi um importante instrumento para realizar tais desejos [...]

§2 [...] com a crescente industrialização e urbanização dos povos, o trabalho tem se tornado cada dia mais compulsivo. Nem sempre isso proporciona mais realização pessoal e profissional.

§3 [...] Entretanto, milênios passaram-se e a população está trabalhando cada vez mais [...]

§4 É fato que uma imensa massa trabalhadora gera grandes riquezas para seus empregadores [...]

§5 Outro problema que a sociedade moderna enfrenta é o crescente desemprego das massas trabalhadoras, devido ao incremento de máquinas [...]

§6 Esperava-se que, com tal modernização, o trabalho viesse a desaparecer, mas a verdade é que sem o trabalho não há exploração e sem exploração não há riqueza.

§7 Todos esses problemas, que parecem sem solução, mostram que aquilo que o homem criou, hoje determina o que ele é e será. [...]

(Texto 122)

Segundo o texto 122, a humanidade buscou organizar a vida em sociedade para obter satisfação, entre outros, por meio do trabalho. A urbanização e a industrialização teriam provocado o fenômeno da compulsão pelo trabalho e não haveria mais a garantia de satisfação através dele. Em sociedades antigas, o trabalho tinha um caráter temporário, o que não ocorreria mais. Uma massa trabalhadora geraria riqueza para poucos e enfrentaria um crescente desemprego devido à implementação do uso das máquinas. O texto conclui que o trabalho criado pelo homem determinará o futuro da humanidade.

O trecho sublinhado na redação: *Outro problema que a sociedade moderna enfrenta é o crescente desemprego das massas trabalhadoras, devido ao incremento de máquinas*, está em relação de paráfrase com a filiação dominante presente na polêmica do texto 2 da coletânea. A orientação argumentativa depreendida da forma verbal é a de que o desenvolvimento tecnológico seria a causa da carência de trabalho na sociedade.

Entretanto, nesta redação, o caráter linguístico da paráfrase se mostra no fato de que o trecho que traz a paráfrase não apresenta relação de significação com as demais proposições do texto. Ao contrário, este é um texto incoerente naquilo que se propõe. A tese afirma que trabalho constitui para o homem uma maneira de alcançar seus objetivos, tais como a realização profissional. A compulsão pelo trabalho, entretanto, induziria as pessoas a trabalharem sempre mais e acabaria produzindo infelicidade, inclusive na relação com o trabalho. Afirma-se, porém, que a tecnologia está extinguindo o trabalho, o que, sem outras explicações, não combina com o fato alegado de as pessoas trabalharem cada vez mais, tornando o texto incoerente. Não se explicita, portanto, a relação entre a atual situação de

compulsão vivida no trabalho e o desemprego produzido pela inserção da máquina. Como explicitado, o sentido da unidade discursiva não está na unidade, mas na relação entre as unidades. Sem o contexto discursivo, isto é, os saberes discursivos que constituem as FD que se contrapõem ou se aliam ao progresso tecnológico, uma relação entre a compulsão pelo trabalho e o desemprego torna-se incoerente. O texto apresenta a justaposição entre essas proposições, já que não é possível reconhecer uma referência comum entre elas, a não ser pelo tema geral do trabalho. Na dissertação argumentativa, não se espera que os enunciados, que devem estar relacionados a uma argumentação a favor de uma tese, apresentem significações independentes do contexto em que se encontram, isto é, das filiações reunidas no texto, como produções linguísticas completas, sem relação com o todo textual, como ocorre com a paráfrase nesta redação. Desse modo, consideramos que esta paráfrase é do tipo linguística, isto é, prevista na língua, mas não adequadamente integrada no nível do discurso.

Observe-se a paráfrase linguística que se segue:

(2)

§1 Na era pré-histórica, a necessidade de trabalho era de ordem lógica e prática. As formas de trabalho do homem pré-histórico eram limitadas à procura de alimentação para subsistência do seu clã.

§2 Na Idade Média houve uma grande ampliação nas modalidades de trabalho [...] porém, este continuou reservado apenas às classes pobres [...]

§3 Foi com o surgimento do Protestantismo [...] que paulatinamente o trabalho alcançou todas as classes sociais. [...] Pode-se observar que da filosofia protestante originasse uma forma de controle social [...]

§4 A sociedade moderna vive um dilema, pois o capitalismo exige altos lucros, o que justifica a crescente mecanização da mão-de-obra, em contrapartida, a população se dilacera por uma vaga de emprego.

(Texto 91)

Neste texto são elencados diferentes momentos históricos pelo qual o trabalho humano pode ser apreendido. Embora desenvolva o tema central do trabalho de acordo com a proposta de redação, formalmente essas fases são tomadas sem relação entre si, como se compusessem uma lista de itens. Assim, não é possível relacionar a redação ao certo com uma das FD do texto 1, pois a descrição das diferentes fases históricas do trabalho, nesta redação, poderia estar relacionada tanto com uma condição histórica do homem como com uma condição humana inerente. Entretanto, nenhuma dessas relações foi construída no texto.

No último parágrafo da redação: *A sociedade moderna vive um dilema, pois o capitalismo exige altos lucros, o que justifica a crescente mecanização da mão-de-obra, em contrapartida, a população se dilacera por uma vaga de emprego*, o trecho faz a paráfrase da FD dominante do texto 2 da coletânea ao relacionar tecnologia e desemprego. O caráter linguístico da paráfrase se mostra no fato de, apesar da paráfrase relacionar o progresso tecnológico que prejudica a população com o discurso capitalista, não há relação entre a filiação em que a paráfrase se inscreve e o restante do texto; a não ser que o texto trouxesse como posicionamento o trabalho como condição histórica do homem, ou sua essência, o que, como já afirmamos, não ocorre. Isto é, a paráfrase não está produtivamente integrada ao discurso em que a filiação se constrói. Para que diferentes formulações sejam tomadas como reformulações parafrásticas do tipo discursiva, elas dependem de saberes discursivos que constituam as filiações históricas. Dessa forma, o trecho destacado traz a paráfrase formal da FD dominante do texto 2 da coletânea.

Vale ressaltar que parte das redações não apresenta paráfrase dos textos da proposta. Essa ausência de paráfrase se deu ora por tomarem a oposição já como matéria argumentativa (e não como recurso parafrástico para o contraste entre posicionamentos diferentes) ora por simplesmente passarem ao largo do debate. Os textos que se encaixaram num destes dois casos corresponderam a exatamente 33,17% do *corpus* composto por 205 redações. Esse número se refere às 68 redações em que não se constatou a presença das posições enunciativas dos textos da proposta de redação.

Levando em consideração a distinção entre paráfrase discursiva e paráfrase linguística como critério de delimitação do *corpus*, chegamos aos seguintes números relativos à presença dos tipos de paráfrases no *corpus* final da pesquisa:

Tabela 2 – Total de redações com paráfrase discursiva e linguística

TOTAL DE REDAÇÕES COM PARÁFRASE DISCURSIVA	TOTAL DE REDAÇÕES COM PARÁFRASES LINGUÍSTICAS	TOTAL DE REDAÇÕES COM PARÁFRASE
60	77	137
43,80 %	56,20%	100 %

O resultado obtido foi que em 60 das 137 redações constaram-se paráfrases discursivas dos textos da proposta de redação. As demais 77 redações apresentam paráfrases linguísticas, ou seja, paráfrases cujos sentidos são obtidos apenas a partir do funcionamento da língua, sem estarem num contexto discursivo próprio de suas respectivas filiações, isto é, sem relação com o interdiscurso das FD abordadas.

No capítulo seguinte, apresentamos, em mais detalhes, os resultados estatísticos e a análise das redações com paráfrases discursivas.

3. A análise

Quer escrevamos numa única língua ou numa língua estrangeira, o trabalho da escrita consiste sempre em transformar a nossa língua em língua estrangeira, em convocar outra língua na língua, língua outra, língua do outro, outra língua. Representamos sempre a diferença, a não coincidência, a clivagem.

Régine Robin

Nesta parte do trabalho, procedemos, num primeiro momento, à análise dos textos em cujo desenvolvimento detalhamos o percurso analítico efetuado. Como mostramos na definição do procedimento metodológico, a análise compreende as formulações produzidas pelos escreventes a partir dos posicionamentos marcados nos textos da coletânea, tomadas como estando em relações de paráfrase com as formações discursivas que constituem o interdiscurso das filiações parafraseadas. Essas relações entre as FD exprimem ligações que podem ser de natureza antagonista, favorável ou supostamente neutra a um dado posicionamento. Para dar conta dessas relações, quando explícitas, analisamos suas marcas formais. Num segundo momento, será feita a interpretação dos resultados obtidos.

3.1 Percurso analítico

Levando em consideração que a proposta de redação solicita a escrita com base nos três textos da coletânea, buscamos retratar com que frequência as redações apresentam relações parafrásticas com a(s) FD presentes em um ou mais dos textos fornecidos. Com esse intuito, fizemos a triagem e contagem das mesmas e constatamos que é maior a quantidade de redações nas quais a relação parafrástica se dá com a(s) FD de apenas um dos textos da proposta, em comparação com as redações que retratam as FD de dois ou mais textos. A

frequência com que as filiações histórico-discursivas de um ou mais textos da coletânea aparecem nas redações se dá como exibido a seguir:

Tabela 3 – Total de redações com paráfrase da(s) FD de um ou mais textos da coletânea

TOTAL DE REDAÇÕES COM PARÁFRASES DE FD DE 1 TEXTO	TOTAL DE REDAÇÕES COM PARÁFRASES DE FD DE MAIS DE 1 TEXTO	TOTAL DE REDAÇÕES
36	24	60
60%	40%	100%

A diferença entre o número de redações do *corpus* que recorrem às reformulações em relação de paráfrase com um ou mais textos da coletânea é de 3:2 redações que apresentam paráfrase de FD de apenas um dos textos em relação às redações com paráfrase de mais de um texto da proposta; ou seja, não se trata de uma grande distância entre esses dois grupos de redações.

Entre as redações que exibem paráfrases discursivas constatamos um maior número de textos que se concentram na produção de sequências em relação parafrástica com o texto 1, em comparação com os outros textos da coletânea. A tabela a seguir exhibe a distribuição das *sequências parafrásticas* por texto, cabendo dizer que uma mesma redação pode ter mais de uma formulação em relação de paráfrase com as FD que compõem os textos da proposta, dado que a proposta de escrita solicita aos vestibulandos relacionar os três textos integrantes da proposta. De fato, redações em relação parafrástica com dois e até com os três dos textos da coletânea foram contadas, aqui, até três vezes conforme a ocorrência de paráfrases discursivas em relação à proposta. Assim, uma única redação pode estar computada nos três tipos de ocorrência de relação parafrástica na tabela que se segue.

Tabela 4 – Distribuição das paráfrases discursivas por texto da proposta de redação

TEXTO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO	NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE PARÁFRASE NO CORPUS	FREQUÊNCIA
TEXTO 1	62	56,89 %
TEXTO 2	33	30,27 %
TEXTO 3	14	12,84 %
TOTAL	109	100 %

Como vimos, as filiações inscritas no texto 1 da proposta foram as mais reformuladas nas redações dos vestibulandos que formam o *corpus* de pesquisa. No tocante a essas paráfrases da(s) FD do texto 1, além da posição inicial que o texto ocupa na proposta e da explicitude do confronto das FD nele presente, essa preferência pode ser explicada, ao menos em parte, pelo fato de que a reformulação desse texto se caracterizou pelo maior número de paráfrases de uma única FD, a saber, a filiação que se caracteriza por assumir o trabalho como condição atemporal do homem.

Com relação às redações que reformulam duas formações discursivas, ou mais, oriundas da coletânea, é maior a frequência de paráfrases das filiações que não apresentam, ou explicitem, uma relação de natureza polêmica do que as paráfrases que explicitem um confronto entre as filiações, como é mostrado na seguinte tabela:

Tabela 5 – Total de redações com FD em polêmica explícita e não explícita.

TOTAL DE REDAÇÕES COM FD SEM POLÊMICA EXPLÍCITA	TOTAL DE REDAÇÕES COM FD EM POLÊMICA EXPLÍCITA	TOTAL DE REDAÇÕES
32	28	60
53,34%	46,66%	100%

O maior número de redações com paráfrases de posicionamentos fora de uma relação polêmica explícita pode ter como razão o fato de as filiações presentes nas redações, por meio das reformulações parafrásticas, estarem inseridas em relações de aliança com outras FD ou por estarem em aparente neutralidade em relação às FD com as quais mantêm ligação. Além disso, apesar de não estarem inseridas em uma polêmica explícita não significa que essas paráfrases não estejam em relação de polêmica implícita com a(s) FD que constituem as filiações parafraseadas. Pelo contrário, o apagamento das filiações contraditórias é um dos modos de se formular um discurso.

Tabela 6 – Total de paráfrases com relação não-polêmica por texto da coletânea

TEXTO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO	TOTAL DE REDAÇÕES COM FD SEM POLÊMICA EXPLÍCITA	FREQUÊNCIA
TEXTO 1	20	62,97 %
TEXTO 2	7	20,98 %
TEXTO 3	5	16,05 %
TOTAL	32	100 %

Das redações que apresentam relação polêmica entre as FD, a retomada do texto 2 tem maior incidência de formulações parafrásticas, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 7 – Total de redações em relação polêmica por texto da coletânea

TEXTO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO	TOTAL DE REDAÇÕES COM FD EM POLÊMICA EXPLÍCITA	FREQUÊNCIA
TEXTO 1	11	39,29 %
TEXTO 2	16	57,14 %
TEXTO 3	1	3,57 %
TOTAL	28	100 %

Uma possível explicação para as redações de vestibular apresentarem um maior número de paráfrases das filiações do texto 2 da coletânea em relação polêmica pode estar no próprio tema desse texto: o mercado de trabalho. A maioria dos vestibulandos tem, em algum grau, familiaridade com questões relativas ao mundo do trabalho por estarem os estudantes às voltas com a escolha de uma carreira profissional. Assim, muitos dos pré-universitários estão a par das transformações que o avanço tecnológico acarreta na oferta de trabalho: o surgimento de novas profissões, assim como, o desaparecimento de ocupações que se tornaram obsoletas diante do crescimento da produção em série e da informatização.

Em (1), temos um exemplo do caso predominante no *corpus*:

(1) O trabalho é próprio da natureza humana. (Texto 053)

No enunciado 1 observa-se a paráfrase da FD dominada do texto 1 da coletânea, que assume o trabalho como uma condição inerente ao homem, em relação polêmica implícita com a FD que toma o trabalho como uma condição histórica humana.

Exibido o panorama da presença das sequências parafrásticas das formações discursivas no material de pesquisa, entramos, neste ponto, no que podemos chamar um estudo mais qualitativo das redações. Adentraremos na análise das redações a fim de realizar um estudo detalhado das formulações em relação de paráfrase que ocorrem na amostra de redações.

Num primeiro momento, são fornecidas ocorrências típicas de redações que apresentam paráfrases discursivas envolvendo a(s) FD do texto 1 da coletânea, seguidas da explicitação de suas características. Em seguida, mostramos exemplos de redações que trazem proposições em relação de paráfrase com o texto 2 da coletânea; além disso, são exemplificados os casos de redações que fazem a reformulação parafrástica das filiações de dois ou mais textos da proposta. Em todas as ocorrências, alguns parágrafos das dissertações são transcritos a fim de fornecer o contexto de ocorrência das reformulações parafrásticas. Os grifos que aparecem

nas exemplificações a seguir indicam a presença da paráfrase de uma das FD assumidas, a partir dos textos da coletânea. A extensão em que aparece o enunciado grifado representa uma reformulação parafrástica da(s) filiação(ões) estudada(s).

O texto que se segue traz a paráfrase de uma das FD do texto 1 da coletânea..

(01)

§1 O trabalho é próprio da natureza humana. Por sermos seres racionais, podemos realizar trabalhos não apenas para conseguir alimento, mas para toda e qualquer outra coisa que possa interessar a cada um de nós.

§2 [...] O raciocínio que nos diferencia dos demais animais é posto em prática [...].

§4 Atualmente, o trabalho das massas populares consiste em fazer parte de uma linha de produção [...] Essas pessoas não estão expressando seu raciocínio [...] executam funções que poderiam ser realizadas por robôs [...]

§5 Infelizmente não foi dada a essas pessoas a oportunidade de estudar e aprender a pensar [...]

§6 Conclui-se [...] é necessário para cada um de nós receber instrução [...] para seguir uma carreira profissional com sucesso e realizar grandes trabalhos.

(Texto 053)

Nesta redação, a condição inerente do trabalho está naturalizada em razão da racionalidade humana. A humanidade, diz o texto, é imbuída da capacidade de satisfazer ilimitadamente suas necessidades, inclusive a de sobrevivência, de forma racional, por ser esta uma característica própria do ser humano.

Apontamos nesta redação a reformulação parafrástica da filiação discursiva que se encontra em posição dominada no texto 1 da coletânea, a saber: *O trabalho é próprio da natureza humana*. No contexto desta redação, ela predomina em uma relação implícita com a filiação que concebe o trabalho em seu caráter histórico.

Presente no trecho em destaque do primeiro parágrafo, a reformulação parafrástica é marcada pelo verbo no tempo do comentário, indicando atitude de

posicionamento do sujeito. Novas filiações são colocadas em relação com a FD dominante. O trabalho como uma condição inerente ao homem está relacionado à crença na racionalidade humana. Nesta filiação, entende-se que o ser humano age racionalmente na maioria das situações; posto de outra forma, acredita-se na infalibilidade da racionalidade humana. Além disso, no exercício do trabalho, as classes populares na atualidade, sem oportunidade para desenvolver o raciocínio, reduzido pelo esprevente ao acesso à educação, só seriam capazes de trabalhar em atividades automatizadas.

Segundo o texto, a condição natural do trabalho humano encontra-se intrinsecamente atrelada à racionalidade do homem, além de perpassar os demais posicionamentos que atualizam a filiação dominante em seu interdiscurso específico. Assim, tratamos a paráfrase dessa posição sócio-histórica como do tipo discursiva.

Observe-se, novamente, a reformulação parafrástica de uma das FD do texto 1 na seguinte redação:

(02)

§1 Se considerarmos que “trabalho” não é apenas uma forma de conseguir moeda, podemos concluir que o trabalho existe desde que o homem existe. O abate de animais, a colheita e a elaboração de armas primitivas eram atitudes necessárias à sobrevivência do homem pré-histórico. [...]

§2 Hoje em dia é praticamente impossível dissociar a vida do trabalho, da atividade exercida para adquirir moeda. Nenhum progresso científico-tecnológico [...] permitiu que o homem vivesse sem produzir renda.

§3 O trabalho na sua forma mais tradicional de emprego assalariado é um bem talvez tão escasso quanto a própria moeda.

§4 [...] o trabalho confere ao trabalhador, virtude e reconhecimento e ao que não trabalha baixa auto-estima e a imagem pejorativa de vagabundo [...]

§8 Por ser tão necessário, virou instrumento político e social, plataforma para eleições e programas sociais [...]

(Texto 031)

Neste texto, o sentido de trabalho concerne a toda atividade voltada à sobrevivência, incluindo, dessa maneira, aquelas que o homem executa desde tempos imemoriais. Desse modo, o trabalho seria uma condição inerente ao homem. De acordo com o texto, na atualidade, a ação voltada à sobrevivência estaria atrelada necessariamente ao trabalho remunerado. Por não ser possível dissociar o trabalho da atividade remunerada na sociedade contemporânea, a sua ausência estaria relacionada à baixa estima e à estigmatização do indivíduo. Seria em razão da sua importância nas sociedades atuais que o trabalho teria se transformado em “moeda política”.

O texto toma o trabalho como uma atividade atemporal e, portanto, uma característica inerente ao homem. Na paráfrase: “*Se considerarmos que ‘trabalho’ não é apenas uma forma de conseguir moeda, podemos concluir que o trabalho existe desde que o homem existe. O abate de animais, a colheita e a elaboração de armas primitivas eram atitudes necessárias à sobrevivência do homem pré-histórico*”; o trabalho é uma condição intrínseca ao homem que pode ser inferida a partir da sua condição onipresente. Além disso, em todas as épocas que se registrou a existência do homem, o trabalho apresenta relação direta com a sua necessidade de sobrevivência.

Há, portanto, a paráfrase de uma das filiações presentes na polêmica entre as FD do texto 1 da coletânea, a de posição dominada. Na redação em questão, o referido posicionamento está inserido em uma relação de dominância implícita com a filiação que historiciza o trabalho. O posicionamento dominante é marcado pelo operador ‘não apenas’, indicando como mais fraco o argumento que contempla exclusivamente a atividade remunerada na definição de trabalho. Dessa forma, a definição de trabalho que abarca também as atividades de subsistência marca-se como o argumento mais forte do posicionamento. Essa escala argumentativa, que orienta a conclusão em direção à posição que toma o trabalho como condição humana atemporal, se estabelece também por meio da expressão condicional com a locução ‘*se considerarmos (que)...*’.

Observamos que, neste texto, ao negar uma definição exclusivamente capitalista de trabalho, e ao inserir o trabalho remunerado e a atividade voltada à subsistência em uma escala de importância argumentativa, retrata-se o trabalho em

sua atemporalidade. Foi apenas na atualidade que a atividade voltada à sobrevivência tornou-se dependente da atividade remunerada e passou a ser considerada uma condição inerente ao homem. Dessa forma, observamos a paráfrase discursiva que atualiza a filiação que toma o trabalho como essência do homem, por meio da aliança com o discurso capitalista.

A redação seguinte faz a reformulação de duas FD fora da relação polêmica presente nos textos da coletânea:

(03)

§1 A relação do ser humano com o trabalho está intimamente ligada à evolução histórica. Partindo da sociedade pré-histórica, percebe-se a sua paulatina desvinculação dos conceitos de união e participação, passando a traduzir-se em exploração e exclusão.

§2 Inicialmente, em sociedades primitivas a função do indivíduo era contribuir para a manutenção da harmonia do “todo” [...]

§3 Em seguida o homem foi escravizado e deixou-se escravizar. Em princípio por outrem, através da força, e logo por um sistema e uma ideologia forjados para que muitos trabalhassem para garantir o conforto de poucos. [...]

§4 Por outro lado, contrapondo-se à escravidão estão a libertação da arte e da educação. O trabalho artístico é democrático, surge da sensibilidade e emoção humanas, a despeito da constante tentativa de elitizá-lo. [...]

§5 [...] Na verdade a escravidão encontra-se velada nos baixos salários [...]. [...] Somos escravos modernos de um senhor global [...].

(Texto 024)

Segundo a redação, o trabalho é uma condição histórica do homem que reflete as transformações pelas quais as sociedades passaram ao longo do tempo. No decorrer histórico, o trabalho teria se transformado do estágio comunitário para o moderno estágio de exploração. Isto é, das sociedades primitivas ter-se-ia passado

à condição compulsória ou voluntária da escravidão, por meio do trabalho. Nos tempos atuais, diferentemente de outras épocas, a persistente falta de liberdade humana encontrar-se-ia velada e poderia ser traduzida nos baixos salários e más condições gerais de vida da maioria da população. O texto é concluído com a afirmação de que não nos damos conta de que somos escravos modernos.

O trecho inicial do primeiro parágrafo, a saber: *A relação do ser humano com o trabalho está intimamente ligada à evolução histórica*, traz a paráfrase da filiação dominante do texto 1 da coletânea. Nela, o trabalho relaciona-se com a condição histórica do homem inserido na vida em sociedade, pois o devir da história transparece as transformações pelo qual o trabalho humano tem passado. Essa formação discursiva caracteriza-se pela presença de verbos no tempo presente do comentário, estabelecendo o posicionamento do sujeito. Esse posicionamento relaciona-se a um outro que caracteriza o trabalho como um condição escravizante. A nova configuração do interdiscurso da FD dominante é formada em razão da inserção do novo saber discursivo colocado em conjunção com a filiação histórica do trabalho.

Ainda aliadas à filiação histórica do trabalho estão a libertação por meio da arte e da educação, por um lado, e o caráter escravizante do trabalho, por outro; como já apontamos, esta última contraposta às anteriores, embora estando, todas, filiadas ao caráter histórico do trabalho. A filiação histórica do trabalho associada àquela filiação que tem no trabalho artístico um meio libertador por meio da expressão estética do homem localiza-se por meio da ocorrência da paráfrase da formação discursiva do texto 3 da coletânea: *O trabalho artístico é democrático, surge da sensibilidade e emoção humanas, a despeito da constante tentativa de utilizá-lo*. Ela vem marcada pelos verbos no tempo do mundo do comentário, o que imprime o posicionamento do sujeito. A libertação do trabalho artístico é oportunizada pela capacidade de expressão da sensibilidade do homem.

Como pudemos observar, as paráfrases do tipo discursivas das FD dos textos 1 e 3 da coletânea presentes nesta redação aparecem de modo a relacionar novos posicionamentos e a atuarem, por exemplo, com o posicionamento relativo à condição escravizante do trabalho nas sociedades humanas.

O texto a seguir traz a reformulação parafrástica da relação polêmica do texto 1 da coletânea:

(04)

§1 O trabalho, diferente da concepção de muitos, não é uma necessidade intrínseca do homem, e está sujeito a mudanças. Podemos classificá-lo, segundo Simões, como uma “invenção histórica”.

§2 Cada civilização, dessa forma, desenvolveu e modificou suas relações trabalhistas de acordo com as suas necessidades. O conceito de trabalho evoluiu e se diversificou: da mão-de-obra escrava da civilização egípcia ao trabalho assalariado do capitalismo moderno.

§5 Paulatinamente, então, o trabalho tornou-se uma questão de sobrevivência [...]

§7 Dessa forma, o trabalho que dantes apenas necessário para sobrevivência, tornou-se a própria vida dos indivíduos. Cria-se a ilusão de que ele é uma necessidade intrínseca e indispensável.

(Texto 043)

Nesta redação, o trabalho é assumido como uma condição humana condicionada ao período histórico em que se encontra. O trabalho evoluiu e diversificou-se passando da condição escrava das civilizações antigas à condição de assalariado, própria do capitalismo moderno. Assim, na sociedade atual ele teria sido transformado em uma necessidade intrínseca de sobrevivência. O texto conclui que a sociedade deve refletir sobre a real necessidade do trabalho para sua existência.

A paráfrase que aparece em destaque no primeiro parágrafo, *O trabalho, diferente da concepção de muitos, não é uma necessidade intrínseca do homem, e está sujeito a mudanças. Podemos classificá-lo, segundo Simões, como uma ‘invenção histórica*, reformula a polêmica do texto 1 da coletânea. Nela, o trabalho como essência intrínseca é refutado por meio do operador argumentativo de negação “não”, que orienta a argumentação a favor de um posicionamento oposto a esta filiação. Adicionalmente, afirma-se o caráter histórico do trabalho por meio da ruptura textual da heterogeneidade mostrada marcada. O autor do texto fonte é citado e sua expressão conceitual de trabalho, marcada com aspas.

Em seguida, a conceituação do trabalho é recuperada na relação interdiscursiva com uma nova exterioridade. Retoma-se o caráter histórico do trabalho; em que as diferentes sociedades modificam o trabalho humano de acordo com as suas necessidades, com o fim de derivar uma nova representação: em razão da inevitabilidade para a sobrevivência do indivíduo nas sociedades capitalistas, o trabalho tornou-se, de forma ilusória, intrínseco à condição moderna do homem pela sua transformação em atividade remunerada.

Como buscamos mostrar, nesta redação, o trabalho tomado como uma condição histórica do homem torna-se uma condição intrínseca própria das sociedades modernas de caráter capitalista. A preponderância da dimensão econômica na organização capitalista seria responsável pela “ilusão” da inerência do trabalho na constituição do homem moderno. O trabalho assalariado é, então, um condicionamento próprio de cada época, não refletindo a real natureza do trabalho. Note-se que a nova representação sobre o trabalho relaciona-se, por meio do procedimento parafrástico do tipo discursivo, com as FD do texto da proposta, atualizando o discurso nas novas condições de produção.

Observe-se no texto seguinte a reformulação de uma FD da relação polêmica do texto 1 da coletânea:

(05)

§1 O trabalho desponta hoje como uma das principais pautas nacionais: ele consta como uma reivindicação prioritária da sociedade brasileira [...] Por estar tão presente em nosso dia-a-dia, torna-se difícil imaginar uma sociedade sem trabalho ou, ainda, que em alguns momentos essa situação tenha sido diferente.

§2 De fato, o trabalho, definido como um esforço do homem [...] seja por necessidade ou para sua fruição, sempre existiu. [...] A categoria que representaria uma invenção histórica do homem é o emprego, ou seja, o ato de trocar trabalho por remuneração ou qualquer outro benefício. O trabalho, alçado ao status de emprego pressupõe uma relação [...]. E [...] como qualquer produto do homem está sujeito a transformações.

§3 Muitas dessas mudanças já ocorreram: da diminuição das horas de trabalho

às alterações na dinâmica e ritmo de trabalho [...], o emprego vem se adaptando às necessidades de diferentes atores sociais. Ele se molda à sociedade na qual se insere. [...]

(Texto 019)

Neste texto, o trabalho aparece como uma condição inerente ao homem. Sua existência está atrelada ao surgimento do homem em razão de proporcionar sua sobrevivência ou outra necessidade. Já o trabalho remunerado seria uma invenção sujeita ao período histórico e que poderia se transformar.

Há nesta redação uma reformulação parafrástica de uma filiação da polêmica interdiscursiva entre filiações do texto 1 da coletânea: *De fato, o trabalho, definido como um esforço do homem [...] seja por necessidade ou para sua fruição, sempre existiu [...]. A categoria que representaria uma invenção histórica do homem é o emprego, ou seja, o ato de trocar trabalho por remuneração ou qualquer outro benefício.* O caráter intrínseco do trabalho constitui a filiação dominante e a filiação que entende o trabalho na modalidade remunerada como uma condição histórica do homem assume uma posição de filiação dominada. O trabalho como condição histórica encontra-se implícito nesta paráfrase, já que apenas trabalho remunerado constitui uma condição histórica do homem.

Pode-se depreender a relação de dominância da FD que assume no texto a condição natural do trabalho humano por meio de duas marcas linguísticas. Na reformulação parafrástica há a expressão “de fato” que apresenta a proposição dominante como verdadeira, incontestável, e indica o modo como deve ser interpretada, ou seja, sem dúvida; e o modalizador “sempre” que acompanha o verbo no tempo da narração e marca a atemporalidade da existência do trabalho, um posicionamento colocado como um fato em razão da atitude comunicativa depreendida pelo verbo.

Como se buscou mostrar, a paráfrase discursiva da filiação atemporal do trabalho, nesta redação, encontra-se em relação implícita com o posicionamento que historiciza o trabalho, e em aliança com o posicionamento que entende o trabalho remunerado como uma forma histórica do trabalho humano natural.

A redação seguinte traz a paráfrase de um rearranjo polêmico entre as filiações do texto 1, além da paráfrase de uma das FD do texto 2 e da FD do texto 3 da coletânea.

(06)

§1 [...] De forma abrangente diz-se que o trabalho é a atividade que modifica tanto aquele que a realiza quanto a natureza [...]; ainda, pode-se entender o trabalho como a atividade que permite ao homem a sobrevivência.

§3 Ao contrário do que afirma Simões, o resultado do trabalho de Michelangelo demonstra a probabilidade do ser humano e o trabalho serem indissociáveis. É pertinente considerar que o homem, desde a pré-história necessita de lutar por sua sobrevivência [...]; as pinturas rupestres cristalizam o esforço artístico daqueles tempos. [...] O nível de consciência e as motivações mudaram, a forma de realizar a atividade também, porém essas situações essencialmente mostram o ser em busca de suprir suas necessidades e expressar-se. [...]

§4 [...] Atualmente, mesmo com o aumento produtivo impulsionado pelo contínuo progresso técnico, o homem não abandonou seu emprego, ao contrário, busca de todas as formas integrar-se ao mercado profissional, que torna-se gradualmente mais exigente e competitivo, a medida que as vagas diminuem e a população terrestre aumenta. Muitos culpam a proliferação das máquinas pelas alarmantes taxas de desemprego, o que não é insensato, mas a robótica ainda não foi capaz de construir algo que ao menos esboce uma Pietà [...].

§5 [...] contrariando a afirmação de M. A. Marques, é provável que o homem e o trabalho jamais se separem. O homem carrega o delicioso fardo que é seu intelecto [...]

(Texto 041)

Nesta redação, o trabalho é considerado uma condição inerente ao homem. O texto defende que a condição humana está associada ao atendimento das necessidades do homem, entre elas a de sobrevivência e autoexpressão, assim como de suas ambições. A tecnologia, incapaz de inventividade, faria com que o homem buscasse cada vez mais sua integração com o trabalho, apesar do

acirramento no mercado de trabalho. Segundo o texto, a sobrevivência e as ambições humanas possibilitariam prever que o desaparecimento do trabalho nunca ocorrerá.

No terceiro parágrafo encontramos a paráfrase de uma relação polêmica entre as FD do texto 1 da coletânea: *Ao contrário do que afirma Simões, o resultado do trabalho de Michelangelo demonstra a probabilidade do ser humano e o trabalho serem indissociáveis. É pertinente considerar que o homem, desde a pré-história necessita de lutar por sua sobrevivência.* O trabalho, entendido como essência do homem e relacionado à busca pela sobrevivência desde tempos remotos, entre outras necessidades, opõe-se à filiação que toma o trabalho mediante seu aspecto histórico. Essa oposição, em favor da concepção que naturaliza o trabalho, vem marcada pelo operador argumentativo de contraposição “*ao contrário*”. A concepção histórica do trabalho é retomada pelo processo de citação “*afirma Simões*”, que marca, pela atribuição explícita, o distanciamento entre discurso citado e discurso citante. Nesta contraposição, o trabalho artístico é colocado como outra evidência da indissociabilidade entre homem e trabalho.

Há também, no quarto parágrafo da redação, uma proposição em relação de paráfrase com a FD dominante do texto 2 da proposta, que neste contexto está inserida sob a dominância de outro posicionamento: *Muitos culpam a proliferação das máquinas pelas alarmantes taxas de desemprego, o que não é insensato, mas a robótica ainda não foi capaz de construir algo que ao menos esboce uma Pietà.* O quarto parágrafo apresenta uma concessão à filiação que assume que as taxas de desemprego são causadas pelo desenvolvimento técnico. Por meio do operador de negação “*não*”, marca-se uma concessão à filiação que toma a tecnologia como promotora do aumento da instabilidade social, que é reforçada também por meio do adjetivo com valor depreciativo “*insensato*”. A esse posicionamento, contrapõe-se, por meio do operador “*mas*”, a filiação que toma o trabalho artístico como expressão da genialidade humana, nesse caso insubstituível. Essa proposição em relação de paráfrase com a filiação do texto 3 encontra-se no seguinte trecho: *mas a robótica ainda não foi capaz de construir algo que ao menos esboce uma Pietà.*

Nesta redação, a paráfrase discursiva da filiação que toma o trabalho como essência do homem relaciona-se à sobrevivência, e abrange, no seu interdiscurso, as atividades de subsistência humana. Além da inerência do trabalho em razão da sobrevivência, estão relacionados a essa condição a ambição, o intelecto e a

necessidade de expressão humana. A transformação da atividade laboral mediante a evolução técnica é, ainda, outro posicionamento que constitui o interdiscurso específico da condição intrínseca do trabalho nesta redação.

Observe-se na redação a seguir a reformulação da polêmica do texto 2, bem como a paráfrase de uma filiação do texto 1 da coletânea:

(07)

§1 Visto na maioria das vezes como uma obrigação, um fardo a ser carregado, o trabalho também é parte da realização pessoal do ser humano. As revoluções tecnológicas abriram possibilidades para que o homem tenha menos obrigações, podendo se focar no trabalho que lhe dá prazer, porém o nosso modo de vida impede essa realização.

§2 A invenção da máquina diminuiu o gasto de tempo e mão-de-obra nos trabalhos humanos, gerando enorme comodidade ao homem e o desemprego.

§3 O trabalho é indispensável ao homem, ele tem necessidade de produzir e sua vida em sociedade necessita do trabalho [...] Essa necessidade social faz com que muitos sejam obrigados a carregar o fardo de trabalhar com o que não lhe é apazível [...]. A tecnologia é capaz de diminuir tais fardos [...]

§4 Ao invés de usarmos a tecnologia associada ao trabalho humano, substituímos, em nome do lucro um ao outro, gerando o desemprego estrutural.

§5 [...] A tecnologia cria ambiente para que a relação homem trabalho seja melhor, mas para isso precisa ser usada nesse intuito.

(Texto 04)

O trabalho nesse texto está inserido na perspectiva naturalizada que o toma como uma condição inerente ao homem, por ter ele a necessidade de produzir para viver em sociedade. Atrelado à inerência do trabalho na vida humana, ele também é visto como uma forma de realização pessoal. Já a tecnologia possibilita a atenuação do trabalho excessivo para a humanidade se dedicar a uma atividade produtiva prazerosa, mas simultaneamente gera o desemprego estrutural. Nesta nova

representação, a tecnologia produz efeitos contraditórios; um positivo, de possibilitar a satisfação por meio trabalho, e um negativo, na causa pela substituição do trabalho do homem pela máquina.

Os trechos sublinhados exibem paráfrases de filiações do texto 1 e 2 da coletânea. A primeira, localizada no primeiro parágrafo: [*Visto na maioria das vezes como uma obrigação, um fardo a ser carregado, o trabalho também é parte da realização pessoal do ser humano*] relaciona-se à FD dominada do texto 1 da proposta. No texto, no entanto, ela aparece como a filiação dominante, situada numa polêmica implícita com a FD antagonista, pois, o trabalho não constituiria uma condição histórica, mas um fardo e, dessa forma, apresentar-se-ia como uma condição inerente ao homem. Esse trabalho de caráter obrigatório, intrínseco ao homem, relaciona-se ao desenvolvimento técnico que teria como fim promover a evolução para o trabalho prazeroso. Dessa forma, o trabalho-fardo simultaneamente poderia proporcionar prazer por meio da realização profissional. Essas filiações mantêm uma relação interdiscursiva de aliança, de modo a constituir o interdiscurso da FD dominante do texto.

A segunda paráfrase: *A invenção da máquina diminuiu o gasto de tempo e mão-de-obra nos trabalhos humanos, gerando enorme comodidade ao homem e o desemprego*, relaciona-se a um rearranjo da relação interdiscursiva entre as FD do texto 2. Localizada no segundo parágrafo, ela alia efeitos de sentido contraditórios quando relacionados ao trabalho por meio da tecnologia: o desenvolvimento e o simultâneo desequilíbrio social originado do desemprego que ela provocaria. Filiações divergentes funcionam na paráfrase em aliança marcada pelo conectivo “e” que acumula efeitos contrários provindos de posicionamentos opostos relativos ao mesmo fenômeno. Aliar custo e benefício da tecnologia no campo do trabalho pode refletir os resultados produzidos pela tecnologia em uma sociedade caracterizada pelo alto índice de desigualdade social.

Já no quarto parágrafo, a terceira reformulação focaliza a polêmica das FD do texto 2 da coletânea: *Ao invés de usarmos a tecnologia associada ao trabalho humano, substituímos, em nome do lucro um ao outro, gerando o desemprego estrutural*. Nessa paráfrase, a sequência é dominada pela filiação que toma o progresso como forma de exploração do trabalho, na medida em que a libertação do homem através da tecnologia não se tornou realidade. O operador argumentativo “ao invés de” tem a função de contrapor os dois posicionamentos; a filiação que

toma a tecnologia como elemento fomentador do equilíbrio social é contraposta à filiação que tem na tecnologia um reforço da dominação econômica por meio do lucro. Os verbos nessa reformulação estão no tempo do mundo comentado indicando um posicionamento do enunciador.

O que diferencia formalmente a última reformulação da anterior é que ela se inicia com um índice de contraposição à FD rejeitada que funda a relação polêmica, enquanto a outra acumula efeitos opostos das filiações antagonistas. No momento em que surge a marca da contradição entre as filiações, os verbos que estavam no tempo do mundo narrado passam para o tempo do mundo comentado.

Nesta redação, a paráfrase discursiva do posicionamento que toma o trabalho como essência do homem está diretamente relacionada com a sua constituição como um fardo humano, mas também relacionada à realização individual. Nesse ponto, a evolução tecnológica seria o elemento que possibilita essa realização pessoal através do trabalho.

Observe-se a representação seguinte da polêmica do texto 2 da coletânea:

(08)

§1 Diz-se que, no começo da estruturação da organização social, o homem foi criando diversas formas de divisão do trabalho; a priori, formações que visavam a produção coletiva e seu conseqüente bem estar. Com o tempo, entretanto, fez-se a divisão do trabalho conforme o poder de cada homem.

§2 Burocratizando-se a teologia, os homens trabalhavam em nome de Deus; burocratizando-se a agricultura, muitos homens tinham vastas terras cultivadas não por eles [...].

§3 Depois apareceram as altas tecnologias de seus tempos, que prometiam um melhor bem social, como hoje prometem os transgênicos. Vê-se que nada mudou, nem mudará [...]

§4 [...] E o trabalho por mais necessário que seja à sobrevivência humana, é só mais um “apartheid não-racial” [...] sempre mais do mesmo [...] e, agora, se antes era pela salvação divina, é sob o prisma demagógico do neo-liberalismo [...]

(Texto 012)

Nesse texto, o trabalho é caracterizado como contemporâneo ao surgimento da vida humana em coletividade, sendo que a sua especialização relaciona-se às relações de poder entre os homens. Segundo o texto, o trabalho retratado em diferentes fases históricas como um valor igualitário ou individualista seria uma realidade que perduraria nos dias atuais, época caracterizada pelo emprego de técnicas avançadas e a desigualdade social.

A sequência discursiva do terceiro parágrafo, a saber: *Depois apareceram as altas tecnologias de seus tempos, que prometiam um melhor bem social, como hoje prometem os transgênicos. Vê-se que nada mudou, nem mudará*, está em relação de paráfrase com a polêmica do texto 2 da coletânea. A filiação que toma o progresso tecnológico como forma de promover o bem-estar social marca-se no texto com os verbos no tempo do mundo narrado (“apareceram”, “prometiam”), indicando uma atitude de distanciamento em relação a uma expectativa positiva a respeito da tecnologia. Essa expectativa é contraposta e marca-se por meio do operador “*nada*” que indica uma negação completa, neste caso relacionada ao posicionamento que vê a tecnologia como panaceia dos problemas sociais. Ainda por conta da contraposição, os verbos no tempo do mundo do comentário marcam um posicionamento contrário (e implícito) ao afirmado. Note-se que o texto atualiza a filiação que toma a tecnologia como forma de promoção social ao relacioná-la, de forma conciliadora, ao posicionamento que defende os benefícios dos alimentos concebidos a partir de mutações genéticas, isto é, as sementes transgênicas.

Não é possível afirmar, em relação às filiações do texto 1 da proposta, que o texto assume um de seus posicionamentos. O trabalho nesta redação está historicizado; no entanto é possível associar a essa descrição histórica tanto a condição intrínseca ao homem, quanto uma condição histórica, o que não é realizado no texto. Na descrição histórica das transformações sofridas pelo trabalho, à contraposição à filiação que assume a evolução tecnológica como promotora do desenvolvimento social, soma-se o posicionamento que tem nos transgênicos um meio de aumentar a desigualdade social, seja por meio do alto custo dos alimentos modificados ou pela perda de terras pelos pequenos agricultores. Ou seja, a filiação que toma a evolução tecnológica como forma de provocar o desemprego é

relacionada ao posicionamento que interpreta a introdução de alimentos transgênicos como negativo à sociedade.

A redação seguinte traz as paráfrases de uma das FD do texto 1 e da relação polêmica do 2 da coletânea:

(09)

§1 O conceito de trabalho é relativo. [...] porém acredita-se que todos concordem em no mínimo um ponto: sem o trabalho não há meio de sobrevivência.

§2 A humanidade evoluiu muito [...] e isso reflete-se diretamente no trabalho das pessoas. A tecnologia um advento importantíssimo para o mundo contemporâneo, vai alterando os meios de produção, exigindo cada vez mais mão-de-obra especializada e cada vez menos funcionários, sendo estes substituídos por máquinas, computadores.

§3 [...] dos trabalhadores, que trabalham cada vez mais para compensar o capital investido [...] Isso gera riquezas, pessoal altamente capacitado, entretanto a maior parte da população que não pode se especializar acaba desempregada ou em subempregos [...]

§4 O ser humano supera-se ao longo dos anos no quesito inteligência, mas melhor do que tecnologia de ponta é quando o trabalho torna-se prazeroso [...]

(Texto 07)

De acordo com a redação, independente de infortúnio ou benefício, o trabalho é imprescindível para a sobrevivência humana. No estágio atual da evolução do homem, a tecnologia teria se tornado essencial, com seus efeitos positivos e negativos, por sua eficiência. As exigências do mercado provocariam a maior especialização da mão de obra, que, por um lado, seria recompensada com a riqueza, mas, por outro, seria castigada com o desemprego. Por fim, com a tecnologia, o homem estaria sempre se superando e seria positivo buscar o trabalho como forma de prazer.

Não há no texto indícios de posicionamento que relacione o trabalho com uma condição sócio-histórica ou que se contraponha ao trabalho como uma necessidade intrínseca da condição humana. Pelo contrário, o trabalho é visto como essencial para a sobrevivência e, dessa forma, como uma condição inerente ao homem. Esse é o sentido dado ao trabalho por certas filiações de conotação religiosa ou fatalista. Acrescente-se a isso, tendo a posição que toma o trabalho como essência humana aceita como dominante, fica implícita a contraposição ao posicionamento que tem no trabalho uma condição histórica do homem. A dominância polêmica entre as filiações sócio-históricas do texto 1 da coletânea é nesta redação invertida e não explicitada.

O trecho em destaque no parágrafo inicial da redação, *O conceito de trabalho é relativo. [...] porém acredita-se que todos concordem em no mínimo um ponto: sem o trabalho não há meio de sobrevivência*, trata-se de uma reformulação do posicionamento outrora dominado do texto 1 da proposta; o trabalho como condição inerente ao homem passa de posição dominada à filiação dominante. A definição de trabalho é inicialmente relativizada e os significados a serem dados ao trabalho podem ser vários. No entanto, em seguida o texto coloca o sentido de trabalho como condição humana inerente acima de qualquer outra. Com o operador “porém”, contrapõe-se toda e qualquer perspectiva distinta àquela a ser enunciada. A crença na inexistência da vida humana sem o trabalho é um sentido que, pelo fato do sujeito do discurso identificar-se com esse saber discursivo, torna-se óbvio para ele, e também para os outros, segundo sua perspectiva. A paráfrase é ainda marcada por uma construção condicional em combinação com o operador de negação “não”, formando a construção “sem x não há y”, que tem a função de orientar a argumentação a favor do sentido de trabalho como condição inerente ao homem e de negar a sobrevivência do ser humano na ausência do trabalho.

No contexto da assunção do trabalho como essência humana, a tecnologia pode ser considerada, como em (10), indispensável à sociedade ao proporcionar eficiência ao trabalho humano e aumentar sua produtividade, o que garantiria a sobrevivência de grande quantidade de pessoas. O efeito negativo do desemprego de parte da população que não poderá especializar-se não se contrapõe à importância da tecnologia, mas integra-a como acréscimo pelos efeitos positivos da sua implementação. Atrelada à visão de trabalho como essência humana na atualidade, está a dependência humana da tecnologia, o que a leva a ser tomada

como essencial para a sociedade atual. Os trechos em destaque do segundo e terceiro parágrafos aparecem, desse modo, em relação de paráfrase com a filiação dominada do texto 2 da proposta, favorável ao emprego da tecnologia apesar dos efeitos colaterais produzidos. A configuração da filiação dominante neste texto se marca pelo modalizador “*importantíssimo*” que intensifica a qualificação da condição essencial da tecnologia na sociedade atual. O operador “*entretanto*” tem, nessa passagem, a função de se contrapor ao que se apresenta como um efeito negativo do advento da tecnologia e não como uma nova filiação, que não é colocada ao longo do texto.

Vimos que, nesta redação, a paráfrase discursiva do posicionamento que toma o trabalho como uma condição inerente ao homem está relacionada com a evolução tecnológica que, por sua vez, alia-se à substituição do trabalho humano pelas máquinas e, dessa forma, ao desemprego, à desigualdade social, mas também à riqueza e ao surgimento de trabalhadores especializados. Todas essas filiações constituem o interdiscurso dessas duas FD nas reformulações parafrásticas do tipo discursiva.

O texto a seguir traz a paráfrase da relação polêmica do texto 1 e texto 2, além da FD do texto 3 da proposta em relação polêmica.

(10)

§1 É comum a noção de que o trabalho é uma atividade indispensável à sobrevivência e permanência do homem no mundo. Acredita-se que não é possível que uma sociedade progrida, ou mesmo exista, sem ele; que ele é uma característica inerente a nossa espécie. Entretanto, essa noção pode estar equivocada.

§2 Há sociedades, como as indígenas, em que o trabalho é uma ocupação secundária. [...] Também existe a possibilidade, futura, de uma sociedade em que o desenvolvimento tecnológico chegou a níveis tão altos que o trabalho pôde ser eliminado [...]

§3 A situação atual é, contudo, diferente. Apesar da tecnologia, trabalha-se muito e, ironicamente, muitas vezes para desfrutar desses avanços. [...]

§4 Nem todo trabalho é, todavia, resultado de uma necessidade imposta por um meio ou época. O homem pode trabalhar para a sua simples satisfação: para construir algo que admire, para se exprimir ou para exprimir o mundo que o circunda. É o caso do artista [...]

(Texto 035)

Segundo o texto, o trabalho surge como uma condição histórica, visto que, em sociedades como a indígena, trabalhar é uma atividade secundária, pois não há nesse tipo de organização humana a necessidade de produzir além do necessário para a subsistência. Para a sociedade atual, a ideia de uma organização sem trabalho seria inconcebível, entretanto, o trabalho artístico teria resistido à passagem do tempo e das sociedades como uma necessidade por satisfação pessoal.

O primeiro parágrafo: *“É comum a noção de que o trabalho é uma atividade indispensável à sobrevivência e permanência do homem no mundo. Acredita-se que não é possível que uma sociedade progrida, ou mesmo exista, sem ele; que ele é uma característica inerente a nossa espécie. Entretanto, essa noção pode estar equivocada. Há sociedades, como as indígenas, em que o trabalho é uma ocupação secundária”*, traz a paráfrase da polêmica presente no texto 1 da coletânea que contrapõe argumentativamente dois posicionamentos históricos para situar-se a favor de um deles.

Nesse primeiro trecho em destaque, a representação do trabalho como essência do homem e da sociedade aparece como um lugar-comum, uma naturalização da qual o sujeito do discurso está distanciado. O tom de generalização do posicionamento que toma o trabalho como indispensável à existência humana é produzido com o uso do qualificador “comum”. Já a construção verbal com o índice de indeterminação do sujeito, em “acredita-se que”, distancia e exclui o enunciador deste posicionamento. Esta crença que tem no trabalho um elemento indispensável ao homem contrapõe a viabilidade da existência e do progresso da sociedade sem seu apoio no trabalho excedente mediante o uso do operador argumentativo de negação. A refutação desse posicionamento, no entanto, não é sustentada e a orientação argumentativa direciona o discurso para a conclusão contrária. A oposição por meio do conectivo argumentativo “entretanto” é reforçada com a avaliação negativa da adjetivação “equivocada”. Acrescenta-se que tal sociedade

sem o trabalho que visa o excedente existe, citando o exemplo da organização indígena.

A representação de trabalho nesta redação se faz, portanto, voltando-se tanto para o trabalho da produção de excedente como para o trabalho da busca pela subsistência. Com esse exemplo, o sentido de progresso não é o sentido que se dá a ele contemporaneamente, visto que a organização indígena teria permanecido intacta até a sua degradação a partir do contato com a civilização branca. Nesta paráfrase, é estabelecida a relação entre o argumento que crê apenas na possibilidade de vida organizada por meio da instituição do trabalho e a FD que tem no trabalho uma condição natural do homem. Também se relacionam o argumento que afirma a existência de vida humana organizada sem a instituição do trabalho e a FD em que o trabalho é visto como condição sócio-histórica.

No terceiro parágrafo há a reformulação da polêmica entre as filiações do texto 2 da coletânea, a saber: *Apesar da tecnologia, trabalha-se muito e, ironicamente, muitas vezes para desfrutar desses avanços*. Ela se inicia com o operador argumentativo “*apesar (de)*” que introduz um argumento fraco diante de outro considerado mais forte. A afirmação “*apesar da tecnologia*” retoma um pressuposto positivo relativo ao progresso tecnológico. Faz-se uma concessão a um aspecto positivo (implícito) a respeito da revolução tecnológica, mas que orienta a argumentação para um sentido negativo. A concessão aos efeitos positivos da tecnologia é contraposta pela necessidade do trabalho duro, necessário inclusive para o acesso aos avanços proporcionados pela tecnologia. Essa contraposição é marcada ainda pelo modalizador “*ironicamente*”, que introduz o sentido de desfecho contrário ao que se esperaria das circunstâncias.

Por fim, o último parágrafo faz a reformulação da filiação do texto 3 da proposta de redação ao considerar o trabalho artístico uma forma de construção da expressão humana, em: *Nem todo trabalho é, todavia, resultado de uma necessidade imposta por um meio ou época. O homem pode trabalhar para a sua simples satisfação: para construir algo que admire, para se exprimir ou para exprimir o mundo que o circunda. É o caso do artista*. Esse tipo de trabalho é contraposto ao trabalho que sujeita o homem de cada período histórico. Encarado como uma exceção em relação ao trabalho como condição histórica, a reformulação da filiação que insere o trabalho artístico como expressão humana marca-se pelo operador de contraposição “*todavia*” que faz a oposição do trabalho artístico à filiação que assume o trabalho

como “imposto por um meio ou época”. Além disso, o trabalho artístico é relacionado com a crença que tem no trabalho um exercício prazeroso. Isso ocorre numa formulação em que expressão estética e satisfação são respectivamente causa e efeito, em que a preposição “para” tem o sentido de “no intuito de”.

Podemos dizer que o texto apreende dois sentidos de trabalho, o que produz excedente e aquele que não busca o excedente, mas visa à sobrevivência. O trabalho como essência vem relacionado ao sentido de trabalho remunerado. Numa sociedade capitalista, que visa ao lucro por meio do excedente produzido pelo trabalho, ele não pode deixar de ser indispensável. A atividade que visa ao excedente é aqui vista como condição histórica do homem, por implicação, pois essa atividade não estaria presente em vários momentos históricos e o trabalho artístico, que não busca excedente, este sim seria visto como atemporal e, portanto, como essência do homem. Igualmente, o sentido de progresso não seria o mesmo que se dá a ele contemporaneamente.

Vimos que esta redação assume três posições enunciativas. O trabalho como condição histórica, a tecnologia que não entrega as benesses que promete e a arte como expressão humana. Esses posicionamentos foram estabelecidos pelo sujeito na relação com outros discursos. Em dois desses casos, o interdiscurso das filiações assumidas é constituído pelas filiações das relações polêmicas dos textos 1 e 2 da proposta. Apenas no caso da filiação do texto 3, a relação interdiscursiva surge a partir do diálogo com uma filiação distinta à dos textos da coletânea.

O interdiscurso da FD parafraseada que toma o trabalho como condição histórica é construída, nesta redação, por meio de dois discursos: o discurso que assume o trabalho como essência humana, e nesse caso esta filiação é rejeitada; e por meio da aliança com a filiação histórica que interpreta a vida do indígena como livre de trabalho, por estar voltada à subsistência.

O texto a seguir traz a reformulação parafrástica das FD do texto 2 da coletânea em sua polêmica original.

(11)

§1 Hoje em dia vivemos na era do progresso técnico-científico. Após o século XIX foi realizado um avanço impressionante na área da ciência, tecnologia

[...]

§3 Após a revolução industrial, o trabalho passou a ser majoritariamente urbano e requisitado. No entanto o trabalho humano [...] entrou em processo de substituição pelas máquinas [...]. Apesar da revolução que houve com a maquinização da produção, a maior parte da população não se beneficiou com esta, já que perderam seus empregos ao invés de terem que trabalhar menos.

§4 Sendo assim [...] a tendência do trabalho humano é, cada vez mais, diminuir. Mas isso não traz benefício [...] Considerando que a substituição da mão-de-obra serve apenas para aumentar [...] número de pessoas no exército de desempregados. [...]

(Texto 022)

A redação afirma que vivemos na era do progresso científico. Distintas dimensões da vida em sociedade teriam evoluído em decorrência do trabalho humano. Ao mesmo tempo, a globalização teria tornado nítida a necessidade do trabalho. No entanto, a tendência no sistema capitalista seria a diminuição do trabalho e essa situação prejudicial para o homem só mudaria quando o trabalho não fosse reduzido à simples obtenção de lucro e voltar-se ao bem comum.

O enunciado: *Apesar da revolução que houve com a maquinização da produção, a maior parte da população não se beneficiou com esta, já que perderam seus empregos ao invés de terem que trabalhar menos*, traz a paráfrase da polêmica presente no texto 2 da coletânea, aproximando-se da concepção de tecnologia como instrumento de exploração do homem. A paráfrase retrata o posicionamento que toma a revolução tecnológica como perniciosa à sociedade, já que a máquina substitui o homem e tira-lhe o trabalho. Ela inicia com o operador argumentativo “apesar de” que introduz uma concessão à filiação que vê na revolução produtiva produzida pela tecnologia um elemento positivo, porém, sem constituir um argumento decisivo a respeito do progresso tecnológico. No caso, a concessão inaugura um *continuum* em que este posicionamento exprime uma argumentatividade fraca em favor de uma conclusão. A segunda filiação se contrapõe à voz que concede com o uso do operador argumentativo de negação “não”, indicando uma conclusão contrária ao sugerido pelo posicionamento anterior.

O direcionamento argumentativo se dá de forma que o aspecto positivo da revolução tecnológica é superado pelo seu efeito negativo.

Podemos dizer que esta reformulação trata-se de uma paráfrase discursiva na medida em que a problemática do progresso tecnológico é tomada do interdiscurso criado por formações discursivas antagônicas que opõem homem e máquina.

O texto seguinte faz a representação da polêmica original do texto 2:

(12)

§1 A algumas décadas acreditávamos que o processo do trabalho como o conhecemos fosse superado pelos desenvolvimentos da robótica e da informática. Ou seja, que sendo um processo histórico do desenvolvimento da sociedade, ele fosse amenizado, transformado de sua condição de ganho do “pão-de-cada-dia” trabalho integrativo, para um trabalho capacitador de consciência e evolução do homem.

§2 Com as frequentes crises de combustíveis e matérias-primas elevando os custos da produção [...]. A reforma tecnológica em lugar de aliviar a pesadíssima carga que ele (o trabalho) trás apenas substituiu a mão-de-obra: trocou o trabalho braçal de alguns setores por engenhos desenvolvidos na robótica e, no campo burocrático, introduziu a informatização.

§3 (...) A alta tecnologia tornou-se um pesadelo aos mais pobres, com menos capacidade de acesso à informação, gerando sub-empregos [...]

(Texto 039)

O texto afirma que, sendo uma condição histórica do homem, com a tecnologia haveria a possibilidade do trabalho se transformar de atividade voltada à sobrevivência para uma atividade evolutiva e integrativa para o homem. No entanto, o desenvolvimento tecnológico teria provocado o desemprego em massa e criado o previsto por Marx, um exército de reserva que mantém os salários em níveis baixos. O texto conclui que o trabalho como forma de expressão da capacidade e sensibilidade se encontra cada vez mais distante.

A expectativa expressa no trecho do primeiro parágrafo: “*Ou seja, que sendo um processo histórico do desenvolvimento da sociedade*”, em que a atual dinâmica de trabalho fosse superada e o processo histórico em que o mesmo se encontra fosse amenizado, indica que o trabalho é tomado pelo sujeito a partir da filiação que vê essa atividade como uma condição histórica do homem. Essa espera indica também que a expectativa não foi alcançada. Trata-se de uma paráfrase da filiação dominante do texto 1 da coletânea, em contraposição implícita com a FD que tem no trabalho uma condição intrínseca do homem.

O trecho em destaque “*A reforma tecnológica em lugar de aliviar a pesadíssima carga que ele (o trabalho) trás apenas substituiu a mão-de-obra: trocou o trabalho braçal de alguns setores por engenhos desenvolvidos na robótica e, no campo burocrático, introduziu a informatização.*” faz a paráfrase da polêmica entre os posicionamentos do texto 2 da coletânea. Nela, o operador “em lugar de” introduz uma contraposição entre a filiação que vê a tecnologia como um progresso favorável, um “alívio”, e a maior qualificação necessária ao trabalho, que mais à frente o texto mostra que resulta no efeito reverso do desemprego. O operador argumentativo “apenas” reforça a orientação argumentativa contrária ao efeito positivo da tecnologia, exprimindo a sua negação, através de uma maior exigência do trabalhador, culminando no posicionamento que vê na tecnologia a causa do desemprego crônico, como dito anteriormente. A posição em que o alívio da carga de trabalho é associado à revolução tecnológica relaciona-se com a FD que tem no progresso tecnológico a ideia de benefício social, enquanto o enunciado que indica a substituição da mão de obra pela tecnologia está relacionado com a FD que toma o avanço tecnológico como forma de exploração da força de trabalho. Esta paráfrase da relação polêmica relaciona o progresso tecnológico à maior exigência do trabalhador e, depois, ao consequente desemprego. É um rearranjo da polêmica original com a introdução de uma nova filiação a respeito do acirramento do mercado de trabalho.

A finalização do diálogo entre as crenças ideológicas desta paráfrase apresenta equivalência semântica com o encerramento do texto original, pois finaliza a reformulação com um operador argumentativo de oposição. Como a paráfrase está inserida numa progressão temática que leva em conta a polêmica delineada num campo histórico-discursivo determinado, ela é considerada do tipo discursiva.

Observemos a relação parafrástica de uma filiação do texto 1 e da polêmica do texto 2 a seguir:

(13)

§1 O trabalho se tornou peça fundamental para a sobrevivência no contexto capitalista pós-industrial, na [...] sociedade do consumo. Há tempos acreditava-se que o trinômio avanço tecnológico, mecanização e aumento da capacidade da produção pouparia o ser humano de tanto trabalho, mas a realidade é bem diferente. Com o avanço tecnológico as funções se especificaram num mercado de trabalho exigente, deixando a escolha por uma carreira mais difícil.

§2 Mas o pior mesmo fica para aqueles que não tem acesso a um estudo, a uma formação devido à posição social desfavorável [...] o quadro de desigualdade social.

§3 [...] A concepção do trabalho que enobrece o homem, [...] que faz bem a mente está praticamente extinta para a maioria da sociedade.

(Texto 055)

O texto discorre sobre a condição atual do trabalho que teria se tornado mais difícil, pois com a tecnologia, o mercado de trabalho teria se tornado mais exigente e teriam se estreitado as oportunidades de trabalho no modelo capitalista que não deixaria alternativas de sobrevivência aos indivíduos. Essa dificuldade é percebida em grau mais elevado por aqueles que não têm acesso aos estudos, ficando à margem da sociedade. Conclui-se que a solução está na educação para que todos tenham oportunidades de trabalho.

No primeiro enunciado do primeiro parágrafo, localiza-se, pressuposta, a condição histórica do trabalho na vida humana, que em determinadas condições lhe impõe um caráter inerente: *O trabalho se tornou peça fundamental para a sobrevivência no contexto capitalista pós-industrial, na [...] sociedade do consumo.* Com a deflagração do capitalismo pós-industrial, o trabalho torna-se próprio da natureza humana, em razão do seu papel fundamental para a sobrevivência neste período histórico.

Em: *Há tempos acreditava-se que o trinômio avanço tecnológico, mecanização e aumento da capacidade da produção pouparia o ser humano de tanto trabalho,*

mas a realidade é bem diferente. [...] Mas o pior mesmo fica para aqueles que não tem acesso a um estudo, a uma formação devido à posição social desfavorável [...] o quadro de desigualdade social, faz a paráfrase da polêmica interdiscursiva presente no texto 2 da coletânea.. Nela, a crença ideológica de que a tecnologia diminui a exploração no trabalho é confrontada pelo efeito contrário de aumentar a desigualdade social. A crença na tecnologia como forma de amenizar o trabalho excessivo apresenta verbos no tempo do mundo narrado, introduzindo um relato na forma de fatos. O tempo verbal do verbo “acreditar” no imperfeito dá a conotação de distanciamento de uma crença acalentada no passado, o que não ocorre no presente. Esse posicionamento é contraposto pela filiação que vê na tecnologia uma forma de aumentar a exigência no trabalho e que tem também o efeito de produzir a desigualdade social. Essa oposição é marcada pelo operador argumentativo ‘mas’ que introduz a contraposição orientando a argumentação em direção a uma conclusão oposta à favorabilidade em relação à tecnologia. Na contraposição, os verbos aparecem no tempo do mundo comentado, marcando um posicionamento do sujeito.

Há, nesta paráfrase, uma equivalência semântica com o texto original. Assim como no texto fonte, a paráfrase se inicia com uma locução de tempo passado “*Há tempos*”. O verbo inicial “*acreditava-se*” também no imperfeito é acompanhado da partícula apassivadora em que “*o trinômio avanço tecnológico, mecanização e aumento da capacidade de produção*” funciona como sujeito paciente, assim como no texto 2 da coletânea que tem como sujeito paciente o “*progresso técnico e o aumento da capacidade de produção*”. O segundo verbo “*pouparia*”, assim como no texto fonte, aparece no futuro do pretérito indicando possibilidade. Além disso, o operador argumentativo “*mas*”, assim como no texto 2 da proposta, funciona com o valor de contraposição entre argumentos.

Na paráfrase discursiva do texto, o progresso teria provocado a perda dos empregos ao exigir maior especialização das habilidades, com consequência pior para aqueles que não têm acesso à educação. Buscamos mostrar nesta redação que novas filiações históricas mantêm relações de significação entre si e com as duas filiações parafraseadas do texto coletânea.

3.2 Interpretação dos resultados

Entre os dados obtidos por esta análise podemos observar que, do total de redações que fazem menção aos posicionamentos enunciativos presentes nos textos da proposta de redação do vestibular, pouco mais da metade (56,20%) utiliza a ferramenta encerrada no funcionamento sintático-semântico da língua, isto é, sem levar em conta o contexto discursivo em que elas estão inseridas. Essa predominância do número de paráfrases linguísticas nas redações que compõem o *corpus* final de pesquisa pode ser relacionada à concepção de linguagem enquanto representação do pensamento já que nela a produção linguística do sujeito está centrada nele próprio, não ficando clara a relação com as condições de produção do discurso. Como se sabe, essa concepção é própria do senso comum e tem larga tradição de veiculação na escola. A paráfrase gramatical está prevista na língua, entretanto no discurso a relação de paráfrase não constitui uma unidade formal não contraditória da língua; ela é uma unidade inserida em um contexto que abarca a contradição na língua.

Entre as formações discursivas dos três textos da proposta de redação, as filiações presentes no texto 1 da coletânea foram as mais parafraseadas (56, 89%), seguidas das reformulações parafrásticas das filiações do texto 2 (30, 27%), e do texto 3 (12, 84%). As FD do texto 1 da proposta que foram representadas em maior número nas redações de vestibular foram tomadas preferencialmente em relações implícitas com a filiação antagonista fornecida pela proposta (62, 97%) ou, dito de outra forma, as filiações foram adotadas separadamente da relação polêmica em que se encontram originalmente. Uma das explicações para essa preferência pode estar na reconfiguração das relações de uma filiação parafraseada com a sua alteridade constitutiva. Muitas das redações que parafraseiam uma filiação do texto constroem seu discurso assumindo outras filiações que não a filiação antagonista original, ou seja, novos posicionamentos sócio-históricos são inseridos para a interpretação de uma dada FD. O fenômeno inverso ocorre com as reformulações das filiações do texto 2. Mais da metade (57,14%) das paráfrases dos posicionamentos do texto 2 da coletânea parafraseiam a relação interdiscursiva antagônica entre as FD desta proposta de escrita. Uma hipótese para esse fenômeno está na própria polêmica interdiscursiva. O debate a respeito da aplicação dos avanços tecnológicos no domínio do trabalho humano foi gerado em fins dos

anos 80 e início dos anos 90 do século 20. Como a média de idade dos candidatos a uma vaga na universidade fica em torno dos 19 ou 20 anos, em 2006, ano da realização do vestibular, esse debate ficou praticamente superado, considerando que a tecnologia é amplamente aplicada aos mais diversos campos sociais, inclusive, na área do trabalho. Por essa razão, os escreventes ficaram presos às filiações fornecidas pela proposta de redação, sem recorrer a novas formações discursivas que componham o interdiscurso da relação original.

No conjunto de exemplos apresentados, foram vistos os tipos mais frequentes de relações interdiscursivas em relação de paráfrase discursiva com as filiações da proposta de redação. Nove redações, de um total de treze, remetem às relações polêmicas entre as FD dos textos coletânea. Essa maioria (9) apresenta as mesmas relações de dominância interdiscursiva vistas nos textos da proposta, e três delas inverteram essa relação. Cinco paráfrases retratam apenas uma das filiações do texto, em relação de contradição implícita com a FD antagônica original, exceto quando ocorre a relação parafrástica da filiação à FD do texto 3. Com esse tipo de paráfrase “órfã”, com respeito à relação interdiscursiva original, a ordem da dominância foi alternada, em alguns textos, entre as FD originais. Não obstante, essas formulações parafrásticas dialogam com outras filiações discursivas. A exemplificação cobre, também, em pelo menos dois casos, a ocorrência presente no restante do *corpus* referente ao fato de que filiações a diferentes textos da proposta interagiram formando relação de aliança. De forma a exibir as paráfrases das filiações dos textos da coletânea em relação às redações analisadas, a tabela a seguir sintetiza os resultados analisados nos textos fornecidos na coletânea fornecida no exame vestibular. Lembramos que, em relação ao texto 1 da proposta, a FD 1 remete ao trabalho como essência humana; a FD 2 refere-se ao trabalho em sua condição histórica. Com relação ao texto 2 fornecido pela proposta, a FD 1 remete ao progresso tecnológico como promotor do equilíbrio da carga desenvolvimento social; a FD 2 refere-se à filiação que toma o progresso técnico como meio de promoção do desemprego e desigualdade. Quanto ao texto 3, a FD 1 refere-se à arte como trabalho da expressão humana.

Da análise desse conjunto de treze textos, foi possível estabelecer o seguinte quadro no que se refere às paráfrases das FD presentes nos textos coletânea.

TABELA 8 – Quadro das paráfrases das FD por redação analisada

Nº do texto	Paráfrase do texto 1 da coletânea		Paráfrase do texto 2 da coletânea		Paráfrase do texto 3 da coletânea
	Formação Disc. 1	Formação Disc. 2	Formação Disc. 1	Formação Disc. 2	Formação Disc. 1
01	X				
02	X				
03		X			X
04	X	X			
05	X				
06	X	X			X
07	X		X	X	
08			X	X	
09	X		X	X	
10	X	X	X	X	X
11			X	X	
12		X	X	X	
13		X	X	X	
TOTAL	8	6	7	7	3

Este quadro que sintetiza a ocorrência das paráfrases em relação às formações discursivas veiculadas nos textos da proposta de redação remete à articulação entre língua, sujeito e história. O escrevente ocupa as diversas posições históricas que lhe foram ofertadas e, dessa forma, produz o acontecimento discursivo ao reinterpretar os lugares históricos e atualizar as relações interdiscursivas. A concepção de FD que prevê a instabilidade dos limites que constituem uma filiação histórica, e que estão sempre se reconfigurando, permite vislumbrar nas redações de vestibular o rearranjo de novas situações enunciativas. Como os efeitos de sentido estão nas relações entre os elementos discursivos, apontamos a seguir os discursos mais recorrentes na constituição das relações interdiscursivas presentes nas reformulações parafrásticas.

De forma geral, a preferência dos vestibulandos em relação às filiações do texto 1 da coletânea orientou-se para a filiação que assume o trabalho como essência humana. Essa recorrência deu-se por vinculação, principalmente, às seguintes filiações históricas: o trabalho humano como essência atrelado à sobrevivência e, dessa forma, à concepção de trabalho que engloba as atividades de subsistência. O trabalho como condição intrínseca do homem também foi

relacionado usualmente ao discurso religioso que toma o trabalho como uma obrigação própria do ser humano. Acrescente-se, por último, a FD relacionada ao carácter racional da natureza humana, vinculada, nesse caso, ao trabalho como condição natural do homem.

Em se tratando do trabalho como condição histórica, os discursos mais articulados com essa filiação foram: aquele que toma o trabalho como condição intrínseca, dentro da relação polêmica. Também foi frequentemente relacionada à condição histórica do trabalho humano a concepção capitalista de trabalho remunerado. Uma última articulação, também frequente, se deu pelo carácter escravizante do trabalho por conta das formas de organização das sociedades; nesse sentido, foram relacionadas tanto as sociedades contemporâneas de cunho capitalista quanto as organizações sociais das sociedades antigas.

Com relação às FD do texto 2 da coletânea, como indicado, a maioria dos vestibulandos inseriu-se na relação polêmica entre as filiações históricas desse texto. Alguns discursos foram utilizados na constituição dessas paráfrases, tais como a filiação que articula a evolução tecnológica e a necessidade de especialização da mão de obra, ou variações como a transformação de um mercado de trabalho mais exigente. Outra filiação que constituiu a alteridade das FD do texto 2 foi ora a oposição entre o desenvolvimento tecnológico e a imensurável capacidade intelectual e engenhosidade artística do homem, ora a aliança da tecnologia como uma oportunidade para a produção do trabalho artístico. Adicionalmente, vinculou-se também a oportunidade de buscar a satisfação pessoal por meio de trabalhos outros que não a atividade braçal ou não-especializada.

E, por fim, o trabalho artístico tomado como expressão humana não utilitária na relação com o mundo, presente no texto 3, foi articulado, preferencialmente, em detrimento da posição que vê o trabalho como essência do homem, no sentido de fardo, obrigação ou mesmo como fator escravizante do homem. Já entre as posições sócio-históricas em relação de aliança com a FD em observação, ganharam destaque as posições que veem o trabalho artístico como um elemento libertador da alma, que potencializa a criatividade humana ou como uma atividade que proporciona prazer ao homem.

4. Considerações finais

É a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo o que falar (e se calar), quer dizer; que este “querer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da palavra e da escuta, a profundidade assinalável de um duplo fundo, o “querer dizer” do discurso do inconsciente – esse duplo fundo de que a linguística moderna, nos mecanismos de linguagem, pensa os efeitos e as condições formais.

Louis Althusser

O interesse pelo estudo da paráfrase na produção de redações de vestibular se deve à hipótese inicial de que a paráfrase como repetição de conteúdos poderia refletir a concepção normativa de língua que os vestibulandos trazem da sua formação escolar. Se essa hipótese se confirmasse, talvez ela pudesse ser apontada como um aspecto determinante do tipo predominante de uso da paráfrase nos textos analisados. A tentativa de repetição do modelar (no caso, por meio de paráfrase) talvez pudesse dar pistas sobre o modo mais frequente de emprego da paráfrase nesses textos.

Como procuramos evidenciar, dois tipos de uso da paráfrase marcam os textos analisados: a paráfrase linguística e a paráfrase discursiva.

A paráfrase linguística se distingue da paráfrase discursiva por apenas reproduzir sentidos previstos pelo sistema linguístico – o que produz a visão da paráfrase como simples repetição –, enquanto a paráfrase discursiva retoma sentidos do contexto discursivo próprio, tendo em vista as formações discursivas e o interdiscurso constituídos como base para que um dizer se torne possível – o que produz a visão da paráfrase não como simples repetição, mas como identificação do sujeito a um campo do dizer.

No caso da paráfrase linguística, pode-se afirmar, ao fim deste percurso, que ela se constitui num elemento que compõe o quadro das condições de produção da escrita escolar.

Na situação de redação de vestibular, em que a concepção da produção linguística está atrelada a textos-fonte, chegou-se ao seguinte resultado: a maioria das redações apresentou paráfrases linguísticas dos textos fornecidos pela proposta de redação do exame vestibular.

Esse resultado dá, portanto, pistas de que o ensino de língua na escola se caracteriza, ainda, fortemente, pela concepção clássica de linguagem, no sentido dado a ela por Pêcheux (1993a). Esse é um indício de que a escrita escolar está atrelada, muitas vezes, ao funcionamento da língua visto de uma perspectiva normativa e instrumental. Por meio da concepção de língua autônoma como sistema estável e desvinculado de valores ideológicos, a integralidade do texto como uma unidade de significação fica comprometida, pois automatiza-se um fazer (a paráfrase como repetição) por vezes sem integrá-lo adequadamente à construção do sentido do todo do texto.

O resultado a que chegamos não é um resultado isolado. Ao analisar 2.434 horas de aulas de língua portuguesa no ensino médio em escolas públicas da capital paulista, Riolfi e Igreja (2010) atestaram que o ensino da escrita ainda é negligenciado, em benefício, dentre outros, do ensino da gramática. Por outro lado, se maior atenção fosse dada ao conhecimento do funcionamento enunciativo-discursivo da língua aplicado à escrita, haveria, seguramente, maior possibilidade de ênfase à construção do sentido do texto em sala de aula.

O levantamento das ocorrências de paráfrases neste trabalho ateu-se às paráfrases realizadas visando às posições enunciativas que se alternam nos textos da proposta, as quais foram tratadas em termos do que Maingueneau (2008) chama de *espaço discursivo*. A análise desse levantamento dá fortes indicações de que a concepção normativa da língua orientou a maioria dos escreventes na produção das redações que constituem o *corpus* final de pesquisa, dado que utilizaram, predominantemente, o recurso à paráfrase linguística. A simples reprodução/transposição/(quase) colagem dos textos da proposta ou de dados fornecidos pela proposta de redação (como os presentes na Instrução) foi constatada em mais da metade das redações nas quais os escreventes inserem as posições discursivas veiculadas pelos textos-fonte.

Em um mundo em contínua transformação, em processo de aparente aproximação entre os povos e de emergência de novas vozes e demandas, parece justificar-se a atenção à equivocidade, ao pluralismo de interpretações mediante a

articulação entre língua e história. Segundo Pêcheux (1997b), o outro torna possível que as filiações históricas se organizem em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. E conclui:

Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí (...) de uma questão ética e política: uma questão de responsabilidade. (PÊCHEUX, 1997b, p. 57).

Neste ponto, acrescentaríamos, com base em Pêcheux e Fuchs (1993b), que o produtor de linguagem, assim como em seu papel de intérprete, ao portar uma concepção normativa da linguagem, se põe como porta-voz de uma instituição universal que refletiria um sentido transparente e estável proveniente da língua. Na verdade, o posicionamento do sujeito como fonte dos sentidos, nada mais é, como lembram Pêcheux e Fuchs (1993b), do que uma ilusão do sujeito interpelado e, acrescentamos, e da interpelação resultante da uma posição que toma a noção de linguagem como representação do pensamento/realidade. Em contrapartida, o tratamento dos textos como enunciados no discurso possibilita uma abordagem integral no ensino-aprendizagem do texto, pois, por essa via, dá-se ênfase à interação entre sujeitos que assumem lugares sócio-históricos e constroem os sentidos como produtos da história. Como afirmam Piovezani e Sargentini (2011, p. 15) “é a ordem do discurso que controla o dizer e produz sentido, ao engendrar as paráfrases que estabelecem limites para a interpretação diante da constitutiva polissemia da linguagem”.

No que se refere ao recurso à paráfrase discursiva, ele exerce uma função específica no processo discursivo. Toda produção linguística concreta é, segundo Henry (1990), determinada duplamente por formações ideológicas que remetem o discurso a formações discursivas definidas, de um lado, e à autonomia relativa da língua, de outro. A paráfrase como lugar de interpretação das posições sócio-históricas é essencial para a atividade de escrita e para a produção linguística em geral (verbal, verbo-visual, falada ou escrita) por se tratar de um repetível histórico. Ou seja, a reformulação parafrástica constitui um acontecimento discursivo como resultado do processo de interpretação de uma filiação histórica a partir das relações com as formações discursivas que passam a formar o seu interdiscurso. Além disso, na produção do texto dissertativo, forma típica do uso argumentativo da língua, a paráfrase tem a funcionalidade de servir como um procedimento argumentativo,

como foi o caso das 60 redações que exibiram paráfrases discursivas de posições enunciativas da proposta em relações com outras filiações. Seja marcando relações de contraposição entre posicionamentos, de aliança ou de pretensa neutralidade, as relações parafrásticas tiveram, nesses textos analisados, seu papel evidenciado por meio das marcas argumentativas que orientaram os discursos dos escreventes para determinadas conclusões.

No quadro referente aos resultados obtidos quanto às treze redações cuja análise expusemos em detalhe no capítulo anterior (cf. Quadro 8, p. 103), podem-se observar os textos privilegiados pelos vestibulandos para a parafrasagem (texto 1 e 2 da proposta) e, no seu interior, as formações discursivas mais retomadas, o que exemplifica não apenas o que ocorreu nesse conjunto menor de treze redações que serviu para a exposição da análise, mas também em toda a porção do *corpus* em que se pôde registrar a presença de paráfrase (um total de 60 redações).

A interpretação dos resultados chama atenção para o trabalho do sujeito sobre o discurso do outro. Conforme procuramos demonstrar, o posicionamento a partir do qual o sujeito enuncia é determinado por sua exterioridade, ou seja, pela presença de discursos outros, necessária para a construção da sua identidade discursiva. Vale lembrar também que a paráfrase discursiva configura, na maioria das vezes, uma forma não marcada de *heterogeneidade enunciativa* (AUTHIER-REVUZ, 1990) e, em razão dessa complexidade, necessita ser reconstituída na análise pelo analista.

Por exemplo, vimos que a maioria das redações traz a reformulação de apenas uma das formações históricas que originalmente constitui a relação polêmica que forma o espaço discursivo dos textos da proposta de escrita. Dito de outra forma, essas posições sócio-históricas foram construídas a partir de uma polêmica implícita com as formações originais. Esse dado, de algum modo reconstruído pela análise, reflete as novas condições de produção da situação de enunciação no contexto do vestibular. É possível que muitos dos escreventes inscritos nesta situação tenham procurado deliberadamente evitar a reformulação da polêmica interdiscursiva como forma de seguir o princípio de não copiar ou reproduzir os textos da coletânea ou outros elementos da proposta de redação. De modo extensível, esse fato explicaria a própria recusa da reformulação parafrástica, talvez por ser entendida como o repetível da paráfrase linguística. Da mesma forma, as redações que parafraseiam uma FD da proposta de escrita constroem seu discurso assumindo ou contrapondo-

se a filiações outras que não as formações antagonistas originais, ou seja, novos posicionamentos sócio-históricos são inseridos para a assunção de uma dada posição enunciativa. No caso das filiações do texto 1 da coletânea, o trabalho como essência foi, na maioria das vezes, relacionado ao discurso religioso que assume o trabalho humano como um fardo e que, dessa forma, em sua definição de trabalho, abarca as atividades de subsistência. Interessante foi o encaminhamento dado a essa discussão, quando, em dado momento, um escrevente, ao contrapor trabalho como condição intrínseca e como efeito histórico, traz o exemplo das populações indígenas que não tem a sociedade organizada em função do trabalho, ao dedicarem-se apenas à atividade de subsistência. Já ao trabalho assumido como condição histórica, vinculou-se muitas vezes à definição do discurso capitalista de trabalho remunerado.

Outro encaminhamento interessante dado às filiações históricas deu-se em relação à polêmica do avanço tecnológico. Ao contrapor a concepção de avanço tecnológico como forma de promover o progresso social, a necessidade de especialização, própria do chamado discurso neoliberal, veio à tona diversas vezes. Também a posição que assume a necessidade de realização profissional foi reformulada sob a forma de apoio ao discurso da necessidade do avanço tecnológico.

Como última observação a respeito das filiações assumidas em relações com as FD dos textos da coletânea, o trabalho artístico foi muitas vezes lembrado como forma de se contrapor ao trabalho visto como obrigação, assim como ao trabalho na sua forma remunerada e também à necessidade do progresso tecnológico. Vimos, portanto, que a atualização das formações históricas da proposta de escrita permitiu vislumbrar representações próprias das novas condições de produção - as do evento vestibular específico - que orientaram as operações realizadas pelos escreventes.

Os diálogos travados entre as filiações históricas mobilizadas nas redações de vestibular foram captados a partir da sua força argumentativa. Assim, marcas linguísticas de argumentatividade, como os operadores argumentativos, tempos verbais e modalizadores, foram estudados de modo a orientar a interpretação do discurso como resultado de escolhas feitas na direção de determinadas conclusões.

Os resultados obtidos mostram que a concepção que pensa o texto como um objeto existente em si, fora, portanto, das relações sociais apreensíveis nas posições enunciativas, reflete um processo de interação entre sujeito e língua de

maneira que o sujeito toma a língua como portadora de sentidos veiculados por unidades linguísticas autônomas e transparentes. A análise também permite pensar uma noção de sujeito que estaria longe de mero reproduzidor de sentidos ou fonte da produção do dizer. Isto pode ser observado mesmo no recurso às paráfrases linguísticas. Assim, as ocorrências de paráfrases linguísticas encontradas no *corpus* põem as produções dos vestibulandos em situação de não ultrapassarem o nível frasal de sua realização, deixando, por vezes, a descoberto as articulações necessárias à construção do sentido do todo do texto, ficando, nesses casos, a meio caminho de uma formulação singularizada.

Para concluir com uma propositura para a reflexão sobre o ensino da escrita, vista esta última também como uma tarefa de leitura, podemos formulá-la da seguinte maneira: ao empreendermos a tarefa de ensinar o fenômeno linguístico enquanto posicionamento sócio-histórico inserido no processo de significação, condicionado à relação do indivíduo com o exterior discursivo, e considerada a argumentatividade constitutiva da língua, colocamos o indivíduo como parte da construção dos processos históricos e do mundo em que vive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Idéologie et Appareils Idéologiques d'État**. La Pensée, 1970.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celane M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP (19): 25-42, jul./dez. 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem** [1929]. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**. Resultados nacionais PISA 2009. Brasília, DF: O Instituto, 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2012/relatorio_nacional_pisa_2009.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2013/resultados_pisa_2000_2012.pdf. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2008.pdf. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2007.pdf. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa: 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental*. Brasília, DF, 1998. v.2.

BRITO, Percival Leme. Em terra de surdos-mudos: um estudo sobre as condições de produção de textos escolares. In: GERALDI, João Wanderley (org.) **O texto na sala de aula**. Leitura & Produção. Cascavel, PR.: Assoeste, 1984. p 109-119.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (2002) **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris, Éditions de Seuil. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. **Linguagem e comunicação social: visões da linguística moderna**. São Paulo: Parábola, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, J. N. **Quel objet pour l'analyse du discours**. In: **Matérialités discursives**, Lille: Presses universitaires de Lille, 1981a.

_____. **Analyse du discours politique; le discours communiste adressé aux chrétiens**. Langages 62. Paris : Didier-Larousse, 1981b.

_____. **Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours**. Philosophiques, vol. IX, n° 2, out., 1982.

_____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Sírío Possenti. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**. Linguagem e lógica. Tradução de Maria Aparecida Barbosa e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Editora, 1981.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 77, p. 73-89, mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>. Acesso em: 18 dez.12.

FOREQUE, Flávia. Alunos da rede pública e privada têm queda de desempenho na redação do Enem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/11/1376375-alunos-da-rede-publica-e-privada-tem-queda-no-desempenho-na-redacao-do-enem.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2013.

FOUCAULT, Michel. **L'Archéologie du savoir**. Paris: NFR, Gallimard, 1969. [Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004]

FUCHS, Catherine. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação? Tradução de João Wanderley Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas: Editora da Unicamp, n. 8, p. 129-134, 1985.

_____. **Paraphrase et énonciation**. Paris : Ophrys: 1994.

FUVEST. Disponível em: <http://www.fuvest.br/vest2006/bestred/517416.stm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

_____. Disponível em: <http://www.fuvest.br/vest2006/bestred/502198.stm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

GÊNESIS. Português. In: **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional. Traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2001. p. 1-38.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: ____ (org.). **O texto na sala de aula**. Leitura & Produção. Cascavel, PR.: Assoeste, 1984. p. 41-48.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2007.

GROSSMANN, Francis; BOCH, Françoise. As representações sociais das práticas de linguagem. Como dar conta da complexidade do discurso? In: CORRÊA,

Manoel Luiz Gonçalves; BOCH, Françoise (orgs.). **Ensino de língua: representação e letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 11-36.

HENRY, Paul. Construções Relativas e articulações discursivas. Tradução de João Wanderley Geraldi e Celene Margarida Cruz. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (19): 43-64, jul./dez. 1990.

HILGERT, José Gastón. Procedimentos de reformulação: A paráfrase. In: PRETTI, Dino (org.). **Análise de textos orais**. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. p. 103-126.

_____. Parafraseamento. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 275-292.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1995.

LE MOS, Cláudia. Redações no vestibular: algumas estratégias. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº23, 61-71, dez./1977.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2ª edição, 1993.

_____. **Gênese do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. (Re)Ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução de Marcos Marcionilo - 2ª edição - São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: Princípios e Procedimentos**. 7ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2007a.

_____. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2007b.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993a. p. 61-162.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993 b. (1990) p. 163-252.

_____. **A análise do discurso: três épocas (1983)**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993c. p. 311-318.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1997b.

PÉCORA, Alcir Bernárdez Antonio. **Problemas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**. Inéditos em análise do discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre o interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, n° 61, p. 253-269, 2003.

RIBEIRO, Nilsa Brito. Autoria no domínio de gêneros discursivos: paráfrase e estilo. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 6, n.1, p. 83-99, jan./abr. 2006.

RIOLFI, Claudia Rosa; IGREJA, Suelen Gregatti da. Ensinar a escrever no ensino médio: cadê a dissertação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 311-324, jan./abr., 2010.

ROJO, Roxane. O texto como unidade e o gênero como objeto de ensino de Língua Portuguesa. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos (org.). **Encontro na linguagem: estudos linguísticos e literários**. Uberlândia, EDUFU, 2006. p. 51-80.

ROMAN, Clara. Tecnologia mais destrói do que cria emprego, diz estudo do MIT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/06/1303790-tecnologia-mais-destroi-do-que-cria-emprego-diz-estudo-do-mit.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2013.

SANT'ANNA, Affonso Romano. **Paródia, paráfrase & cia**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos en el lenguaje**. Madrid: Gredos, 1968.